



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

MARIA ANÉSIA NUNES

**MICROCRÉDITO COMO MEIO ALTERNATIVO DE INCLUSÃO DA
MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DE MACAPÁ**

“Estudo realizado no Programa Estadual Amapá Empreendedor”

FORTALEZA-CEARÁ

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA ANÉSIA NUNES

MICROCRÉDITO COMO MEIO ALTERNATIVO DE INCLUSÃO DA MULHER NO
MERCADO DE TRABALHO DE MACAPÁ

“Estudo realizado no programa estadual Amapá Empreendedor”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Gênero, Trabalho e Geração de Renda.

Orientadora: Professora Dra. Maria Helena Frota

FORTALEZA – CE,
2010

Governo do Estado do Ceará
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará

FOLHA DE AVALIAÇÃO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença incondicional em minha vida, fortalecendo-me, guiando-me, em todos os momentos de minha vida;

A minha família pelo apoio e incentivo em todos os momentos dessa caminhada;

Ao meu esposo Marcondes pelo carinho e dedicação nas horas mais difíceis dessa caminhada;

Ao meu filho Guilherme pelas horas ausentes da sua vida, e pelo companheirismo de pai e filho que substituíam essa minha ausência, e que serviu de conforto nos momentos de aflição;

As companheiras Ellen e Bety, agentes de crédito da sete pelo apoio na elaboração dos dados da pesquisa.

As minhas colaboradoras e amigas Kátia Paulino e Socorro Lacerda pelo apoio e incentivo para a conclusão deste trabalho.

Ao ex governador de Estado, Antônio Waldez da Silva Góes, pela oportunidade e visão empreendedora quando do compromisso em valorizar o servidor público;

A todos (as) os (as) amigos(as), que estiveram próximos e outra vezes distantes, por todos os momentos de troca e incentivo nessa nova caminhada;

A Professora Dr^a Helena Frota (minha Orientadora desse estudo de pesquisa) pelo incentivo, carinho e compreensão quando da construção do nosso objeto de pesquisa e orientações importantes para o cumprimento dessa jornada;

A memória dos meus pais Agenor e Nazaré e minha querida irmã Lourdes e meu amado padrinho Francisco Rodrigues que embora ausentes sempre foram meus grandes incentivadores na minha formação acadêmica e profissional.

Aos homens e mulheres empreendedoras participantes do programa estadual de microcrédito Amapá Trabalhador pelas informações prestadas, as quais contribuíram sobremaneira para a realização da pesquisa;

A todas as pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para que este trabalho se concretizasse, o meu mais sincero: MUITO OBRIGADA.

O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores.

Barone

RESUMO

O tema em ênfase deste estudo está direcionado ao objeto da pesquisa que é o programa estadual “Amapá Empreendedor” enquanto Política Pública de desenvolvimento sócio-econômico voltado para a inserção da mulher no mercado de trabalho por meio de investimentos de microcrédito. Nessa premissa o objetivo geral deste estudo é fazer uma avaliação e propor inovação nas suas atividades, bem como redimensionamento das ações realizadas por meio da análise dessas ações de apoio do microcrédito como fator de desenvolvimento socioeconômico da mulher no mercado de trabalho do município de Macapá. A localização de estudo é um reflexo de condução de toda uma gestão das políticas públicas de geração de emprego e renda, de modo a contextualizar o microcrédito como um instrumento de oportunidades a empreendimentos pequenos. Assim de maneira bem sucinta, este trabalho deve mostrar a importância do microcrédito como oportunidade de desenvolvimento e crescimento econômico para a população feminina menos favorecida.

Palavras – Chave: Gênero, Política Pública, Programa Amapá Empreendedor, Desenvolvimento Econômico, Geração de Renda, e Oportunidade.

ABSTRACT

The subject in emphasis of this study is directed to the object of the research that is the state program "Enterprising Amapá" while Public Politics of partner-economic development directed toward the insertion of the woman in the market of work by means of microcredit investments. In this premise the general objective of this study is to make an evaluation and to consider innovation in its activities, as well as to redimensionation of the actions carried through by means of the analysis of these actions of support of the microcredit as development factor economic partner of the woman in the market of work of the city of Macapá. The localization of study is a consequence of conduction of all a management of the public politics of generation of job and income, in order to contextualizar the microcredit as an instrument of chances the small enterprises. Thus in way well resume, this work must show the importance of the microcredit as chance of development and economic growth for the favored feminine population less. Words - Key: Public politics; Enterprising Amapá program; Public administration, economic development;

Words - Key: Sort, Public Politics; Enterprising Amapá Program, Development Economic ; Generation of Income, and Chance.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS

| | | |
|----------|---|----|
| FIGURA 1 | Mapa de localização da área de estudo | 59 |
| FIGURA 2 | Organograma Governamental de Gestão da SETE | 67 |

GRÁFICOS

| | | |
|------------|--|-----|
| GRÁFICO 1 | Crescimento econômico do Estado do Amapá | 65 |
| GRÁFICO 2 | Empreendedores Financiados no período de 2005 a 2009 | 73 |
| GRÁFICO 3 | Valores financiados no período de 2005 a 2009 | 74 |
| GRÁFICO 4 | Tipo de financiamento | 75 |
| GRÁFICO 5 | Modalidade do financiamento..... | 76 |
| GRÁFICO 6 | Empreendedores por sexo | 77 |
| GRÁFICO 7 | Idade do empreendedor | 89 |
| GRÁFICO 8 | Percentual por escolaridade | 90 |
| GRÁFICO 9 | Profissão das empreendedoras | 92 |
| GRÁFICO 10 | Escolaridade das empreendedoras | 93 |
| GRÁFICO 11 | Renda das mulheres entrevistadas | 94 |
| GRÁFICO 12 | Naturalidade das empreendedoras | 95 |
| GRÁFICO 13 | Percentual de mulheres de outros Estados | 96 |
| GRÁFICO 14 | Bairro de residência | 97 |
| GRÁFICO 15 | Profissão | 98 |
| GRÁFICO 16 | Tempo de empreendimento | 99 |
| GRÁFICO 17 | Tempo de ingresso na atividade | 100 |
| GRÁFICO 18 | Percentual de mulheres por setor econômico | 101 |
| GRÁFICO 19 | Empregos gerados | 102 |
| GRÁFICO 20 | Resultado da comercialização de produtos | 103 |
| GRÁFICO 21 | Valor do financiamento recebido | 104 |
| GRÁFICO 22 | Adimplência X inadimplência | 105 |

| | | |
|------------|---|-----|
| GRÁFICO 23 | Grau de satisfação | 106 |
| GRÁFICO 24 | Benefícios trazidos pelo Programa | 107 |
| GRÁFICO 25 | Melhorias alcançadas | 108 |
| GRÁFICO 26 | Utilidade da renda obtida com o financiamento | 109 |

TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| TABELA 1 | Recursos Financiados à mulher | 74 |
| TABELA 2 | Percentual por Setor Econômico e sexo | 93 |

FOTOS

| | | |
|---------|--|-----------|
| FOTO 1 | Financiamento de Empreendimento à mulher | 80 |
| FOTO 2 | Seminário de capacitação das mulheres empreendedoras | 84 |
| FOTO 3 | Curso de Pintura | 85 |
| FOTO 4 | Curso de Costura (Perucas) | 85 |
| FOTO 5 | Formação de Empreendedoras – Sebrae | 86 |
| FOTO 6 | Formação de Empreendedoras Jovens – SENAI | 86 |
| FOTO 7 | Fomento a mulher na agricultura – SENAI | 89 |
| FOTO 8 | Financiamento a mulher empreendedora em eventos | 89 129 |
| FOTO 9 | Apoio de fomento a microempresária local | 129 |
| FOTO 10 | Atendimento as mulheres pelo Programa Amapá Empreendedor | 130 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| AFAP | Agência de Fomento do Amapá |
| FUNDMICRO | Fundo de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| NAES | Núcleo de Associativismo e Economia Solidária |
| NAMPE | Núcleo de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor |
| NAPF | Núcleo de Artesanato e Produção Familiar |
| NFCA | Núcleo de Fomento ao Crédito Assistido |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIS | Programa de Integração Social |
| Planseq | Plano Setorial de Qualificação |
| Planteg | Plano Territorial de Qualificação |
| PPA | Plano Plurianual |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento Orçamento e Tesouro |
| SETE | Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo |
| SIAC | Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão |
| SIME | Sistema Municipal de Emprego Trabalho e Renda |
| SINE | Sistema Nacional de Emprego |
| SPETR | Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL | 21 |
| 2.1 | AS CONQUISTAS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO | 21 |
| 2.2 | MICROCRÉDITO E GERAÇÃO DE RENDA: ABORDAGEM CONCEITUAL | 25 |
| 2.3 | MICROCRÉDITO: NOVA OPORTUNIDADE DE INSERÇÃO..... | 29 |
| 2.4 | OPORTUNIDADES DE INCENTIVO A NEGÓCIOS PARA AS MULHERES | 35 |
| 2.5 | OS CAMINHOS DE GERAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A CRIAR CONDIÇÕES DE EMPREGO E RENDA | 37 |
| 3 | AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NO MERCADO DO TRABALHO | 41 |
| 3.1 | ABORDAGEM CONCEITUAL: UMA VISÃO MAIS PLANEJADA DO MERCADO DE TRABALHO E RENDA | 45 |
| 3.2 | POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE RESPONSABILIDADE SOCIAL | 48 |
| 3.3 | POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE REFERÊNCIA PARA O BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA | 51 |
| 3.4 | CRÍTICAS AS POLÍTICAS DO MICROCRÉDITO: UMA PERCEPÇÃO EM FOCO | 56 |
| 4 | AMAPÁ EMPREENDEDOR: ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS MODELOS DE GESTÃO DO TRABALHO | 59 |
| 4.1 | LOCALIZAÇÃO DO PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR | 59 |
| 4.2 | CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE MACAPÁ | 62 |
| 4.2.1 | Economia..... | 62 |
| 4.2.2 | A economia amapaense é a sétima em crescimento real e a primeira em crescimento nominal do Brasil..... | 64 |
| 4.3 | SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO COMO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO NO ESTADO DO AMAPÁ/MACAPÁ | 66 |
| 4.3.1 | Microcrédito assistido e orientado | 68 |
| 4.3.2 | Fomento ao associativismo e a economia solidária..... | 68 |
| 4.3.3 | Apoio ao Micro e pequeno empreendedor..... | 68 |
| 4.3.4 | Fomento ao artesanato e a produção familiar..... | 69 |
| 4.3.5 | Atendimento integrado ao trabalhador..... | 69 |
| 4.3.6 | Atendimento as demandas especiais..... | 70 |
| 4.3.7 | Qualificação profissional..... | 70 |
| 4.3.8 | Educação à saúde e a segurança do trabalhador..... | 71 |
| 4.4 | CENÁRIO DE EMPREENDEDORES FINANCIADOS NO PERÍODO DE 2005 A 2009 | 71 |
| 4.4.1 | Tipos de empreendimentos financiados | 72 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 5 | ANÁLISE DO PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR E A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO | 78 |
| 5.1 | PONTOS DESFAVORÁVEIS E FAVORÁVEIS..... | 81 |
| 5.1.1 | Pontos desfavoráveis..... | 81 |
| 5.1.2 | Pontos favoráveis | 82 |
| 5.2 | A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA | 83 |
| 5.3 | ANÁLISE DE DADOS | 87 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| | REFERÊNCIAS | 116 |
| | APÊNDICES | 124 |
| | ANEXOS | 128 |

1 INTRODUÇÃO

Compreender o processo de desenvolvimento e crescimento de uma nação por meio das práticas oriundas de políticas públicas é uma ação que necessita de um esforço que envolve o crescimento e a equidade de uma sociedade. Nesse patamar, a inclusão das mulheres é, no mínimo, um esforço que necessita de mudança radical de paradigmas, desde que esta passou a lutar por seus direitos constitucionais.

O desenrolar do desenvolvimento deste trabalho é apresentado como uma direção sobre o entendimento do microcrédito aplicado a uma sociedade de classe menos favorecida. Aqui, volta-se a compreender melhor os caminhos e (des)caminhos que a política pública vem tomando no percurso socioeconômico brasileiro, como reflexo ora favorável, ora negativo sobre os indivíduos que se destinam a novas condições no mercado de trabalho local.

A idéia é contextualizar o microcrédito como um instrumento de oportunidade a empreendimento pequeno. De maneira bem sucinta, o objetivo desta pesquisa é mostrar a importância do microcrédito como oportunidade de desenvolvimento da economia para a população menos favorecida. Acredita-se prudente evidenciar o espaço de análise desse estudo, o qual está situado no norte do Brasil, em especial na região sul do Estado do Amapá, no município de Macapá.

A área contemplada nessa pesquisa diz respeito à política de microcrédito do Amapá. Isso torna mais atrativo o estudo e a análise desse programa governamental de incentivo ao empreendedorismo. Vale ressaltar que o tema em ênfase está voltado ao objeto da pesquisa, ou seja, que é analisar o Programa Estadual “Amapá Empreendedor” como Política Pública de desenvolvimento socioeconômico, voltado-se à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho por meio de investimentos público de microcrédito, tendo a pesquisa um foco sobre a contextualização da mulher nesse processo de mudança. O objetivo geral deste estudo é fazer uma análise sistemática sobre o microcrédito operacionalizado pelo Programa Estadual Amapá Empreendedor, tal como fator de inserção e de melhoria na qualidade de vida da mulher no mercado de trabalho de Macapá. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: a) Analisar a efetividade do Programa Amapá Empreendedor como ferramenta de inserção no mundo do trabalho; b) Analisar o

impacto do Programa Amapá Empreendedor na renda das mulheres beneficiadas; c) Avaliar as mudanças na qualidade de vida das mulheres contempladas com o microcrédito do Programa Amapá Empreendedor.

O Programa Amapá Empreendedor, dentro da proposta de atividades da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Amapá, tem o propósito de fomentar a cultura empreendedora no Estado, pelo microcrédito assistido e orientado, em que se observa que a maior parte das pessoas financiadas são mulheres. Nessa perspectiva, para alcançar o objeto desta pesquisa, trabalhamos com as seguintes hipóteses: (i) O Programa Amapá Empreendedor tem contribuído para a inserção de mulheres macapaenses no mundo do trabalho; (ii) O Programa Amapá Empreendedor tem contribuído para a elevação de renda das mulheres beneficiadas e (iii) O Programa Amapá Empreendedor promove melhoria na qualidade de vida de mulheres contempladas com o microcrédito.

Vale destacar que essa localização espacial se dá em virtude de maior ocorrência de atendimento das políticas públicas de microcrédito no Estado do Amapá, no Município de Macapá.

Observa-se que o público alvo pesquisado foi beneficiado em decorrência das condições favoráveis de localização geográfica, o que facilita o financiamento e a disposição dos recursos para os empreendimentos formais e informais. Nesse aspecto, costuma-se mencionar que os financiamentos à mulher se dão em virtude das demandas eficientes, pelo fato de elas serem mais comprometidas com isso, dando-se destaque em relação aos homens.

O microcrédito para a inserção da mulher no mercado de trabalho vem sendo oportunizado desde 2005, quando se deu a reestruturação do programa de crédito destinado exclusivamente ao artesão. Isso resultou em possibilidade de financiamento para todo e qualquer empreendedor com potencial de ampliação e fortalecimento de pequenos negócios.

Como ponto de partida para essa percepção e abordagem, será mencionado no capítulo 3, com maior detalhamento, uma análise das ações de governo empreendidas pela Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETE), voltada, em grande parte, para o apoio e o fomento de pessoas que necessitassem de linhas de microcrédito. Por isso, é basilar compreender como se comporta o Programa “Amapá Empreendedor” como grande influência do processo de desenvolvimento e crescimento de uma classe pobre amapaense, resultante das

ações governamentais, como maneira de resgatar essas questões sociais. Então, é mesmo muito importante citar que o cenário de apoio à mulher tem se transformado dentro de uma nova visão das políticas públicas, não apenas no Amapá, mas em todo o Brasil. Isso vem se consolidando dia após dia a fim de desenvolver o aspecto econômico e social e desprender as amarras de um passado não muito longínquo.

Nessa abordagem, foi descrito como as mulheres foram discriminadas por muitas décadas, em que se busca traçar a trajetória das lutas pelos direitos femininos em detrimento de uma sociedade mais justa, pois se fez menção às batalhas da mulher pelo direito em contribuir na manutenção da família dela, em que esta era vista apenas como esposa, mãe e resignava-se aos afazeres da casa. Foi mencionada a privação dos direitos ao voto, de lutas por um mercado de trabalho igualitário, em uma sociedade extremamente ortodoxa e machista. Esse breve relato do cenário adverso na vida profissional da mulher foi um dos passos impulsionadores para que elas buscassem as conquistas por esses direitos. Acredita-se que, entre lutas e conquistas, como o direito ao voto e ao trabalho, a mulher tem alcançando espaços em áreas que, historicamente, eram de predominância masculina.

Pretende-se desenrolar um estudo não apenas sob a perspectiva de gêneros, mas principalmente com ênfase na ascensão da mulher ao mercado de trabalho, analisando-se a forma de sua contribuição no sustento familiar e pelos incentivos dela aos microcréditos oriundos de políticas públicas. Sabe-se que a mulher já alcança níveis de posição de liderança em importantes e destacados papéis, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Então, a ênfase dessa pesquisa torna-se mais prudente e acertada, tendo em vista que o mercado de trabalho vem focalizando para a classe trabalhadora de gênero feminino no Brasil, e, depois, no Estado do Amapá. Isso fortalece ainda mais a vontade de analisar esse tema.

A visão da inferioridade de qualificação da força de trabalho feminina, que concebe homem mais preparado para esse mercado, acaba imputando à mulher o direito de exercer suas funções em igualdade de condições, tendo em vista que as oportunidades para elas eram muito mais escassas. Embora o mercado de trabalho seja limitado para as mulheres, as políticas públicas surgiriam como uma alternativa para resolver isso, de forma que amenizasse esse cenário de tendência introspectiva sobre o gênero, pois esta questão está em constante mudança no país.

Sabe-se que a mulher tem-se inserido cada vez mais na força de trabalho brasileira, a fim de modificar o cenário de um passado regado a muitas lutas e conquistas. Em nosso país, muitas pesquisas foram feitas para compreender melhor essa percepção da mulher e do trabalho, com levantamentos de pesquisas que integram o monitoramento global como o empreendedorismo, e como este se manifesta no comportamento da iniciativa privada. Em função disso, é necessária certa prudência ventilar dados que venham a reforçar a compreensão do significativo aumento da atividade das mulheres no cenário trabalhista brasileiro, como resgate de auto-estima e do apreço, inicialmente, dentro da residência delas.

Uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70 fora o resultado das inúmeras transformações demográficas, culturais e sociais que estavam ocorrendo, as quais haviam afetado as mulheres e as famílias brasileiras de modo sem igual. À luz desse cenário, não se pode ignorar a participação que a mulher vem conquistando. As tendências oficiais de inserção da mulher brasileira é um progresso de aumento na participação do trabalho. O elevado índice de desemprego dá-se em decorrência da má-qualidade dos postos gerados depois, e, na grande maioria delas, predominam as atividades precárias e informais.

O foco a ser compreendido é a noção de inserção da mulher no mercado de trabalho por meio de microcrédito, propiciando a ela o novo perfil de sustentabilidade socioeconômica. A exposição dos dados coletados em campo confirma essa tendência. O microcrédito concedido pelo Programa Amapá Empreendedor e sua exeqüibilidade foi analisado no intuito de entender o espaço que vem sendo destinado à mulher por meio de ações públicas e sociais. Este cenário nos leva a verificar um ambiente de muitas lutas em que a mulher estava inserida, e a contextualização do microcrédito na perspectiva de melhoria de vida das que têm visão empreendedora sobre esse mercado de trabalho. As políticas públicas de incentivo ao fomento de microcrédito já vinham ocorrendo em outros Estados do Brasil para a classe menos favorecida, posto que a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE/AP) empenhava-se para adaptar um modelo desta política aos moldes dos empreendedores do Estado do Amapá, em que nos ateremos à análise do perfil dessas mulheres que buscavam esse tipo de incentivo, como alternativa de desenvolvimento e de crescimento social do lugar em que vivem.

Convém mencionar, ainda, que a SETE é uma instituição pública recém criada, responsável por uma das políticas mais importantes da nossa década, que tem como bandeira de luta duas grandes áreas, a saber: a) a geração de empregos formais e b) a geração de renda. A política do trabalho no Amapá foi fortalecida por um programa estadual de qualificação e pela implementação de programas de fortalecimento da cultura empreendedora. Por isso, ele apostou na política de microcrédito, que possui caráter universal, uma vez que atendia a todas as classes sociais do Estado. O investimento financeiro a essa política de fomento sobre a cultura empreendedora no Estado do Amapá, em menos de cinco anos, ultrapassou o valor dos 12 milhões de reais.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45% dos brasileiros vivem de empregos informais. Isso reforça a alternativa dessa possibilidade de microcrédito vir ajudar a superar a falta de alimentos, roupas e outras necessidades básicas para a sobrevivência de qualquer ser humano.

De acordo com dados da Agência de Fomento do Amapá (AFAP, 2005), no período que corresponde de 2005 ao 1º semestre de 2008, os recursos financiados às mulheres totalizaram em seis milhões, trezentos e treze mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos (R\$ 6.313.234,81), esses recursos representaram 70% do total de recursos financiados no período. Esses percentuais reforçam a pesquisa para a identificação de categorias básicas, como inserção da mulher no mercado de trabalho, política de microcrédito, relação de gênero, efetividade e inclusão social, para analisar o modelo de empreendedorismo fomentado pela organização pública em especial a existente e adotada pelo governo do Amapá.

Dentro desse contexto, desenvolveu-se uma metodologia traçada para a realização do estudo elencado em dois momentos: O primeiro está voltado, em grande parte, à coleta de referências bibliográficas, como o principal instrumento colaborador deste estudo. O estudo bibliográfico viabiliza coerentes conhecimentos em torno do objeto de pesquisa, com dois eixos de análises: o primeiro identifica o acesso às linhas de microcréditos pelas mulheres, como alternativa de sobrevivência das camadas mais pobres do Estado e o segundo sugere o microcrédito como um novo modelo de cultura que se estabelece no Estado a partir do fomento e acesso, independente de classe social, pois a efetividade pode ser identificada a partir da análise do acesso aos recursos e financiamentos dos empreendimentos.

Foi realizada a pesquisa de campo por meio de técnicas “*in lócus*”, respaldando-se e integrando-se com a realidade local ao problema central de abordagem da pesquisa. Tem-se a certeza de se ter feito todo o acompanhamento do intenso processo do contexto histórico e atualização deles sobre o amparo legal, realidades que merecem ser entendidas, bem como todo o referencial bibliográfico em ênfase.

Foi possível fazer um levantamento de fontes específicas em formato de documentos oficiais com dados estatísticos sobre o mercado de trabalho de mulheres no Brasil e em Macapá nas instituições competentes, como as promotoras e financiadoras dos programas de geração de emprego e renda: Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) e Agência de Fomento do Amapá (AFAP). Estabeleceu-se o levantamento dos critérios de elegibilidade dos participantes dos programas por meio dos projetos, identificando as mulheres eleitas com aprovação do microcrédito, no sentido de se avaliar a política pública desenvolvida no Estado na atual gestão de governo, correspondente aos anos de 2003 a 2009. A idéia foi compor a base de dados dos relatórios avaliativos acerca do programa pesquisado, com a finalidade de obter maiores informações sobre o percurso histórico e político da criação, implantação e implementação de políticas públicas de geração de emprego e renda na cidade de Macapá. Na etapa seguinte, realizou-se um dos passos principais do trabalho, visando a dar suporte às análises e interpretações objetivadas: a pesquisa de campo, em que a idéia é aplicar os instrumentais de entrevista às mulheres que participam de programas públicos de geração de emprego e renda no município de Macapá.

Em suma, a investigação de natureza qualitativa é pela pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e observação, como formas de adentrar na realidade social a ser investigada com perguntas objetivas e subjetivas de modo que elas permitam que os entrevistados tenham maior liberdade de responder ao que lhes foi interrogado, e enriquecer qualitativamente a pesquisa.

Por fim, espera-se desenvolver o estudo em quatro capítulos estruturados da seguinte maneira: No primeiro capítulo, faz-se um breve referencial histórico acerca das políticas públicas de fomento ao microcrédito como responsabilidade social. A idéia é contribuir com a lógica presente nas relações de capital-trabalho, decorrente de programas de políticas públicas de emprego e renda por meio do microcrédito como uma política designada também às mulheres. No segundo

capítulo, abordam-se as múltiplas faces das políticas públicas, como importante transformação do mercado de trabalho. Considera-se, aqui, uma abordagem conceitual com uma visão mais planejada do mercado de trabalho e renda, bem como responsabilidade social e referência para a qualidade de vida. Outro ponto a ser mencionado neste capítulo é a contextualização crítica das políticas de microcrédito. No terceiro capítulo, discorreu-se sobre o programa Amapá Empreendedor, de maneira que situe o leitor sobre a exequibilidade dele no município de Macapá. Menciona-se uma abordagem sobre a SETE, como órgão responsável por essas políticas de fomento, bem como os cenários existentes dos empreendedores que receberam esse financiamento no período de 2005 a 2009. No quarto capítulo, foi realizada a análise dos dados de campo, incluindo os diversos aspectos contraditórios encontrados. Em nossas considerações finais, foram propostas a exposição de nosso posicionamento acerca das questões mencionadas nos capítulos e dos resultados obtidos pela pesquisa.

2 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL

Muitas são as questões sociais que se revelam no decorrer das décadas relativas às políticas públicas, mas as políticas voltadas às mulheres possuem um caráter especial, em razão do extenso tempo em que estas sofreram discriminações, principalmente no trabalho, pois passaram este direito a lhe ser garantido constitucionalmente, após muitas batalhas sociais travadas. Há de se mencionar o, principalmente agora, o novo olhar que se deu a essa questão social, de responsabilidade do Estado.

2.1 AS CONQUISTAS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Na percepção de muitos estudiosos a mulher se inseria no mundo do trabalho e no mundo doméstico de forma coincidente. E desde os primórdios da história do ser humano, ela mesma tinha a função de reprodutora da espécie, bem como ainda ser obediente ao seu companheiro. Visão e compreensão esta que foi de acordo com Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008, p. 20), as mudanças na sociedade foram muitas e, entre elas, compete à mulher se inserir em constante progresso. E, como exemplo, destacamos a educação, com relação à expansão da escolaridade, em que as mulheres buscam e alcançam cada vez mais acesso. As mulheres se qualificam e se preparam para um novo perfil em exigência no mercado de trabalho (ABRAMO; TODARO, 2008, p. 141). Aos poucos, esta foi quebrando o paradigma da “fragilidade”, porque passou a desempenhar um leque cada vez mais extenso de atividades, assumindo, inclusive, ocupações consideradas inerentes aos homens, assim como a chefia do grupo familiar. Mesmo com os avanços conquistados, essa nova direção de compreensão do atual perfil da mulher na sociedade, percebe-se que o homem, está associado à idéia de autoridade, seja em decorrência de sua força física, ou seja, pelo histórico poder de mando (HOFFMANN; LEONE, 2004, p. 3).

Sabe-se ainda que as sociedades patriarcais emergiram fundadas pela ânsia do poder do homem, do chefe de família. A idéia de posse dos bens, de garantia da herança para as gerações futuras, levou o homem a interessar-se pela

paternidade. Dentro deste anseio masculino, elevou-se a sexualidade da mulher de maneira que ela cada vez mais se submetia aos interesses do homem, tanto no repasse dos bens materiais, por meio de herança, como na reprodução da sua linhagem (MEULDERS; HENAU; D'ORCHAY, 2006, p.162). As sociedades patriarcais resistiram por muitas décadas, no período da revolução industrial, justamente quando o mundo do trabalho se separa do mundo doméstico. E apesar de muitas dificuldades encontradas, elas despertaram o espírito de vencer as barreiras do anonimato no mercado de trabalho (BRUSCHI; PUPPIN, 2004, p. 389). Embora todas essas mudanças tenham sido despertadas, permanece ainda o poder patriarcal na família. Nesse mesmo período, sob a ótica de Meulders; Henau; Maron e D'orchay, (2006, p. 162), apesar de muitas dificuldades apontarem para que as mulheres desistissem de seus direitos, muitas delas que eram oriundas das camadas populares foram submetidas a trabalho fabril, em virtude das necessidades que surgiam no seio familiar.

De acordo com Schweitzer (2008, p. 371), as mulheres sempre foram vistas com um lugar determinado no mercado de trabalho, observa-se, contudo que essa percepção é contrária na contextualização de Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008, p.15), que afirmam ser o mercado de trabalho se restrito ao acesso para o gênero feminino.

Diante dessa percepção foi que, nos séculos XVIII e XIX, o abandono do lar pelas mães que trabalhavam nas fábricas acarretou em sérias conseqüências para a vida das crianças. A desestruturação dos laços familiares, das camadas trabalhadoras e os vícios decorrentes do ambiente de trabalho promíscuo fizeram crescer os conflitos sociais (MEULDERS; HENAU; MARON e D'ORCHAY, (2006, p. 166). A revolução industrial foi incorporando o trabalho da mulher no mundo da fábrica, sendo devidamente separado o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar.

De acordo com Ferreira (2007):

A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituía-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estão presentes em todo o processo da revolução industrial. Os homens substituídos pelas mulheres na produção fabril acusavam-nas de roubarem seus postos de trabalho (FERREIRA, 2007, p. 1).

Foi observado que a luta da mulher por um espaço no mercado de trabalho foi permeada por vários fatores, podendo-se citar os econômicos, sociais e culturais. Para Ferreira (2007), a luta das mulheres nasceu por melhores condições de trabalho, já que no século XIX emergiu o movimento de feminista reivindicando os direitos trabalhistas.

Muitas mudanças haveriam de surgir diante das pressões que a sociedade feminina vinha sofrendo. Em meio a tantas transformações, no século XX as mulheres iniciaram uma luta organizada em defesa de seus direitos, baseado nos preceitos contra as formas de opressão a que eram submetidas. Esse movimento foi caracterizado de feminismo e a organização delas deu-se em prol de melhorias na infra-estrutura social (SHIINYASHIKI, 2010, p. 5). Vale mencionar que esse movimento também teve suas adversidades, uma vez que os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade. Para Ferreira (2007), a luta feminina é, na verdade, uma busca constante para construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que têm por base a igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos que convivem em uma mesma sociedade, de modo que se possa ir suprimindo as desigualdades de classe.

Conforme Costa; Sorja; Bruschini e Hirata (2008), foi no Brasil e na década de 1970 que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado de trabalho, pois ocupava as atividades relacionadas aos serviços de cuidados, em que atuou em: hospitais, escolas e creches, além de atuar, é claro, em serviços domésticos, comerciarias e pequenas indústrias e agronegócios. Em consequência desses fatos, havia ainda de se observar que os problemas econômicos no seio familiar foram se ampliado muito, já que a mulher era vista, na grande maioria dos casos, como dona de casa e ao homem competia manter as condições básicas dos que residem na família, no lar. Então, depois de um determinado período, pode-se compreender que a desigualdade de classe acabou gerando um fato extremamente importante: formou-se a união dos dois sexos na luta por melhores condições de vida. Comportamento este que têm se fortalecido cada dia mais na busca de novas oportunidades no mercado de trabalho.

Telles (2007, p. 20) remonta seu pensar sobre a trajetória das temáticas que envolvam a sociedade, o desemprego e a exclusão no mercado de trabalho. A mulher se encaixa perfeitamente diante de inúmeras dificuldades que se reproduzem sobre as diferenças interpretativas oriundas de divergências variadas. Esse cenário muitas vezes é questionado por outros estudiosos, até porque as dificuldades de mercado, emprego e outros eram comuns não apenas a mulher, mas também ao homem. E, como um feixe de mediações em escalas variadas que delineiam o contorno social mediante as desigualdades (homem x mulher) acaba insistindo em permanecer no contexto de lutas constantes. Por certo, vale questionar: Qual o tipo de gênero que insiste em entrar no mercado de trabalho com seus direitos devidamente ampliados e garantidos na sociedade?

Em resposta a essa breve indagação, Schweitzer (2008, p. 371) contrata quando afirma que as mulheres sempre tiveram seu espaço no mercado de trabalho. E mesmo que não seja o esperado por muitos da classe menos favorecida há de ser ater aos reflexos de uma sociedade desigual, fato este que ainda não foi superado, mesmo nos dias atuais. Existem também proibições legais na sociedade, como o impedimento da participação das mulheres em certos setores de emprego, em que os homens que são considerados mais qualificados. É possível compreender o perfil da mulher que atualmente busca seu espaço no mercado, lugar este que vem aos poucos se ampliando e tomando domínio próprio em um espaço que obrigatoriamente necessitava de mão-de-obra específica. Depois, emerge a diplomacia de relações em diferentes países da Europa, com a expansão a países que se encaixam no cenário de adesão a melhores condições de vida, com qualidade e eficiência de retorno social.

De acordo com Caron (1997), todo o processo de administração da ordem de mercado, em que pese à presença das mulheres, restringia-se à maneira firme e pesada com que o Estado exercia a extensão de prerrogativas como função reguladora. Marchand; Thélot (2007) considera que a população, de modo geral, estava cada vez mais numerosa e dispendiosa sobre as vias de profissionalização e de regulamentação. Tardamente, eles obtiveram a resposta condizente com a necessidade do seu grupo ou gênero (feminino). Schweitzer (2002), Clark (2003) e Malatesta (2006) acham que todo o mercado de trabalho ainda requeria competências de qualificação específica, pois a mulher ainda não estava totalmente preparada para isso. Grande parte os trabalhos oferecidos no mercado

necessitavam de melhor mão-de-obra, de competências técnicas novas, com normalizações profissionais que possam equiparar-se aos homens, ou mesmo de superá-los.

Nessa reorganização de discussões intensas (RIOT-SARCEY, 2002; GODINEAU, 2003), compreende-se que as mulheres sempre foram alvo de debate com relação a sua inserção no mundo do trabalho. Entretanto, a própria sociedade indagava sobre essa utilidade em “instruir as moças” do mesmo modo que os rapazes, que, apesar de muitas lutas, permaneceram com a opção pela desigualdade. Mesmo com tantos pontos de vista opostos, Schweitzer (2004) defende a “[...] total igualdade entre as meninas e os meninos [...]” em todos os ângulos ou profissões. Na percepção de Chauvel (2004), todo esse processo de buscas incessantes nas evoluções históricas em que se imaginava os processos de recuperação sem se apoiar a modelos estatísticos e ou tradicionais que pudessem ser ultrapassadas e alcançadas na vitória da igualdade social.

Diante de muitas demandas da própria sociedade de um perfil profissional mais qualificado no mercado de trabalho, a mulher se insere como emergente de lutas de desigualdade em todos os níveis e vieses. Essa luta é sinônimo de persistência, em que se buscou manter as condições de estabilidade no lar, de modo que atendam e suprimam as necessidades de sua família. E essa percepção é um dos alvos maiores das políticas públicas de fomento e apoio ao microcrédito para que elas se tornem autônomas e com discernimento de serem os chefes do lar na ausência do companheiro e ou cônjuge.

A mulher instigou os pensamentos de muitos autores da área social e de políticas públicas na busca pela compreensão no processo de mutação de seu papel no lar, no mercado de trabalho e na sociedade.

2.2 MICROCRÉDITO E GERAÇÃO DE RENDA: ABORDAGEM CONCEITUAL

O processo de desenvolvimento globalizado é uma via de desafios às políticas públicas de maneira integrada e centralizada nas questões de conflitos em meio à sociedade. Normalmente se caracterizam pelos aspectos da desigualdade social e a pobreza que se expõe a um cenário extremamente crítico. Em continuidade a esse pensar vale mencionar a necessidade de ações emergenciais

que devem ser providenciadas para que novas oportunidades sejam desencadeadas no meio social, com retorno econômico de sustentabilidade, em especial na família. Assim, é prudente enfatizar que a sociedade necessitava que políticas de microcrédito fossem desencadeadas como um meio de melhoria de vida para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

De acordo com Monzoni (2008, p. 29), durante o debate de microfinanças e microcrédito no Brasil, destaca-se a ausência de capacidade persuasiva das argumentações sobre reais impactos de programas de microcréditos. Isso pode por certo ser um dos fatores predeterminantes para a baixa repercussão do tema-foco na agenda nacional. O autor afirma que essas revelações são de seu conhecimento empírico, mas se fortalecem frente aos que, de maneira incansável na luta pelo crescimento das ações de políticas públicas voltadas para o econômico, ainda despertam interesse de muitos. Para Monzoni (2008, p. 30), é preciso enxergar as diferenças que há na base conceitual de microcrédito devidamente esclarecido:

[...] o conceito de microcrédito é confundido com o de microfinanças. Isso ocorre por desconhecimento ou quando o único serviço de uma instituição de microfinanças disponível é o crédito. Além disso, muita confusão se faz entre o microcrédito produtivo e programas de crédito popular, que têm por objetivo final aumentar o consumo e não o financiamento da atividade produtiva. Por último é preciso distinguir o conceito de microcrédito produtivo orientado, que tem no agente de crédito seu grande diferencial.

É mesmo intrigante e necessário estabelecer um elo de entendimento sobre os conceitos de microcrédito e as microfinanças, para que se tenha a clareza contextual do referencial de condução da pesquisa.

De acordo com Lucas (1988), o microcrédito é uma contribuição econômica relevante para o desenvolvimento de pequenas unidades produtivas, tendo em vista que, quanto menor for um empreendimento, maior seria a contribuição da injeção de capital em sua produtividade marginal. Em paralelo a essa percepção, Khandker (2001) defende a concepção do foco do microcrédito que deve ser o desenvolvimento de pequenas unidades produtivas, formais ou informais. Schumpeter (1961) acredita que o crédito a pequenos empreendimentos se dá em virtude de seu potencial de inovação, gestão e adaptação mercadológica. Na percepção mais veemente de Feildemann e Audretsch (1999) e Schumpeter (1961) os empreendedores tornam-se responsáveis por grandes alterações no setor

econômico, desenvolvendo e construindo novos mercados, de maneira que fortaleça a livre-iniciativa, absorva força de trabalho e invista em regiões periféricas.

Conforme Monzoni (2008, p. 30), a definição de microfinanças se atém principalmente a um conjunto de serviços financeiros tais como poupança, créditos e seguros que são prestados por instituições financeiras ou não, para indivíduos de baixa renda e microempresas (formais e informais) excluídas (ou com acesso restrito) do sistema financeiro tradicional. Nesta percepção pragmática, o micro crédito se apresenta apenas como um serviço financeiro oferecido por instituições de microfinanças. Já para Neri; Buchmann; Harris; Andari (2008, p. 29), o microcrédito deveria ser adotado para classes menos favorecidas e excluídas do setor financeiro tradicional. Percebe-se que a preocupação estava mais focada no consumo das finanças do que no próprio bem-estar e melhorias de uma sociedade desigual. Aos olhos de Gulli (1998), essa idéia estava mesmo voltada a serviços financeiros de pequena escala, ou seja, que envolvia relações de negócios com valores baixos. Na percepção de Schreiner (2001), ele não consegue claramente definir o termo pelo valor emprestado, mas, sim, pelo crédito que é concedido a pessoas de baixa renda.

Na concepção de Neri (2008), o microcrédito se encaixa no campo das micro-finanças e se envolve todo no fortalecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, considerando apenas o setor de empréstimos. Enquanto as micro-finanças se destacam por fornecerem serviços financeiros a clientes que foram excluídos do setor bancário formal, buscando servir pessoas que essas instituições tradicionais não consideram valer à pena atender como os principais clientes de micro-empresendimentos. Por fim, todas essas particularidades sempre foram pensadas por diversos setores de governo no mundo inteiro como uma iniciativa de apoiar em larga escala o fornecimento de microcrédito para os menos favorecidos (NERI; BUCHMANN; HARRIS; ANDARI, 2008, p. 27). Vale ainda mencionar que a primeira tentativa de apoio ao microcrédito foi um fracasso generalizado, devido principalmente à ineficiência, corrupção e taxas de inadimplência, custos crescentes dos subsídios e o racionamento de crédito.

Há de se perceber que as fontes de microcréditos oriundas de políticas públicas favorecem a geração de renda para a classe que necessita de incentivos na economia, que possam propiciar a qualidade de vida. Vejamos a concepção de Neri; Buchmann; Harris; Andari (2008, p. 32):

[...] se o microcrédito for bem aplicado funciona como alavanca para a melhoria da renda e das condições de vida de seus clientes. São muitos os casos em que esses programas geraram uma verdadeira revolução, ao ajudarem milhares de pessoas a sair da pobreza e mesmo da indigência. O microcrédito promove uma espécie de choque de capitalismo nos pobres, permitindo aos sem capital acesso a capital produtivo. Com recursos e confiança, o pobre consegue realizar investimentos que podem servir de porta de saída estrutural da pobreza.

Além dessa percepção, acredita-se que o perfil desse beneficiário estabelece um histórico de crédito e confiança, sendo experimentado por todos os familiares o resgate da autoconfiança e da segurança entre os membros do lar. E essas oportunidades oferecidas pela via das políticas públicas são um direito de todos que se encaixam no perfil de serviços e acessos ao crédito.

Para Yunnus (2004), o que de fato interessa mesmo à classe menos atendida pelo Estado com suas responsabilidades para com a sociedade é que necessitam de dinheiro para manter uma vida melhor. E sabe-se que nem sempre seu perfil se encaixa nas deliberações do microcrédito, haja vista que há todo um critério para a deliberação desse recurso. A maioria precisa mesmo é de políticas de geração de renda e não de treinamentos, até porque de alguma maneira, eles já possuem alguma atividade, ou habilidade geradora de renda, faltando-lhes apenas o capital para concretizar ou dinamizar sua capacidade própria em se estabelecer com serviços para a sociedade no mercado de trabalho.

Neste contexto, ainda que o microcrédito seja um grande potencial em incentivo para retirar as pessoas da faixa da pobreza, em hipótese alguma pode ser considerado como um programa assistencialista e ou paternalista. Mas deve ser administrado de maneira que conduza com seriedade todos os incentivos de microcrédito de modo bem instrutivo. Todos os benefícios disponibilizados sejam para que possam mudar o cenário de uma vida sem oportunidades na sociedade, e, assim, ele se torne parte do meio em que vive com o resgate de respeito dentro do próprio ambiente familiar. Dessa maneira, as ações de política social em que o microcrédito é inserido no desenvolvimento econômico, uma vez que gera aumentos de produtividade, lucro e estabilidade no setor das microempresas. Todos os caminhos em ação é um grande desafio para gerar renda no ambiente familiar de modo que seja eficiente e eficaz, não apenas momentâneo. Por fim, acredita-se mesmo que a mulher surgirá nesse cenário com um poder de decisão, quebrando as

barreiras da cultura e despontando como fator determinante no meio de sustento da sua família. Sabe-se que essas barreiras não foram ao todo derrubadas e ou exauridas, mas diante de um novo comportamento do Estado em prol da população é possível enxergar um novo perfil de empreendedores que são fomentados pelo microcrédito no mercado social, com um outro olhar que se forma sobre a construção de políticas públicas que respondam aos anseios de inserção, sem os antigos programas eleitoreiros tradicionais que não se encaixam no modelo da sociedade atual.

2.3 MICROCRÉDITO: NOVA OPORTUNIDADE DE INSERÇÃO

Não há dúvida alguma sobre a política de incentivo realizada no Brasil sob a perspectiva de melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros. Essa política de microcrédito surgiu em 1973, sendo que o país despontou como o primeiro Estado a se preocupar com a classe dos menos favorecidos no mundo. Vale mencionar que essa ação pública ocorre com a criação da União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO. Muitas foram as participações de entidades empresariais e de bancos locais (MENDES, 2009). Como ponto explicativo da criação da UNO, ela era uma associação civil com finalidade centrada em desenvolver um programa de crédito e capacitação para microempreendimentos populares, principalmente do setor informal. Desta maneira, ao mesmo tempo em que concedia o crédito, também os capacitava em temas voltados para melhoramento da gestão de cada empreendedor. Conforme Mendes (2009) entende que a UNO desapareceu em 1991, justamente pela ausência de “práticas capazes de promover sua auto-sustentabilidade”.

Mesmo com tantos atropelos nas ações de políticas públicas, em 1987, surgiu a primeira organização formal em microcrédito chamada Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), em Porto Alegre/RS, sob a forma de organização não governamental, com o apoio de 27 recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Inter-American Foundation* (IAF), defende Mendes (2009). Desde então, iniciou-se também uma rede de CEAPE em doze Estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco, São Paulo, Paraíba, Goiás, Pará, Piauí, Bahia, Espírito Santo

e Distrito Federal. Eles passaram a considerar a mesma metodologia de crédito produtivo orientado, dentro deles, princípios da sustentabilidade e a mesma orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema tradicional, principalmente do setor informal. E como exemplo cita-se algumas experiências bem-sucedidas no Brasil que merecem destaque (BARONE *et al.*, 2002, p. 15-18), como veremos a seguir:

a) **Banco da Mulher** (Seção Bahia), apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Está representado nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro;

b) **Instituição Comunitária de Crédito (PORTOSOL)**: apoiada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com parcerias de entidades da sociedade civil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Rio Grande do Sul, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e *Inter-American Foundation* (IAF);

c) **VivaCred**, criado em 1996, na cidade do Rio de Janeiro, na favela da Rocinha, por iniciativa do Movimento Viva Rio, com apoio financeiro do BNDES e da Fininvest e apoio técnico do SEBRAE. Atualmente, possui 04 agências localizadas na Rocinha, Maré, Rio das Pedras e Zona Sul do Rio de Janeiro;

d) **CrediAmigo**, criado em 1998, pelo Banco do Nordeste, para o financiamento diferenciado aos pequenos empreendimentos. É o maior programa de microcrédito do país, tendo realizado mais de 2,48 milhões de operações, com financiamentos totais de R\$ 2,07 bilhões. Mantém, atualmente, uma carteira de 195,3 mil clientes ativos, com financiamento no valor de R\$ 136,2 milhões (dados de dezembro/2005). Outras experiências com o propósito de gerar oportunidade de emprego e renda estão sendo desenvolvidas por instituições de fomento e governamentais: programa de microcrédito do BADESC (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A), o CredPop do BDMG (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais S/A), o Banco do Povo Paulista, Banco do Povo de Goiás e o Banco do Povo de Juiz de Fora (SEBRAE, 2003).

Vale destacar que nessa condução de ações governamentais, foi que emergiram muitos documentos respaldando as políticas de fomento. E como exemplo têm-se a decretação de leis federais como importantes processo de desenvolvimento da política de microcrédito no país. Entre elas pode-se citar a Lei n. 10.194/2001 que autoriza a criação de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM); a Lei n. 9.790/1999, que inclui as instituições não governamentais especializadas em microcrédito como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); a Lei n. 11.110/2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e altera a Lei n. 10.194/2001, bem como, a Medida Provisória no. 2.172/1932, que isenta as organizações OSCIP da Lei da Usura, permitindo a prática de juros com uso de taxas de acordo com as suas necessidades e condições de mercado (MENDES, 2009).

De acordo com dados do SEBRAE (2001), o Banco Nacional de Desenvolvimento Social criou em 1996 o Programa de Crédito Produtivo Popular, a fim de fortalecer a rede de instituições de microcrédito, com financiamentos a longo prazo, bem como o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), visando ao fortalecimento das instituições apoiadas. Também merece destaque as mais de 80 instituições apoiadas pelo SEBRAE, que atualmente encontram-se distribuídas no em todo o Brasil, como investimento dessa parceria de políticas de fomento. Mendes (2009) afirma que se discute o microcrédito em termos da regulamentação das instituições envolvidas no negócio, na adequada gestão dessas instituições, nas questões pertinentes à tecnologia do microcrédito, da adoção das melhores práticas e, principalmente, na discussão da sustentabilidade das instituições e dos programas de microcrédito.

Nesse caminho, há ainda outra perspectiva pela quais muitos pesquisadores tentam compreender o microcrédito e seus impactos sociais. Até porque é visto como uma perspectiva de impacto social, repletos de efetivas possibilidades de combate à pobreza e de geração de emprego e renda. Yunus (2002) acredita que o microcrédito é um programa de mudança social, dando instrumentos que possibilitem aos mais pobres exercerem suas habilidades e sua capacidade de produzir. A mulher se insere nesse meio como uma maneira de recuperar um espaço que outrora lhe foi negado pela sociedade. Essa perspectiva se coaduna com a visão de Amartya Sen (1999) de que o combate à pobreza passa

pela qualificação dos pobres que envolve a capacidade que cada um tem em suas condições diversas.

Khandker (2001) elenca um exemplo em Bangladesh de ações de políticas públicas de fomento ao microcrédito, em que o aumento da renda *per capita* e dos níveis de consumo das famílias bangladeshis atendidas por esses programas se tornaram em impactos positivos. Isto porque os levaram a gerar, mesmo que de forma discreta, efeitos de *spillovers*¹ na economia local. Em um estudo anterior para a Indonésia, Panjaitan-Drioadisuryo e Cloud (1999) O que Anderson, Locker e Nugent microcrédito aumentou substancialmente o bem-estar das famílias pobres, tanto (2002) relatam que o microcrédito, além de causar efeitos dessa natureza, levam à formação de capital humano e à ampliação e fortalecimento do capital social nas comunidades assistidas, como exteriorização positiva da existência e da atuação dos grupos de colaterais sociais (ou *aval solidário*, na terminologia brasileira).

Constanzi (2002) defende que o microcrédito aumenta a disponibilidade de ativos produtivos à disposição dos pobres, porque constitui, juntamente com educação e investimento no capital humano, um conjunto de importantes ações de combate à pobreza. Já nos comentários de Mônica Valente (2002) esta afirma a sua experiência em Bangladesh, em que acompanhou o funcionamento do *Grameen Bank*, que defende que o microcrédito se constitui num elemento para o desenvolvimento da vida dos cidadãos. E analisando essa ideologia juntamente com uma filosofia implantada por Yunus naquela instituição, Valente (2002) acaba defendendo, da mesma forma que o próprio Yunus, a concepção central em que o crédito é um direito do cidadão que não teve oportunidades no mercado de trabalho:

"... o crédito é entendido como um direito, algo a que todas as pessoas devem ter acesso, mesmo que seja para pagar um tratamento de saúde. Trata-se de superar o quadro de exclusão dos pobres do mercado financeiro, sem a pretensão de exaustivamente 'ensinar' as pessoas a gastar seu dinheiro produtivamente para atingir o progresso." (Valente, 2002, p. 9)

¹ A teoria desenvolvida em 1989 pelos pesquisadores Tait, Padgett, & Baldwin, referente aos benefícios econômicos trazidos pelo aumento do comércio que alcançam efeitos colaterais esperados na formação de alianças multilaterais de muitos dos Estados-nação regional.

Passos *et al* (2002) com relação ao trabalho de revisão etiológica conceitual sobre microcrédito e seus impactos sociais em várias regiões do mundo, afirma conclusivamente que:

"Uma das principais lições do microcrédito está na demonstração de que os pobres – e, em algumas experiências, a parcela efetivamente mais pobre de uma determinada região – podem se tornar clientes regulares de serviços bancários e, ao mesmo tempo, valerem-se desses serviços para a superação da pobreza." (Passos *et al*, p. 41)

Assim, pode-se perceber claramente as ações no Brasil, ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso à frente do governo federal, com o "Programa Comunidade Solidária" em que injetou no Brasil um modelo exterior do microcrédito de modo que todos pudessem debater em torno do assunto em voga. Essa visão do ex-presidente era uma alternativa estratégica de combater à pobreza e seu desenvolvimento.

Para Barone (2002), o "Comunidade Solidária" elaborou um manual de introdução ao microcrédito, no qual dispõe assim:

"O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores." (Barone *et al*, 2002, p. 11)

Entretanto, em 1998, ao reconhecer que os programas de microcrédito tinham mesmo um perfil de tirar pessoas da pobreza, além de ser um fator que contribui no processo de desenvolvimento humano, as Nações Unidas aprovaram a Resolução n. 28/1998, estabelecendo o ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito. Por meio desta resolução, a ONU convida governos e agentes envolvidos na erradicação da pobreza a discutirem e implementarem políticas de ampliação do microcrédito (United Nations, 1998). Pode-se compreender agora que a Organização das Nações Unidas reconheceu a necessidade de apoiar e dar capacidades às pessoas, dotando-as de acesso a fatores de produção, inclusive ao crédito. Outro ponto favorável diz respeito à observação na vocação que cada um tem para que se disponibilize esse apoio de fomento financeiro para o empreendedorismo, que deve ser encorajado com empréstimos de pequena escala e pela introdução deles no setor de pequenas empresas (United Nations, 1998).

De acordo com os dados defendidos pelo Banco Mundial a respeito de microfinanças, dados criticados por Mick (2003), que a chama de *paradigma liberal* essa discussão em torno das políticas de microcrédito e tem monopolizado a tensão de muitos gestores para obter sucesso no combate efetivo à pobreza. Vale mencionar que essa discussão fez surgir inicialmente duas correntes de abordagem do problema: uma corrente que defende a perspectiva da *geração de renda*, a partir de uma ótica mais instrumentalista, voltada para o funcionamento do mercado; e uma segunda corrente, chamada na literatura de *minimalista*.

A primeira corrente compreende a abordagem do microcrédito como uma estratégia de combate à pobreza, a qual deve ser implementada principalmente junto aos empreendedores – dentre os pobres – possibilitando-os financiar atividades privadas específicas que possibilitem geração e aumento de sua renda. Assim, essa é a postura defendida, em que se destaca o paradigma sobre as microfinanças em caráter meramente compensatório, o qual visa, por meio dos microempréstimos, viabilizar micronegócios que, funcionando nas franjas do sistema capitalista, num "capitalismo-dos-pobres", marginalizado, diluiriam os confrontos gerados por ele. A abordagem denominada de minimalista, que se aproxima da perspectiva de Yunus (2000) e M. Valente (2002) que defenderam a idéia de que os programas de microcrédito deveriam socorrer os mais pobres na luta contra a pobreza. Nesse caminho, essas ações iriam beneficiar por meio do crédito a qualquer um que esteja apto a honrar o pagamento da dívida. E isso inclui tanto homens quanto mulheres.

Essa postura é extremamente criticada por um dos principais defensores do paradigma liberal, González-Vega (2001), para quem o endividamento não constitui um direito, mas sim uma responsabilidade, que exige comprometimento com a capacidade de pagamento. A preocupação de Gonzalez-Vega volta-se mais para aspectos técnicos das microfinanças e menos para a abrangência dos impactos sociais do microcrédito. O autor menciona numa frase de efeito que “a microfinança não é uma panacéia”. E mesmo os defensores dessa cultura minimalista entendem que o microcrédito é um remédio contra a pobreza, mas não o único, nem tampouco o definitivo. O segundo aspecto fundamental a respeito dos impactos sociais do microcrédito diz respeito à importante questão da focalização nos mais pobres. O sucesso do microcrédito no combate à pobreza exige que os programas desenvolvidos pelos Incentivos de Micro-finanças (MF) sejam desenhados de forma

que atinjam os mais pobres (Passos *et al*, 2002; M. Valente, 2002 Yunus; Paiva e Galiza, 2002). Tal desenho deve contemplar uma adequada definição do público alvo, notadamente o chamado núcleo duro da pobreza, a fim de evitar a captura dos programas por grupos não pobres (Navajas *et al*, 2000).

Alguns modelos de focalização de sucesso constantes da literatura destacam as seguintes medidas: empréstimos a famílias chefiadas por mulheres (preferencialmente viúvas e divorciadas), famílias da área rural que sejam funcionalmente sem-terra, famílias cuja renda familiar esteja abaixo de um mínimo estabelecido, ou que apresentem déficits alimentares crônicos. No entanto, mesmo um desenho adequado não garante a perfeita focalização. Como colocam Constanzi (2002) e Passos *et al* (2002), o foco nos mais pobres entre os pobres pode requerer ações de caráter mais assistencial, como, por exemplo, programas de segurança alimentar. Yunus (2002) analisa a possibilidade da utilização de programas de renda mínima, desde que estes sejam implementados de forma estritamente temporária. As Nações Unidas observam a necessidade complementar de serviços básicos como educação, programas de moradia, saúde e nutrição (United Nations, 1998:b). Navajas *et al* (2000) propõe que o microcrédito deve ser avaliado *vis à vis* com outros programas de combate à pobreza, em termos de eficácia e eficiência nos resultados desejados, a fim de se verificar se é válida a sua implementação, frente às outras possibilidades.

2.4 OPORTUNIDADES DE INCENTIVO A NEGÓCIOS PARA AS MULHERES

Ainda que as mulheres venham demonstrando iniciativas animadoras sobre o mercado informal de empreendedorismo, ao criarem seus próprios negócios, desprendendo-se com o mercado formal, muitas delas, que desempenhavam as mesmas atividades, acabavam ganhando menos que os homens. Isso é, no mínimo, intrigante, porque a mulher vem determinada a inserir-se em padrões mais rígidos de trabalho, mas ela acaba não conseguindo as mesmas oportunidades que os homens, o que só reforça a necessidade de compreensão dessa mesma situação desprivilegiada.

E, na contextualização dos programas públicos e sociais existentes no Brasil e no estado do Amapá, sabe-se que historicamente não se tinha essa

preocupação em considerar a classe feminina de modo que minimize os entraves de acesso a novas oportunidades no mercado.

De acordo com Costa e Castanhar (2003 p. 971), esse desinteresse histórico vem diminuindo gradativamente, na medida em que diversas pesquisas e abordagens que retratam o real quadro socioeconômico do país, a crise da dívida externa e a interrupção de um longo ciclo de crescimento econômico, aprofundaram as desigualdades sociais presentes na realidade do país. Reforçam mais ainda essa leitura quando abordam sobre a urgência dos investimentos governamentais, e a necessidade destes em realizarem a avaliação regular de seus programas e atividades.

Nessa percepção, considera-se que a busca dessa melhoria atualmente impõe a administração pública a necessidade de desenvolver instrumentos e metodologias de avaliação ágeis e de baixos custos. Houve, de fato, a desestatização desses serviços públicos e a crescente autonomia conferida às agências públicas. E a escassez dos estudos das políticas públicas com a preocupação de propor linhas de financiamento por meio de microcréditos para mulheres no país faz com a análise dessa gestão fique gravitando na órbita das questões analíticas tradicionais valorizadas pela ciência política, sem fugir da debilidade de análise da área da administração pública.

O Estado do Amapá não foge a essa realidade que é nacional, mas vem tendo acesso gradativo nos últimos dois anos na política econômica mais eminente e enfática ao social de gênero feminino. Atualmente têm se observado que o Governo do Estado, de modo participativo em conjunto com várias entidades sociais, econômicas e políticas, vem implementando diversos projetos voltados à crescente demanda por políticas públicas, que venham, a partir do aparato institucional, atender aos anseios da população local. Considerando que todo esse esforço institucional vem se desenvolvendo a passos pequenos, torna-se necessário entender a dinâmica da sociedade que é cada vez mais veloz e que exige avaliação constante das relações custos/benefícios desses projetos. Outro ponto que deve ser entendido diz respeito aos instrumentos e às técnicas que venham a garantir real avaliação e análise da eficiência e da eficácia na totalidade do processo de gestão local.

Todo esse cenário de política econômica é marcado pela instabilidade, acirrada de competitividade e pela crescente taxa de desemprego. O

empreendedorismo surge como uma alternativa para aqueles que desejam ou necessitam criar um negócio próprio. Para Castells (2000, p. 109), as novas relações de trabalho e novos empregos, em que muitos autores o vêem como uma revolução silenciosa ainda vai ter importante papel para o século XXI, redefinindo oportunidades e responsabilidades na sociedade penalizada pela ausência de emprego de massa formal, em que deverá ser a questão social mais permanente para o próximo século.

Ressalta-se, mais uma vez, que empreendedorismo, na concepção de alguns autores, vem promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho, os anos 90, são fundamentais para a superação de mais um marco na vida profissional de um grande contingente de mulheres. Fenômenos econômicos dessa década vão marcar a necessidade de atividades fundamentais que impulsionam a inserção de mulheres no ramo empreendedor, sendo a primeiro plano o crescimento do setor de serviços, que se expandiram, como lavanderias, restaurantes, lanchonetes, escolas e outros e num segundo plano o fenômeno da terceirização com incremento de áreas de industrialização, pequeno comércio, alimento, artesanato, vestuários e outros que reforçaram a entrada dessa força feminina no cenário econômico. É nessa contextualização em que se percebe o papel da mulher na condição de doméstica, de dona de casa, expandindo-se para o mundo do negócio.

A preocupação com o monitoramento do conhecimento organizacional é atribuída ao fato dos administradores terem percebido que as organizações possuem, além dos tradicionais ativos mensurados pelos velhos modelos contábeis, os chamados ativos intangíveis. Estes ativos representam vantagem comparativa a partir da habilidade intelectual das pessoas de aprendizagem, criatividade e inovação, sempre desafiadas pelos problemas institucionais da questão.

Como questão que norteia o estudo ora abordado verifica-se: Por que emergem as Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda? O microcrédito constitui-se como um Programa que rompe o assistencialismo no Estado?

2.5 OS CAMINHOS DE GERAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A CRIAR CONDIÇÕES DE EMPREGO E RENDA

Diversos estudiosos que comentam sobre as Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil admitem que o Brasil seja totalmente carente de

programas e políticas eficientes e eficazes sobre os reais problemas do sistema capitalista e do mercado, o qual vem enfrentando o desemprego e acompanhado a essas questões todas as dificuldades.

Sabe-se que neste cenário já há algumas iniciativas que ainda precisam atender aos problemas surgidos no mundo do trabalho, mas se sabe que essas ações sempre falham, em sua maioria, por falta de poder de articulação e integração dos programas criados, pois quase sempre caem no descaso dos gestores e promovem mais desempregados na sociedade. De acordo com Pochmann (2001) apud Lopes (2007):

a questão da falta de políticas públicas eficazes voltadas para a geração de emprego e renda dá-se, sobretudo, em razão da pouca atenção historicamente dispensada ao problema do emprego no país, quando comparado a outras políticas como a educação e a saúde.

Essa percepção foi delineada em paralelo as outras experiências de políticas públicas. O que se observa é que ao contrário de outras experiências como as voltadas para a atenção à saúde e à educação, o desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor. Na verdade, eles são vistos como assunto de ordem individual ou mais privado do que público.

Nesse aspecto, percebe-se que o problema relacionado ao desemprego é algo que se torna uma dificuldade que recai apenas para o indivíduo que não tem capacidade para se estabelecer no mercado. Para Lopes (2007), é mesmo preciso considerar o desemprego como uma das mais difíceis situações sociais. Por isso que se torna difícil o atendimento social adequado ao desempregado, porque se reflete de maneira brusca as emoções diversas do próprio ser humano que vivencia esses problemas sociais. De acordo com Pochmann (2001), situações como essas normalmente se tornam alvo ao desespero social, tal como a violência e as drogas, enfim, o quadro de desamparo e de regressão de uma sociedade que já vem há muito tempo se desgastado internamente.

Conforme Lopes (2007), as experiências do Brasil que se voltam às políticas públicas de compreender e minimizar os problemas do desemprego são relativamente recentes. E todos os sistemas ainda estão pouco a pouco se estruturando, e, por isso, emerge nesses tempos o Sistema Nacional de Emprego (SINE), que é para que venham a definir melhores estruturas democráticas para minimizar os impactos do desemprego e subempregos na sociedade. Sabe-se que

esse processo de desenvolvimento desse sistema público está se delineando de forma lenta desde 2003, com resultados bem incipientes. O fato é que as linhas de atuação das políticas públicas de emprego e renda filosoficamente parecem claras: que haja a regulação de oferta e demanda de mercado, que sejam ampliado o acesso ao seguro-desemprego mais efetivo e, de maneira justa, aos programas de qualificação profissional e social e os programas de geração de emprego e renda tenham focado o desenvolvimento econômico e social de cada Estado.

Para Lopes (2007), as políticas de geração de renda só começaram a ser implantadas no Brasil na década de 1960 como meio de proteção e ou amparo ao trabalhador. O aparato institucional de regulação das relações e condições de trabalho começou a ser desenhado no Brasil durante a Primeira República, estabelecendo-se no Estado Novo por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Entretanto, sabe-se que as políticas públicas só fizeram parte da agenda governamental a partir dos anos 1960. E nessa década, o crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos provocaram uma expansão significativa da mão-de-obra disponível nas cidades. As altas taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de parcelas expressivas da População Economicamente Ativa (PEA) ao mercado formal de trabalho, sobretudo no setor industrial e nos aparelhos de Estado.

Em um momento em que a economia mundial despontava pelo crescimento econômico sem precedentes e em um período acelerado de empreendimentos de revolução industrial, muitas mudanças ocorreram no Brasil e tiveram reflexos sobre muitos Estados do país. Com relação aos programas de geração de emprego e renda, embora já estivessem despontando nas ações de governo, sabe-se que elas se davam de maneira isolada. E, somente a partir do ano de 1994 ganham um formato de política nacional com o incentivo de recursos significativos para essa área.

É preciso mencionar que as políticas de emprego no Brasil são aplicadas muitas vezes sem levar em consideração as especificidades nacionais, regionais, setoriais e locais. Para Lopes (2007), a grande maioria das ações de políticas públicas voltadas para essa questão social recebe apoio também da intervenção dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre outros, pelo apoio

financeiro que tecem observações, dando direcionamento às políticas governamentais nos países semi e periféricos do capitalismo.

Dentro das profundas inquietações oriundas da consequência da crise brasileira dos anos 80 e das políticas de ajuste macroeconômico e reestruturação produtiva no plano social, que começam a surgir, entre nós, os programas de geração de emprego e renda. Como reflexos positivos na sociedade, eles ganham popularidade, assumindo grande relevância social, com inserções ocupacionais muito heterogêneas, atingindo destaque aqueles programas de popularização de crédito público, entre outros. A dificuldade de acesso ao crédito pela maior parte da população tem sido contra-balançada pela presença de linhas de crédito apropriadas às pessoas de baixa renda, preferencialmente mulheres.

Conforme Mendes (2009), os programas de microcrédito existentes no norte do Brasil, em especial no Estado do Pará, demonstram com clareza as dificuldades existentes aí. Mas há de se mencionar que esse já é um grande avanço de desenvolvimento regional local. Observa-se que, nesse processo de estratégia de construção do crescimento econômico, muitos empreendimentos de pequeno porte são elencados por esse mercado.

De acordo com Azeredo (1998), esses programas sociais foram destinados para utilizar o microcrédito como instrumento da política social. Pressupõe-se que as possibilidades oferecidas diante do cenário do desemprego são um bom motivo para que se respaldem os reais objetivos das políticas de microcrédito. Em face das dimensões da escala do desemprego, devem-se oferecer alternativas de geração de emprego e renda, que venham a inserir o indivíduo no sistema econômico de maneira eficaz, por esta serão analisadas a seguir as políticas públicas como instrumento de transformação no mercado de trabalho.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NO MERCADO DO TRABALHO

A gênese do desenvolvimento das políticas de combate à pobreza passou a constar da ordem do dia. E nessa percepção Galbraith (1993, p. 9) menciona que a questão é definida com o papel do governo para com os *pobres e preocupados* como ponto fundamental ao seu bem-estar estar e para alguns até mesmo de sobrevivência. Surge ainda a necessidade de se combater a pobreza e, com ela, os seus efeitos decorrentes de ações corretivas sobre as suas causas imediatas, bem como as ações preventivas que são parte fundamental da contextualização universal do debate político que enxerga a desigualdade social, como, por exemplo, no Brasil.

As crises econômicas perduraram por décadas e, assim, abalaram a conformação econômica que foi construída na década de 1970. Vale mencionar que os avanços econômicos não foram o bastante para amenizar as desigualdades sociais. E a presença de pessoas inseridas como classe menos favorecida (pobre) é um fato a ser considerado pelos estudiosos das políticas públicas, a fim de amenizar esse quadro caótico que dia após dia vê se ampliando. Para Pochmann (1998, p. 109), as políticas públicas “eram vistas” pelo que se expressava na sociedade pela estabilidade dos empregos constantes, bem como a evolução dos salários como um processo de conquista. Conforme Pochmann (1998, p. 111):

A crise do padrão de desenvolvimento capitalista conformado no pós-guerra abriu, desde a segunda metade dos anos 70, um espaço para a sustentação de um conjunto de políticas governamentais que se distanciou do antigo compromisso do pleno emprego. O predomínio das políticas públicas neoliberais de combate a inflação a qualquer custo e a presença de uma ordem econômica que promove mais a valorização financeira do que produtiva do capital tiraram das políticas de emprego o objetivo e o conteúdo sistêmico da plena incorporação social.

Acredita-se que muitas transformações ocorreram de maneira que rompam com as tradições social-democratas e keynesianas articuladas às políticas macroeconômicas. Vale mencionar que elas se acham focalizadas em segmentos específicos da oferta ou demanda da mão-de-obra, destituídas do uso mais geral dos instrumentos macroeconômicos.

As políticas públicas em grande percentual estão voltadas para o mercado de trabalho de maneira que limite ou diminua o desemprego na sociedade capitalista (POCHMANN, 1998, p. 111). Vale mencionar que a experiência de políticas para o mercado de trabalho é de um período recente com a inclusão de: normas de trabalho, fortalecimento das ações de formação e qualificação profissional, e, ainda, de readequação das ajudas de emprego e de desemprego. E essa preocupação é, segundo Martinez (1997, p. 115), promotora de reduções no grau de rigidez em como funciona o mercado de trabalho, bem como de considerar o nível de emprego como ponto de partida de seu custo. Compreende-se, nessa situação, que ela é distinta da expansão do trabalho na renda e no desemprego, em que se mostra uma constante nas diversas experiências. E esse ponto de vista é claramente percebido com as reflexões do autor.

Nas múltiplas faces das políticas públicas não há como negar que muitas mudanças tiveram que ser consideradas para que as ações sociais pudessem de fato e de direito ser recompensadas na dimensão estrutural do mercado. Nessa linha de pensamento, ao refletir na condução dos passos com tendência de melhorar a qualidade de vida, a taxa de crescimento populacional no Brasil passou a decrescer a partir do fim do século XX, ocasionado pela inserção de ações direcionadas.

De acordo com dados do IBGE (1980) a fecundidade caiu em todas as regiões, aumentando a expectativa de vida ao nascer. Houve uma mudança de distribuição regional da população – o percentual de população no norte vem aumentando: em 1980 era de 5,56% da população brasileira, em 1991, 6,81%; e em 2000 passou a 7,60%. Nesse trajeto, há de considerar que a desigualdade na distribuição de renda é um fator determinante e marcante para o elevado nível de pobreza da sociedade brasileira. O outro ponto bem aparente é a escassez de emprego formal, porque a população “pobre” busca na informalidade a sua sobrevivência, exercendo trabalho autônomo ou iniciando pequenos negócios. Para Arroyo (2002), as pessoas excluídas do sistema tradicional de crédito ficam sem alternativas de crescer e só pensam na sua subsistência.

Nessa constante avaliação de acreditar-se que grande parte das políticas públicas só foi implementada no final da 2ª guerra mundial em virtude das profundas transformações, viu-se que as políticas de emprego transformaram-se em políticas para o mercado de trabalho, com ações centralizadas e recursos cada vez mais focalizadas nas classes específicas, de maneira que transformem as políticas de

mercado de trabalho (POCHMANN, 1998, p. 123). Já para Yunus (2002), muitas foram as dificuldades de mudar as facetas das políticas governamentais que dessem acesso ao crédito tradicional às pessoas menos favorecidas na economia, de modo que se obter o novo modelo de concessão de crédito, como um forte impacto social.

Em resposta às ações governamentais, é plenamente possível entender à construção do microcrédito como uma possibilidade de promover melhorias reais na vida de populações menos favorecidas, para iniciarem seus pequenos empreendimentos e buscarem, por meio deles, sua sobrevivência e autonomia. Para Landim (2006), isso é uma evidência empírica de melhoria das condições de vida das pessoas de baixa renda e beneficiadas com o crédito pelos recursos disponibilizados, e, cujos resultados indicaram uma melhoria das condições socioeconômicas das famílias brasileiras beneficiadas com o programa. Já para Mendes (2009), muitas vezes os programas governamentais emergem na medida e proporção que são capazes de estender empréstimos para as pessoas pobres, sem contar com subsídios, justamente pelas condições de vida de cada solicitante ao crédito. Nessas ações públicas, observa-se que as instituições brasileiras têm enfrentado dificuldades nas duas frentes, já que nenhuma apresentou sustentabilidade financeira e um compromisso explícito com a redução da pobreza.

Para Coelho (2006), as nuances de políticas públicas refletem no microcrédito, porque as microfinanças podem beneficiar diretamente à parcela da população de baixa renda, já que os benefícios estão relacionados à estabilização do consumo. Coelho (2006) discorda que o microcrédito seja a *primeira tecnologia na humanidade* que pode aplacar a fome, entretanto, ressalta a sua capacidade de fornecer benefícios significativos na vida da população pobre. Para Bruschini (2008), a política de microcrédito se constitui em um mecanismo de oportunidade de acesso à produção, capaz de modificar positivamente a condição sócio-econômica do beneficiado. Diante de tais evidências e dos estudos feitos por Amartya Sen (2000), o microcrédito pode ser entendido como fonte de oportunidade para a liberdade e autonomia, ensejando uma melhoria na qualidade de vida dos tomadores do crédito.

Além disso, aos olhos de Mendes (2009), não se pode deixar de enfatizar que a repercussão da concessão do crédito pode ser estendida à melhoria de outros aspectos da vida do tomador, até mesmo porque ao ter o acesso ao fomento o tomador vai adquirir educação, aquisição de bens duráveis, acesso a planos de saúde e a serviços de melhoria à moradia e o acesso ao lazer. Vale mencionar que

são a moradia e o lazer os principais acessos de pretensão da camada pobre. Assim, as ações de políticas de fomento destinam-se, principalmente, a ampliar e democratizar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros para os trabalhadores, para as micro e pequenas empresas e, especialmente, para a população de baixa renda. Desta maneira, geram expectativas com fins de diminuir a exclusão social e ampliar o acesso de geração de renda e trabalho, para garantir cidadania às populações inseridas em situações que necessitam atenção do setor público.

De acordo com Corsini (2007, p. 152), “a aplicação dos recursos em suas atividades produtivas reflete-se também na melhoria das condições materiais de vida e sociabilidade dos beneficiados com o crédito”. Os efeitos são observados em diversos aspectos, a saber:

- a) o fortalecimento da capacidade produtiva dos pequenos empreendimentos financiados, refletindo na diversificação dos estoques, aumento da clientela, das vendas realizadas, no faturamento e na estabilidade do negócio;
- b) o favorecimento do aprendizado dos clientes na realização de negócios;
- c) o incremento da renda, possibilitando a aquisição e o acesso a bens ou serviços considerados essenciais;
- d) a colaboração no conforto da habitação ou moradia;
- e) a contribuição na melhoria da autonomia, dos sentimentos de segurança e da realização das pessoas, possibilitando a conquista de dignidade e respeitabilidade na comunidade;
- f) a ajuda nas possibilidades de escolarização de familiares, crianças e adolescentes;
- g) o fortalecimento de iniciativas de natureza familiar, beneficiando membros do núcleo familiar;
- h) a ajuda na conquista de sonhos de mulheres e homens, possibilitando a autorealização daqueles que buscam trabalho e renda com dignidade.

Além disso, não se pode deixar de enfatizar que a repercussão das políticas públicas por meio da concessão do crédito pode também ser significativa no desenvolvimento local das áreas atendidas pelo microcrédito. Como reflexo de tudo isso, tem-se o desenvolvimento de novos empreendimentos no meio social, o

resgate de famílias em desgaste pela pobreza e principalmente a valorização do ser humano na plenitude de suas atividades.

Para Baltar (2006) apud Mendes (2009), as políticas públicas que originam o microcrédito tem a função de impacto social positivo, reduzindo a discrepância social existente nas camadas da sociedade e melhorando a qualidade de vida material dos beneficiados com o crédito. Para outros autores, como o grupo liderado por D. Pearl e M. Phillips, os ganhos não compensam as perdas, pois segundo eles, o microcrédito apenas alivia a pobreza. Além desses embates, ainda há outros que envolvem o custo de acesso ao sistema bancário tradicional. Santos (1987) acredita que a sociedade passa por um processo de *Cidadania Regularizada* em que o papel das políticas públicas está na promoção de políticas de proteção social, no estímulo a atividade econômica como parte da transformação e desenvolvimento das relações de trabalho.

Em síntese pode-se afirmar que as políticas com o perfil de economia solidária são pensadas como ação de Estado, e, depende do sistema que as criou no sentido de atrair as práticas sociais (BARBOSA, 2006, p. 177). Disso, deriva a necessidade de compreender o mercado em relação ao poder de compra e venda como elementos que se interpõem na trajetória econômica e produtiva, moldando-se a um desenvolvimento nessa sociedade como sujeito socioeconômico, ou como mero programa de geração de renda comum a tantos outros meios expostos na tela social.

3.1 ABORDAGEM CONCEITUAL: UMA VISÃO MAIS PLANEJADA DO MERCADO DE TRABALHO E RENDA

Muitos pesquisadores conceituados buscam realizar uma base conceitual com a definição transparente do setor público nas organizações. O mercado de trabalho vem se adequando aos conceitos contemporâneos, que em grande maioria das organizações está se desviando dos conceitos tradicionais estabelecidos e passam a adaptar o conceito de público e identificá-los de acordo com o poder de influência que isso exerce sobre a empresa. De acordo com Simões (1995, p. 132):

[...] os públicos são classificados de acordo com o tipo de poder que exercem nas organizações, enquadrando-se em quatro níveis. No primeiro plano estão aqueles públicos cuja influência permite o exercício das

atividades da organização (ex: governo). O segundo plano compreende os acionistas e diretoria da organização, exercendo seu poder de decisão no momento em que a organização precisa agir. O terceiro plano enquadra os colaboradores, cuja atuação pode frear ou favorecer o desenvolvimento das ações por parte da organização. Por último, enquadram-se os chamados líderes de opinião, que influenciam a organização pela manifestação do seu julgamento ou seu ponto de vista.

De acordo com Simões (1995), é na construção dos perfis de público que se descobre nas relações públicas como um forte subsídio na esfera conceitual que gera compreensão e percepção necessária na forma do profissional se envolver e proceder com esses públicos. No entanto, faz-se interessante ressaltar que a classificação e o poder de influência do público acabam variando em conformidade com a organização. De maneira geral, as organizações podem ser divididas em: primeiro, segundo e terceiro setor. E essa divisão é que permite caracterizar o tipo de relação público-organizacional e estabelece fronteiras com o objetivo de identificar e analisar os públicos alvos envolvidos dentro de cada processo. Mencionaremos um por um, de maneira bem resumida:

a) Primeiro Setor

De acordo com Mendes (2009), as empresas e organizações públicas compreendem o chamado primeiro setor da economia. Até porque por muito tempo ampliou-se a ação do Estado na vida econômica da sociedade, sem qualquer relação com a filosofia econômica-social vigente no país. Acredita-se que Estado intervém na economia de inúmeras maneiras e a forma mais explícita é a de operação e administração da empresa pelo próprio Estado. De modo conceitual, o manejo das empresas públicas no Brasil é variável de acordo com os objetivos seguidos pelo poder público. O que é constantemente característico é que as empresas públicas desempenham atividades públicas propriamente ditas, sob a forma de sociedade privada, mas constituída e dirigida pelo poder público (PARACA, 2006). O reconhecimento ocorre por meio de leis, em que a instabilidade do governo acaba estabelecendo contato direto com os dirigentes públicos. Vale mencionar que, nesse ínterim, insere-se o auxílio na integração do poder público e do setor privado a fim de desenvolver e programar políticas direcionadas aos públicos afetados pela organização pública.

b) Segundo Setor

Conforme Kunsch (1999, p. 83) “o produto final de uma empresa é o somatório de tudo que é feito dentro dela”. E de forma mais geral essa percepção era vista como parte integrada e gradativa de todo o processo de construção das ações do poder público frente às atividades. O conceito de produto foi enormemente expandido; e no momento atual, além de englobar as decisões de preço, invadiu amplamente a área de distribuição e vendas, por meio de serviços de atendimento ao cliente e assistência técnica.

De acordo com Mendes (2009) “as empresas privadas são as que mais agregam setores de relações públicas”. E observa-se ainda que as boas relações com os consumidores sejam de responsabilidade do departamento de relações públicas. Como o planejamento de programas de relações com os consumidores é realizado por meio de estímulos operativos, por meio de informações que suscitem motivações e gerem a aceitabilidade do consumidor com relação à empresa. O foco do trabalho de relações públicas nas empresas privadas é o de mobilizar eficientemente os recursos da empresa para fazer face aos problemas e oportunidades propostos pelos fatores internos e externos a organização.

c) Terceiro Setor

Conforme Mendes (2009) este setor da economia é composto por entidades não governamentais, organizações religiosas, entidades beneficentes, centros sociais, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e organizações voluntárias, que realizam trabalhos em diferentes áreas sociais. Observa-se que as atividades do terceiro setor estão se estruturando de maneira que expandam o mercado profissional. Em contorno a essa situação, o profissional de Relações Públicas se insere para complementar as relações sociais. É preciso que o profissional de relações públicas motive a opinião pública a contribuir para determinada causa, pressione eficientemente legisladores e governantes, divulgue projetos e experiências bem-sucedidas e mostre os caminhos a seguir (SILVA, 2006).

Uma observação que deve ser feita é aquela sobre o terceiro setor, do qual emerge um fenômeno de responsabilidade social como fator determinante de trabalho e geração de renda. Para Mendes (2009), isto se mostra ante aos fatos de todas as atividades do terceiro setor estarem focadas na coletividade ou em grupos da sociedade que carecem de algum tipo de atendimento social. Conforme Canfield (1991), esta iniciativa privada consolida muitas parcerias com as instituições do terceiro setor, de modo que se desenvolvam trabalhos voltados para a área social. Este é um ponto de partida da versatilidade das faces das políticas públicas inseridas em todos os setores, na busca incessante por minimizar a pobreza na sociedade.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

As ações de base da responsabilidade social podem receber diversas nuances no momento de sua definição. Esse fato se deve em função de ser um objeto de estudo considerado novo no meio público, e, embora já se consolide presente no convívio social há mais tempo, ainda é intrigante a sua base de dados. Por isso as políticas públicas emergem como retorno de responsabilidade social dentro de uma visão geral, em que ela consiste no compromisso contínuo dos agentes cidadãos e dos gestores de negócios pelo comprometimento ético que contribua para o desenvolvimento socioeconômico.

Como retorno às ações políticas na sociedade como parte da realização de decisões que reflitam sobre a qualidade de vida atual e futura da sociedade, afetada e envolvida nesse processo. Em retorno a esse comportamento, as atividades de responsabilidade social vêm ganhando espaço de grande importância nos principais centros de economia e da sociedade que necessita de melhores respostas de desenvolvimento.

De acordo com Mendes (2009) no Brasil que existem empresas e instituições que são sensíveis à situação social, que além de discutir, promovem ações eficazes para diminuir as diferenças sociais. Para Souza (2006) “daqui a algum tempo quem escrever a história desses tempos de virada, terá que registrar, mas com destaque, o despertar de diversos setores para o social”. De acordo com Kunsch (1999) “há uma crescente tomada de consciência das empresas, que procuram se direcionar para órbitas socialmente orientadas, como participação

política, apoio educacional, relações com a comunidade, etc”. Em resposta a tomada de consciência, o fenômeno da responsabilidade social é um fato presente nos três setores da economia (poder público, iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos).

Para Souza (2006), uma questão bem interessante para ser mencionada diz respeito à filantropia, filantropia esta que movimenta 12 bilhões de reais anualmente no Brasil, cuja atuação sobre as empresas é significativa na área da ação social. Conforme Silva (2006), o apoio à cultura, à educação e a programas sociais torna-se vital para aqueles que defendem um mundo mais humano e uma sociedade mais digna. E não se trata apenas de uma questão de filantropia, de caridade, mas um compromisso e uma contribuição da sociedade, por suas instituições, com o interesse de criar parcerias entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor.

O que então parecia uma atitude voluntária, muitas vezes uma obrigação, um favor, torna-se um compromisso social do setor privado em decorrência das exigências das ações governamentais. Mais conscientes de seu papel, essas instituições estão comprometidas e dispostas a dividir com o Estado a responsabilidade pela diminuição da exclusão social em nosso país, transferindo recursos privados para projetos e ações na área social. Para que emergentes campanhas de responsabilidade social sejam levadas a sério pelos três setores da economia, elas devem primar pelo bem-estar e qualidade de vida dos funcionários das instituições envolvidas e dar sustentabilidade a projetos e ações que beneficiem a comunidade, bem como objetivar alianças estratégicas, quando necessárias, para transformar sucessos isolados em práticas e realizações permanentes de cidadania (PARACA, 2006). Hoje, cada vez mais, as pessoas estão desejosas de uma mudança social, na forma de vida, na economia e em seus sistemas sociais.

Na percepção de Quinzo (1999) o que acontece de fato é a deficiência do Estado em atender as necessidades das classes menos favorecidas. Como retorno dessa negligência em apoiar as políticas públicas em suas múltiplas faces que envolvem os projetos que visem o bem-estar social e econômico. Assim, por certo o próprio Estado estaria também desenvolvendo e realizando a responsabilidade social. Para Silva (2006), em todas as ações deve constar a responsabilidade social, e essa é uma idéia totalmente nova no mundo empresarial

sustentável. À medida que amadurece a economia, mostram-se evidências de que os consumidores modernos estão procurando novos valores para consolidar seu favoritismo por determinadas políticas. Desta forma, as pessoas que necessitam de melhores atenções de resgate e auto-estima estão aliando-se a um novo cenário com demonstrações de cidadania e responsabilidade social, frente às necessidades de todas as partes envolvidas nesse processo. Observa-se que à medida que as ações de políticas se voltam para essa nova dimensão com uma missão e visão de responsabilidade social, podem ainda assumir posição de declarações indiferentes sobre o assunto em tela. Vale destacar que os programas de responsabilidade social estão preocupados em sustentá-los por muito tempo como uma tendência da cultura empresarial contemporânea.

Atualmente, o mercado e a sociedade requerem um novo posicionamento para que haja uma gestão mais centrada em interesses e contribuições a um conjunto de partes interessadas que almejam a excelência da qualidade nas relações e sustentabilidade em todas as esferas. Conforme dados do Instituto de Pesquisas Economicamente Aplicada (IPEA, 2000), os empreendimentos devem aderir às ações sociais e investir na educação e no progresso de seus colaboradores, na sua saúde e alimentação. Afinal, é também por meio desses trabalhos que se tende a colher mais em produtividade, compromisso e dedicação. É observável o grande número de empresas que vêm assumindo seu papel de responsabilidade para com a sociedade.

O IPEA (2000) traz à tona dados cada vez mais otimistas da atuação das ações no desenvolvimento de projetos sociais. Em grande parte, acredita-se que as empresas que realizam investimento privado na área social estão preocupadas com os resultados obtidos, as transformações geradas, as soluções concretas criadas e multiplicadas em benefício da área social.

Desta maneira, observa-se que as ações das esferas governamentais por meio de diversas políticas públicas em ampliar seu papel, transformam-se em agentes sociais por adaptar e disponibilizar recursos usados no seu negócio para melhorar as condições de vida da sociedade. Em síntese, pode-se dizer que uma empresa socialmente responsável é aquela que, além de ser ética nos seus negócios, é também socialmente responsável. Ao exercer a responsabilidade social externa e internamente de maneira que cumpram seu papel social com bases sólidas, ele pleiteia uma sociedade mais justa, para que melhorem as condições de

existência humana em uma ação social ampla e coesa. É nesse foco sustentável de responsabilidade que as políticas públicas se inter-relacionam com os gestores de empresas privadas, no sentido de que, juntos, os esforços sejam mútuos e afinados para fazer frente ao combater da pobreza e no rumo de gerar emprego e renda a uma sociedade que necessita de amparo estratégico de desenvolvimento social e econômico.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE REFERÊNCIA PARA O BEM-ESTAR E PARA A QUALIDADE DE VIDA

Os questionamentos correlacionados aos conceitos de bem-estar estar, felicidade e qualidade de vida podem ser constatados na aparente emergência da filosofia utilitarista no século XVIII. Esse período foi parte da orientação para encontrar caminhos de promoção da felicidade de cada indivíduo como meta e valor em si mesmo (MENDES, 2009). A idéia central era tentar determinar se o bem-estar estar pode ser considerado um processo ou uma atividade. Uma atividade contínua, constitui-se, portanto, numa possessão tangível.

Nas últimas duas décadas tem surgido uma literatura substancial cujos esforços se centraram na tentativa de definir empiricamente o conceito de qualidade de vida. Como evidência, por exemplo, de que o potencial de Capital Social (medido em termos da confiança que as pessoas têm nos outros) incide positivamente na satisfação das pessoas com a vida (BJORNSKOV, 2005). Numa perspectiva macro-sistêmica argumentam que as pessoas em sistemas democráticos são mais felizes do que em outros sistemas políticos. Na percepção de Mendes (2009), existem quatro (4) fatores que são sendo considerados sobre a importância da geração de qualidade de vida. São eles: fatores políticos; fatores econômicos; fatores institucionais e fatores de desenvolvimento humano.

Na perspectiva política, Silva (2006) sugere que as instituições democráticas sólidas levam a uma melhor alocação de recursos e de bens próximos às preferências dos cidadãos. Acredita-se que eles terão um impacto positivo no bem-estar estar subjetivo das pessoas. Adicionalmente se sugere que democracias mais enraizadas no tempo têm melhores probabilidades de terem populações felizes do que as novas democracias. Rodrik (1999) destaca com grande evidência que a democracia está associada com um alto índice de Produto Interno Bruto. A

desigualdade não é vista como problema, os cidadãos teriam avaliações positivas em relação aos serviços prestados pelos governos.

Segundo Mendes (2009), essas desigualdades constituem um ciclo vicioso de pobreza e falta de mobilidade social. Ao mesmo tempo, muitas intervenções públicas têm sido inofensivas em resolver essas desigualdades. Algo a ser relatado por Mendes (2009) no que diz respeito aos grupos excluídos por raça, etnia, origem e gênero, entre outros; eles são contabilizados pelas suas carências em relação às necessidades de maneira geral, na medida em que não proporciona uma infra-estrutura adequada para incluir a maioria da população.

Leff (2002, p. 1) menciona que “a cidade converteu-se, pelo capital, em lugar onde se aglomera a produção, congestionam-se o consumo, amontoa-se a população e degrada-se a energia”. A gestão pública tem um papel definitivo para propiciar uma boa qualidade de vida, por meio da implantação de programas que venham ao encontro das necessidades da população. Como se pode entender a qualidade de vida, se o seu conceito é algo adjetivo e relativo, pela própria influência de fatores relacionados às diferenças individuais, sociais e culturais e até mesmo pelo acesso às inovações tecnológicas de desenvolvimento social e econômico.

A partir da década de 1960 o Movimento de Indicadores Sociais (MIS) inicia uma pesquisa dos estudos sobre qualidade de vida e que se tornaram suficientemente tratados no avanço após a revolução industrial. Até hoje, não se tem um conceito de qualidade de vida que tenha aceitação mundial, pois muitas são as áreas de interferência que podem definir a qualidade de vida e o grau de satisfação ou de insatisfação atingido, sendo estes, resultado de experiência pessoal (FORATTINI, 1991).

Segundo FORATTINI (1991):

[...] partindo-se da premissa de que a opinião do indivíduo é que identifica a ação de fatores determinantes da qualidade de vida, estes têm sido agrupados como segue: a) orgânicos: saúde e estado funcional; b) psicológicos: identidade, autoestima, aprendizado; c) sociais: relacionamento, privacidade, sexualidade; d) comportamentais: hábitos, vida profissional, lazer; e) materiais: economia privada, renda, habitação; f) estruturais: posição social, significado da própria vida.

Segundo Herculano (1998), a avaliação sobre a qualidade de vida de uma população pode ser proposta de duas maneiras: examinando-se os recursos disponíveis e a capacidade de satisfazer suas necessidades, ou, avaliar as

necessidades pelo grau de satisfação e desejos atingidos. Para Herculano (1998), foi na década de 1960 que se atribuiu a infelicidade das pessoas à escravidão excessiva ao consumo, o querer cada vez mais, fazendo com que elas não gozassem a vida pelo que é. Foi a partir de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou a medição do desenvolvimento na vida das pessoas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pressupondo que:

“quanto maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa - em nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência - mais longa sua expectativa de vida” (HERCULANO, 1998, p. 87).

Amartya Sen (2000) relata que a qualidade de vida se dá a partir de dois conceitos: capacitação e funcionalidade. E para o referido autor “a qualidade de vida pode ser avaliada como a capacitação para alcançar funcionalidades elementares (nutrir-se, ter saúde, abrigo) e de auto-respeito (fazer parte da comunidade)”. Acrescenta, ainda, que a personalidade da pessoa e os arranjos sociais irão influenciar essa capacitação, que refletirá o conjunto de oportunidades reais que ela tem a seu favor. Dessa forma, entende-se que qualidade de vida não deve ser compreendida somente como um conjunto de bens, conforto e serviços, mas, principalmente, como oportunidades efetivas, das quais a pessoa dispõe para **Ser** (grifo nosso).

Vale mencionar que o critério de pensar de Amartya Sen (2000) reflete que o apoio dado em direção à expansão da liberdade das pessoas pode levar à responsabilidade individual. É nesta ação política que se insere a liberdade como parte de capacidade para fazer algo que conduzirá a refletir sobre fazer ou não fazer. A essa liberdade a que ele se refere está completamente co-relacionada com o processo de tomada de decisão e com as oportunidades substantivas de obter resultados tidos como valiosos. É o que ele chama de liberdade positiva, cuja expansão é fundamental ao desenvolvimento e ao crescimento das oportunidades. Já a liberdade negativa está associada à ausência de fatores externos que limitam a realização de algo desejado pelos indivíduos. Nestes termos, Amartya Sen (2000) ressalta a capacidade humana como uma expressão da liberdade, concentrada no potencial das pessoas para viverem a vida que valorizam e para melhorarem as suas escolhas; para levarem uma vida mais livre e digna de ser vivida.

Nesse caminho científico das oportunidades de escolhas e decisões, as políticas públicas poderão ser o ponto de partida como alternativa legal e responsável em uma sociedade sustentável. Nestes termos, Sen (2000, p. 334 e 335) afirma que:

[...] o uso do conceito de “capital humano” – que se concentra apenas em uma parte do quadro (uma parte importante, relacionada à ampliação do cômputo dos “recursos produtivos”) – é com certeza uma iniciativa enriquecedora. Mas necessita realmente de suplementação. Pois os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo. [...] Ao buscar uma compreensão mais integral do papel das capacidades humanas, precisamos levar em consideração: 1) sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas; 2) seu papel indireto, influenciando a mudança social, e 3) seu papel indireto, influenciando a produção econômica.

De acordo com Forattini (1991) é nas cidades que o estado psicológico e fisiológico de seus habitantes sempre sofrem alterações com o desenvolvimento do meio urbano. Como consequência geram outros processos transformadores no campo econômico, político e cultural, que acabam interferindo na qualidade de vida urbana, como é o caso da concentração e elevada densidade populacional, em espaço limitado. E quando se pensa em qualidade de vida, o saneamento é parte importante, senão a mais, para a proteção e preservação da espécie humana, haja vista as inúmeras doenças transmitidas pela falta de higiene e limpeza doméstica, como pela falta de esgotamento sanitário e drenagem urbana. Para Salas e Silva (2005), o crescimento urbano afeta negativamente a qualidade de vida pela insuficiência e baixa qualidade dos serviços oferecidos.

No entendimento de Forattini (1991, p. 81):

[...] a aceleração e o incremento desmesurado do processo de urbanização, com a concentração cada vez maior da população humana, além de deteriorar-lhe a qualidade de vida, tende a exaurir, em ritmo nunca visto, os recursos da biosfera.

Forattini (1991) acha que a ECO-92 tornou-se o foco de problemas do meio ambiente e desenvolvimento com evidência nas questões da pobreza urbana e do custo econômico e social da degradação ambiental urbana. Assim, ligaram-se também a isso como um processo de grande importância das ações orientadas para o desenvolvimento econômico, social, urbano e de proteção ao meio ambiente (desenvolvimento urbano sustentado). As políticas públicas sobre o meio ambiente

são variadas, definidas por fatores condicionados à qualidade de vida, tanto individuais como coletiva. Essas ações em diversas facetas foram motivados pelo capital gerado pelo acesso ao microcrédito, que poderá ser entendido como uma ferramenta capaz de viabilizar uma oportunidade efetiva em favor dos tomadores do empréstimo.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu artigo 6º prevê: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Segundo Cohen (2007), a família tem na habitação seu principal espaço de sociabilidade, transformando-a em um espaço essencial, veículo da construção e desenvolvimento da saúde na família. A habitação (política) como o conjunto formado pela moradia, o espaço em que está inserida e a qualidade ambiental, no entorno e nas inter-relações é importante.

A Agenda Habitat (2003) estabelece:

A habitação adequada para todos é mais do que um teto sobre a cabeça das pessoas. É também possuir privacidade e espaço adequados, acessibilidade física, garantia de posse, estabilidade estrutural e durabilidade, iluminação adequada, aquecimento e ventilação, infraestrutura básica adequada, como fornecimento de água, esgoto e coleta de lixo, qualidade ambiental adequada e fatores relacionados à saúde, localização adequada e acessível em relação a trabalho e instalações básicas: tudo deveria ser disponível a um custo acessível.

Entretanto, a realidade mostra-se contrária. No Brasil, um dos aspectos que mais explícita a desigualdade social, entre ricos e pobres, é a moradia. A maioria da população de baixa renda fica fora do mercado imobiliário legal, por não ter os meios necessários para arcar com os custos de financiamentos de uma casa própria e busca alternativas irregulares de habitação ou de ocupação do solo. Então por certo, um dos objetivos das políticas públicas como retorno do fomento concedido a uma classe pobre pode mesmo ser o retorno de melhor qualidade de vida.

Segundo Cunha (2008), a qualidade da habitação é importante, principalmente no que se refere às instalações urbanas básicas. Dá-se ênfase à necessidade do conforto do ambiente, com atenção para o conforto térmico, acústico e a qualidade da iluminação da moradia. Ele ressalta que a qualidade da moradia

figura entre os 135 indicadores socioeconômicos que a equipe do PNUD utiliza para a elaboração disso, muito embora, para a composição do IDH, só sejam consideradas a expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização e a matrícula em todos os níveis de ensino e a renda *per capita* do local.

Obaid (UNFPA, 2007) afirma que:

“[...] os formuladores de políticas precisam ser proativos, pois a única maneira de enfrentar e derrotar a pobreza urbana é batendo de frente, é ajudando as pessoas pobres a encontrarem soluções para seus próprios problemas [...]”. Nesse sentido e considerando-se que parcela das habitações decorre de ocupações ilegais, fica difícil, sem o título de propriedade, que seria uma garantia real, as pessoas acessarem os financiamentos nos bancos tradicionais.

Avaliando-se essa questão, entende-se que o programa de políticas públicas voltadas para o microcrédito vem, em parte, minorar a gravidade da situação, possibilitando a geração de uma autonomia tão enfatizada por Sen (2007) e que pode vir a ser preponderante na melhoria da moradia de seus tomadores, no atendimento às necessidades básicas.

3.4 CRÍTICAS ÀS POLÍTICAS DO MICROCRÉDITO: UMA PERCEPÇÃO EM FOCO

Embora muitos estudiosos defendam o modelo de microcrédito, com atenção especial para o modelo americano, analisado pela Universidade da Columbia, os especialistas no tema e que fazem a gestão da Microfinance Transparency – uma ONG criada em julho de 2008, tem como missão monitorar o comportamento de instituições de microcrédito em todo o mundo, outros pesquisadores fazem sérias críticas ao modelo:

a) Segundo o co-presidente do Compartamos, um dos bancos mais rentáveis do México, “um dos pecados da indústria do microcrédito foi superestimar o seu poder de aliviar a pobreza”. Ele não acredita que uma pessoa que ganha um ou dois dólares por dia possa fazer algo produtivo com um empréstimo. Elas têm necessidades mais imediatas (HERZOG, 2008).

b) A belga Hedwige Peemans-Poullet, à frente da Universidade das Mulheres, em suas críticas ao modelo de Yunus, que chama de “micro-endividamento”, ressalta que a população pobre endivida-se para garantir o que antes era direito, como serviços de saúde, educação, água potável, infra-estrutura de circulação, uma casa decente e não gera produção suficiente para honrar o crédito (MOI, 2008).

c) Para Rudá Ricci, “embora o microcrédito seja tido como um instrumento inovador do fomento ao desenvolvimento sustentável e equitativo, não existe nitidez nos objetivos e foco do microcrédito no Brasil até o momento, possivelmente, em decorrência de embates internos e ideológicos entre a equipe do governo Lula” (RICCI, 2003).

d) Outra crítica à política de microcrédito é feita por Paulo Haus Martins, ao afirmar: “emprestar para pobres pode ser até um bom negócio, mas é arriscado para os modelos atuais de garantias legais, baseadas em formalidades legais que alimentam a distância entre ricos e pobres”. Acrescenta, pela pouca experiência do Brasil, fazer microcrédito é caro e trabalhoso. A maioria dos bancos prefere deixar o correspondente a 2% de seus depósitos a vista no Banco Central do que arriscarem na concessão de microcrédito, pelo excesso de trabalho e pela insegurança gerada pela imaturidade das instituições de microfinanças (MARTINS, 2003).

e) Bettina Wittlinger da Acción ressaltou que um grande desafio para a expansão do microcrédito no Brasil é a alta concorrência dos setores financeiros e não-financeiros (redes de varejo que financiam compras, bem como a disseminação do uso de cheques pré-datados como forma de financiamento) (ROCHA, 2005).

f) José Caetano Lavorato Alves, presidente da ABCRED (Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito), afirmou que o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) por meio do Art. 1º, da Lei n. 10.735, de 11-9-2003: Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a micro empreendedores parcela dos

recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados. Bom programa, mas o setor precisa de mais liberdade, pois há muitas restrições impostas ao repasse de recursos públicos e privados às instituições de microcrédito. A maior dificuldade é convencer os bancos a repassarem o dinheiro das inexigibilidades para as organizações especializadas, pois eles próprios têm dificuldade para analisar os riscos do setor (ROCHA, 2005).

Segundo Singer (2009), o modelo de microcrédito implementado no Brasil fora uma versão modificada do sistema do Grameen Bank, uma versão trazida por organizações capitalistas que apostam no espírito de empreendedorismo individual, incentivando as pessoas pobres a serem empreendedoras. Ressalta-se que essa versão tem uma visão oposta da economia solidária, uma vez que as organizações encarregadas da concessão do crédito precisam ser economicamente auto-suficientes, precisando cobrar juros e taxas dos clientes para cobrir todos os custos, para poder crescer e acumular capital. Já a economia solidária tem a proposta de um modo de produção que se caracteriza pela igualdade, em que o trabalhador e o conjunto das pessoas podem contar com um ambiente de trabalho igualitário e não hierárquico, em que os meios de produção são de posse coletiva e a gestão dos empreendimentos é feita pelos próprios trabalhadores, que podem ser camponeses, artesãos, profissionais universitários, artistas, cientistas, entre outros profissionais.

Como reflexo do que se expôs, é imprescindível mencionar que os recursos públicos em todo o Brasil que hoje estão nos bancos privados com critérios extremamente rigorosos para acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), volta-se em grande parcela aos bancos governamentais. Entretanto, os critérios adotados são de extrema burocracia e os recursos ficam na definição de escolha dos banqueiros que não possuem ou têm pouco interesse em divulgar esses recursos para a população de baixa renda ou mesmo sem renda alguma. Nesse cenário, constrói-se, dia após dia, um novo modelo de relações sociais que devem minimizar os impactos de uma sociedade heterogênea e que necessita de novas oportunidades de crescimento em todos os níveis para uma melhoria de vida.

4 AMAPÁ EMPREENDEDOR: ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS MODELOS DE GESTÃO DO TRABALHO

Nesse capítulo, ilustraremos os métodos exploratório-descritivos da pesquisa, em que faremos uma explanação do ambiente escolhido, com foco nas mulheres que foram beneficiadas com o microcrédito. Nesta perspectiva, faremos a exposição histórico-geográfica da cidade de Macapá, mencionando suas transformações recentes e principais perspectivas econômicas e sociais. Em seguida, falaremos do órgão do Estado do Amapá responsável pela execução do Programa Amapá Empreendedor, a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo. Por fim, faremos um diagnóstico dos empreendimentos financiados pelo Programa Estadual de incentivo ao empreendedorismo, no período de 2005 a 2009.

4.1 LOCALIZAÇÃO DO PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR

No intuito de viabilizar a análise situacional da política de microcrédito no Amapá, mais especificamente, na cidade de Macapá, realizaremos uma exposição relacionada à localização do programa “Amapá Empreendedor”, de modo que viabilize a compreensão do atual cenário desta política. Este estudo se caracteriza por seu cunho quantitativo, no entanto, faremos ainda uma abordagem também qualitativa, a fim de se proporcionar uma melhor compreensão aos leitores (LAKATOS, 2006).

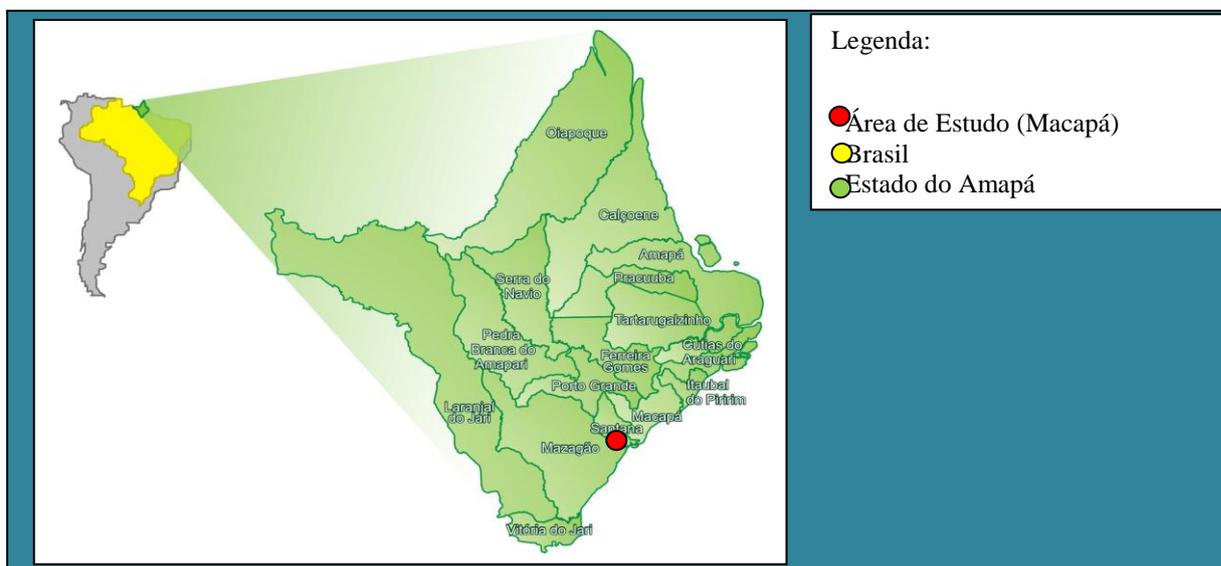


Figura 01: Mapa de localização da área de estudo
Fonte: SIMAS, 2009 modificado por Nunes (2009)

Quanto aos aspectos geográficos, o Estado do Amapá se situa na confluência da margem esquerda do canal norte do Rio Amazonas com o Oceano Atlântico, no espaço geográfico da Amazônia Ocidental, Norte do Brasil, ocupando uma superfície de 143.453,70 km², o que corresponde a 3,71% da superfície da Região Norte e 1,68% da área nacional. Limita-se politicamente a Noroeste (NW) com a Guiana Francesa, pelo Rio Oiapoque, e com a República do Suriname; a Nordeste (NE) com o Oceano Atlântico; a Sudoeste (SW) com o Estado do Pará, pelo Rio Jarí; e a Sudeste (SE), com o sistema estuário do Rio Amazonas. Atualmente, o Estado do Amapá está subdividido politicamente em dezesseis (16) municípios e vinte e oito (28) distritos, situados em quatro (4) microrregiões e duas (02) mesorregiões.

De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE (2004), Macapá está localizada à margem esquerda da foz do rio Amazonas, cortado pela Linha do Equador, com domínio ambiental de planície de inundação. O nome originário de Macapá deu-se pela variação de MACA-PABA, que na língua indígenas quer dizer estância das Macaíbas, ou lugar de abundância da Bacaba, fruto este, gorduroso originário da "BACABEIRA", palmeira nativa da região, de onde se extrai um vinho de cor acinzentada, muito saboroso, de nome científico 'Oenocarpus bacaba Mart'. O primeiro nome dado a Macapá foi "ADELANTADO DE NUEVA ADALUZIA", em 1544, pelo então rei da Espanha.

Macapá foi levada à categoria de cidade pela Lei 281, de 06 de setembro de 1856. Em 31 de maio de 1944 passou à categoria de capital do Território do Amapá, hoje Estado. Como reforço de reconhecimento desta área de pesquisa, escolheu-se Macapá por ser a capital do Estado do Amapá e estar inserida dentro do perfil de demandas do fomento do microcrédito. Fica situada na latitude 00° 02' 18.84" N e longitude 51° 03' 59.10" O.

Macapá é a única cidade do Estado que é cortada pela linha do Equador. Segundo pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, a cidade conta com uma população de 366.484 habitantes, em uma área de 6.563 km², resultando em uma densidade demográfica de 52,4 hab./km² (IBGE, 2002). É a quinta cidade mais populosa do norte do Brasil. A cidade vem se destacando da maioria dos municípios do Brasil pelo crescimento econômico e populacional bem acima das médias nacionais.

Vale destacar que a cidade tem à frente uma orla de 06 (seis) quilômetros de extensão, em que se pode aproveitar a brisa e a paisagem oferecida pelo rio Amazonas. Macapá se prepara para ser a porta de entrada para os países vizinhos, uma vez que possui significativo potencial turístico, dados atrativos históricos e geográficos, como o fenômeno da natureza denominado Equinócio, que ocorre nos meses de março e setembro, com a passagem do sol do hemisfério Norte para o hemisfério Sul e vice-versa. Conta ainda com parques ecológicos e monumentos que despertam interesse de turistas nacionais e estrangeiros. A maioria de seus monumentos históricos data do século XVII, alguns com característica Barroca. O artesanato local volta-se para a arte indígena, com trabalhos feitos de plumagem e cerâmica betumada, como também de produtos em madeira talhada e fibras vegetais.

Macapá guarda em seu espaço importantes expressões naturais, que refletem atrativos para o Ecoturismo, dando ênfase ao Rio Amazonas por ser um dos principais pontos de atrativo, em decorrência da exuberância de sua orla. O Arquipélago do Bailique por sua riqueza ecológica e faunística promove grande Interesse para o turismo científico e a Apa do Curiaú, uma área de preservação ambiental devido suas florestas, lagos, e uma cultura voltada para os remanescentes de antigos Quilombos Afro-brasileiros, que representam a mais fiel tradição cultural do Amapá.

O acesso à Macapá é viabilizado por via fluvial e aérea, sendo que a via fluvial realizada pelo Terminal Rodo-fluvial do Município de Santana e a aérea pelo Aeroporto Internacional de Macapá (IBGE/2000).

Como instrumento de pesquisa realizamos a aplicação de 317 questionários, que contam com uma média de 24 perguntas, abertas e fechadas, que objetivaram alcançar o levantamento das razões que impulsionaram os empreendedores a buscar o financiamento pelo microcrédito estadual. Tivemos como objetivo conhecer o perfil dos empreendedores entrevistados, tipos de negócios, idade, escolaridade entre outros. Utilizamos uma amostra aleatória com 317 mulheres, apresentando uma margem de erro de 5% e 95% de nível de confiabilidade. Após a elaboração e aplicação do instrumento de pesquisa, passamos a tabulação dos dados e elaboração de tabelas e gráficos com suas respectivas análises, que viabilizaram os resultados da pesquisa, em observância aos objetivos propostos.

Como foco do presente estudo, objetivamos realizar à análise do Programa de Microcrédito Amapá Empreendedor e suas repercussões no cotidiano das mulheres financiadas com microcrédito. Acredita-se que o microcrédito venha a ser utilizado como um instrumento de importância na mudança do cenário sócio-econômico de Macapá, e que por meio da inclusão direta do público-alvo e da concessão de crédito a micro empreendedores formais e informais (em grande maioria), o setor de micro finanças representa percentuais acentuados no Produto Interno Bruto (PIB local).

4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE MACAPÁ

Para a mensuração das características da Capital do Estado do Amapá, utilizamos informações obtidas pela pesquisa junto ao Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas (SEBRAE) e a órgãos estaduais do governo do Amapá, que viabilizaram a explanação do diagnóstico econômico macapaense e situacional das políticas públicas de emprego e renda.

4.2.1 Economia

Desde os tempos de Território, o Amapá sofreu com a falta de indução de políticas que integrassem áreas potenciais a programas de expansão infra-estrutural e de desenvolvimento do sistema produtivo, bem como de mobilizar o potencial participativo da sociedade. Ao longo de sua história, houve um aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de níveis de vida entre as regiões e segmentos sociais. De acordo com Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá (SEPLAN, 2009) as deficiências econômicas se refletem num quadro de fragilidade sócio-econômica e de desequilíbrio na ocupação do espaço físico, tanto urbano quanto rural e em uma população dependente do governo.

O setor produtivo do Amapá ainda se apresenta estruturalmente pouco diversificado, especialmente concentrado e economicamente frágil, apoiando-se principalmente no setor terciário e, de forma incipiente, nas atividades extrativas e em alguns poucos gêneros da indústria de transformação. A precariedade nas interfaces entre os setores primário, secundário e terciário, mantém o Estado

dependente da importação de produtos de outros mercados. O setor primário não conseguiu ainda se configurar como base de sustentação para a dinamização produtiva do Estado, quer seja por intermédio do fornecimento de matéria prima industrial, ou pela produção necessária ao atendimento das carências alimentares da população.

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) demonstra que, ao longo de quase duas décadas, fora o arrefecimento das atividades extrativas minerais e madeireiras, a fisionomia econômica do Estado, o que em quase nada se alterou. A economia do Amapá se caracteriza por ser de um lado importadora de bens de consumo e manufaturados e, de outro, exportador de matéria prima para alimentação de parques industriais de outras regiões. A pauta de exportação, em 2002, foi centrada praticamente em dois produtos, madeira em estilha (75,3%) e minério de cromo (10,2%), cabendo a outros dezenove produtos uma participação de 14,5%. Por outro lado, das treze empresas exportadoras do Estado, somente duas exportam valores acima de US\$ 1 milhão, dado que uma destas atinge valores acima de US\$ 10 milhões (AMAPÁ, SEDE, 2004).

Além de tudo, nos últimos anos vem apresentando um progressivo declínio das exportações, atingindo a média anual de 26,2% no período 1996-2002. O desempenho das atividades econômicas desenvolvidas no Estado, não é capaz de fazer face às suas necessidades de desenvolvimento, impondo-lhe uma dependência muito forte das transferências federais e da captação de recursos de outras fontes para dá suporte aos projetos e iniciativas da sociedade, uma vez que a principal fonte de receita própria, o ICMS, depende diretamente das atividades produtivas. As receitas geradas pela economia local, que constituem os Recursos Próprios, representam apenas cerca de 19,6% da Receita Total. Igualmente, apresentam desempenho insuficiente para propiciar a melhoria da oferta de emprego e oportunidades de geração de renda, necessárias para influenciar positivamente as perspectivas de vida do amapaense. Os dados do IBGE relativos a PNAD/2001 evidenciam uma população urbana maior de 10 anos de idade de 354.753 indivíduos, dos quais apenas 171.867 (48,45%) constituíam a população economicamente ativa (PEA). Destes, somente 140.906 representam a mão-de-obra ocupada. Isso, comparativamente à população daquele ano, de 451.025 habitantes, permite avaliar uma alta razão de dependência, equivalente a 68,76%, muito maior que a nacional que, no período 1991-2001, caiu de 65,43% para 55,45%. Por outro

lado, a estratificação segundo o rendimento médio apresentou no último período censitário crescimento do número de responsáveis por domicílios no estrato inferior, ou seja, que ganha até um (1) salário mínimo (representava 24,8% em 1991 e passou para 33,9% em 2000). Estes fatos demonstram que além da insuficiente geração de empregos, também tem aumentado o contingente de trabalhadores com baixa remuneração.

Como ênfase desses dados econômicos o IBGE juntamente com a SEPLAN publica o resultado do PIB 2006 do Amapá, no anseio de disseminar informações que tem o propósito de servir a comunidade em geral, seja para estudos ou tomadas decisões nas mais diversas áreas.

4.2.2 A economia amapaense é a sétima em crescimento real e a primeira em crescimento nominal do Brasil

O Estado do Amapá está entre os cinco menores Estados da federação brasileira, mas no período de análise de 2003 a 2006 desponta entre os dez estados que mais crescem no País. Em valores absolutos o PIB, do Amapá foi de R\$ 5.260 bilhões contra R\$ 4.361 bilhões em 2005, passando a ter uma participação no PIB do Brasil de 0,22%. O significativo desempenho do Amapá está atribuído a uma série de investimentos do governo, dentre os quais se encontra o de infra-estrutura básica priorizado no Plano Plurianual - PPA referente ao período de 2003 a 2007. O grau de responsabilidade técnico-político do governo avança para melhoria na estrutura econômica, em todos os setores.

A estratégia do governo possibilitou em 2006 um crescimento real de 5,8%, taxa que segundo os economistas seria o ritmo aceitável para o crescimento sustentado de uma economia, pois estaria acima do crescimento da população e um pouco abaixo da taxa de desemprego. Neste caso, o Amapá encontra-se entre as dez maiores economias, ocupando o 7º lugar no ranking nacional. Os Estados que estão à frente são Ceará 8%, Espírito Santo 7,7%, Pará 7,15%, Paraíba 6,7%, Roraima 6,3%, Piauí 6,1% (SEPLAN, 2009). Quanto ao PIB nominal acumulado, este foi de 53,17% de 2003 a 2006 e com relação a 2005-2006 o crescimento foi na ordem de 20,61%.

Segundo o resultado divulgado pelo IBGE/SEPLAN (2009) *apud* Pimentel (2010), o Estado desponta como a primeira economia do país em crescimento nominal, seguido da Paraíba com 18,29%; Amazonas 17,43% e Roraima 15,12%. O ritmo da economia nos quatro anos de análise apresentou um crescimento nominal ano a ano de 2002 a 2006 de 4,3%; 11,9%; 13,4% e 20,6%, respectivamente. O último resultado mais que triplicou em relação a 2002. Se a economia continuar neste ritmo, em médio prazo já teremos uma economia destacada dentro da região Norte, passando ela a ser considerada uma economia auto-sustentável.

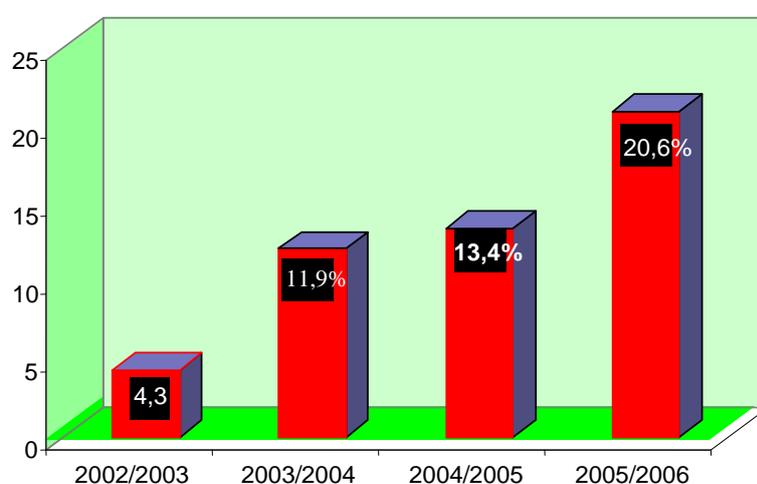


Gráfico 1: Crescimento econômico no Estado do Amapá

Fonte: SEPLAN, IBGE (2009)

Observa-se que com relação ao PIB *per capita*, em 2006 seu valor ficou na ordem de R\$ 8.543 mil contra R\$ 7.335 mil em 2005, subindo uma posição no ranking nacional, situando-se na 14ª lugar. Este acréscimo de renda representou 37% em relação ao ano anterior. Isso mais uma vez faz o Amapá apresentar maior crescimento em relação a outras economias estaduais, trazendo a análise do PIB para o Setor de Atividade, num contexto geral os três setores apresentaram um excelente desempenho. O setor de maior crescimento em relação ao ano anterior foi a agropecuária 9,3%, seguido pelo terciário 6 % e a indústria 1,6% (SEPLAN, IBGE, 2009). O Estado do Amapá tem sido alvo de grandes investimentos industriais, em que se destacam as indústrias de mineração, de pesca, de alimentação e de turismo que têm influenciado de forma significativa na elevação da população, uma vez que tem atraído muitos imigrantes que buscam o emprego e a melhoria de vida.

4.3 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO COMO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO NO ESTADO DO AMAPÁ/MACAPÁ.

Macapá é o Município mais importante do Estado do Amapá, pois configura a capital do Estado do Amapá, sendo ainda que além de ser a sede do governo e demais poderes que regem a administração, é o município mais estruturado, concentrando prédios de arquitetura moderna e monumentos históricos.

A partir da transformação do Amapá em Estado, atendendo preceitos da Constituição de 1988, ocorreram substanciais mudanças em sua dinâmica espacial. O esgotamento das jazidas manganíferas, de fundamental importância para a economia do Estado, obrigou aos governos, tanto estaduais quanto federais, buscarem novas alternativas econômicas para o Amapá. O principal elemento dessa tomada de decisão foi a criação pelo Governo Federal, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991. Apesar da suspensão do Imposto de Importação (II) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as mercadorias estrangeiras, que se constitui em grande perda na arrecadação do Estado, o setor terciário é um dos maiores alavancadores da economia estadual, além de propiciar vantagens também no campo social, pois gera empregos para centenas de pessoas.

A Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo - SETE é a responsável pela coordenação e execução das políticas públicas de trabalho e empreendedorismo, sendo vinculada à Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (Figura 6). A SETE tem empreendido ações para o fortalecimento e desenvolvimento do setor econômico do Estado, as quais estão voltadas para a qualificação social e profissional, intermediação de mão de obra, tanto para os trabalhadores do mercado formal, como para os do mercado informal (trabalhadores autônomos), para o fortalecimento de micro e pequenos empreendedores, de forma individual ou coletiva, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e ao desenvolvimento do artesanato, bem como de ações educativas para a prevenção da saúde e segurança do trabalhador.

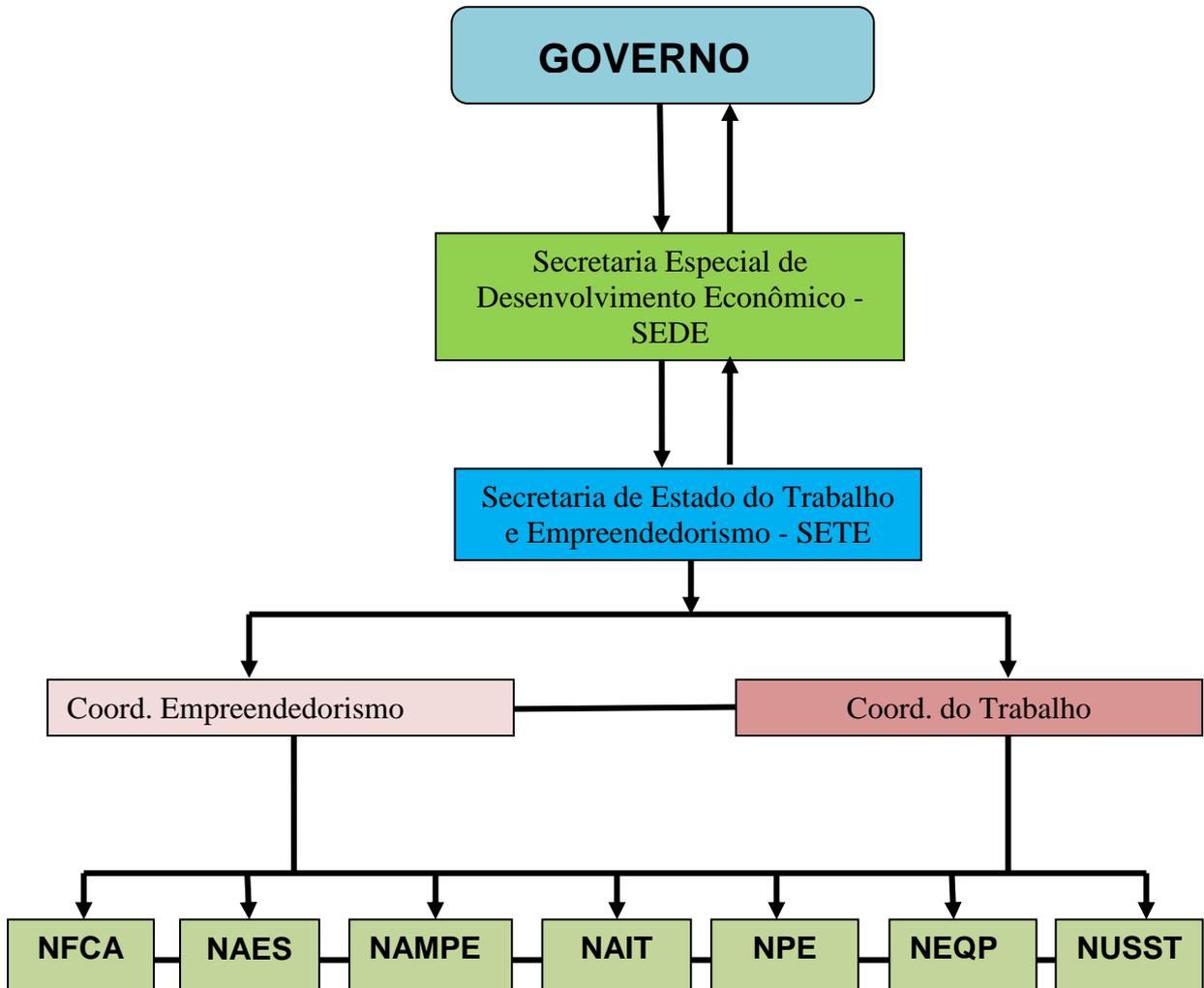


Figura 2: Organograma Governamental de Gestão da SETE

Fonte: GEA/AP (2005)

No ano de 2008, a SETE prestou atendimentos a mais de 65.000 (sessenta e cinco mil) trabalhadores, e, destes, em torno de 17.000 (dezesete mil) foram beneficiados com os serviços ofertados, pela qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, apoio a comercialização e concessão de micro crédito. Para melhor compreensão dessas afirmações elencamos abaixo as ações desenvolvidas pela Secretaria de Trabalho do Amapá:

4.3.1 Microcrédito Assistido e Orientado

De acordo com dados da SETE (2009) são ações de responsabilidade para habilitação e concessão ao micro crédito, que tem por finalidade possibilitar o acesso ao crédito para financiamento de micro e pequenos empreendimentos e arranjos produtivos locais. Isso consiste em cadastramento do pleiteante ao crédito para posterior habilitação, que envolve: oficinas sobre empreendedorismo e linhas de crédito, levantamento sócio-econômico, análise de viabilidade técnica e financeira dos planos de negócios e aprovação do pleito pelo Comitê de Crédito e/ou Conselho Deliberativo de Micro Crédito.

4.3.2 Fomento ao Associativismo e à Economia Solidária

As ações são voltadas para o incentivo e fortalecimento do associativismo, cooperativismo e economia solidária. A ação consiste na identificação de grupos com potencial produtivo, interessados em se organizar como empreendimentos solidários, sob a forma de cooperativas e associações, que realizem atividades de produção de bens e prestação de serviços, apoiando-os por meio de cursos de qualificação profissional, orientação direcionada, apoio para o desenvolvimento continuado, acompanhamento direto para o crescimento do empreendimento e microcrédito, estimulando a produção e comercialização como proposta alternativa para geração/elevação de oportunidade de emprego e renda.

4.3.3 Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor

As ações visam implantar e manter o balcão de orientação empresarial. A ação tem por finalidade orientar e apoiar micros e pequenos empresários que queiram constituir, formalizar e legalizar seus empreendimentos. Consiste na orientação empresarial, planejamento do empreendimento, capacitação na área de gestão empresarial, orientação ao microcrédito e encaminhamento aos órgãos competentes para legalização. Em 2008, foram prestadas orientações a 265 clientes no município de Macapá, referentes às linhas de crédito do FUNDMICRO, aos procedimentos iniciais para legalização do empreendimento e distribuído folders

“Legalizar é Legal” aos empreendedores que realizaram cadastro para acesso ao microcrédito, bem como ao público em geral.

4.3.4 Fomento ao Artesanato e à Produção Familiar

O apoio à produção e comercialização do artesanato tem por finalidade promover o desenvolvimento do artesanato amapaense de forma integrada, com as demais ações de desenvolvimento local, sobretudo o turismo, fortalecendo a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda, buscando novos mercados consumidores (internos e externos). Está voltada para a capacitação, comercialização e divulgação da produção artesanal do Estado do Amapá.

4.3.5 Atendimento Integrado ao Trabalhador

As ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra estão voltadas para a inserção ou recolocação do trabalhador em postos de trabalho devidamente formalizados na economia. Tem por finalidade reduzir o índice de desemprego no Estado do Amapá de modo que contribua para que os postos de trabalho vagos sejam preenchidos por trabalhadores desempregados, cadastrados nos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda, fortalecendo o Sistema Público de Emprego.

Tem como público prioritário pessoas desocupadas, pessoas beneficiárias do seguro-desemprego, pessoas candidatas ao primeiro emprego, candidatos oriundos da qualificação social e profissional, pessoas com deficiência, trabalhadores maiores de 40 anos, mulheres com a escolaridade até o ensino médio, e recém-formados de nível técnico e universitário. A ação consiste no atendimento ao pedido da demanda das empresas, considerando a universalidade de seu público-alvo, adequando o perfil do candidato ao posto de trabalho pelo serviço de triagem com psicólogo, encaminhamento do trabalhador ao posto do empregador, controle e acompanhamento da colocação e alocação do(a) trabalhador(a) em ações de qualificação social e profissional.

O processo de intermediação de mão de obra do setor formal de trabalho é executado nos Postos que compõem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e

Renda nos municípios de Macapá (Central, Buritizal e SIAC), Santana e Laranjal do Jari. Nos municípios de Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca, Serra do Navio e Porto Grande, ainda que de forma tímida, essa ação é desenvolvida em parceria com as Prefeituras Municipais, por intermédio dos Sistemas Municipais de Emprego (SIMEs), destacando-se os municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

4.3.6 Atendimento às Demandas Especiais

A Secretaria de Trabalho do Amapá desenvolve ações específicas para a intermediação de mão de obra das pessoas com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como: pessoas acima de 40 anos, jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, presidiários/egressos do sistema penal e deficientes, por meio de conscientização junto às empresas da sua responsabilidade social e para que seja mudada a mentalidade, que persiste em alguns casos, de que o trabalhador sem experiência profissional ou com algum tipo de deficiência não é útil a sua empresa e os acima de 40 anos ultrapassou a idade para entrar no mercado, uma vez que a concepção de gestão consiste em garantir que todos os trabalhadores tenham oportunidades iguais para sua (re) inserção no mercado de trabalho.

4.3.7 Qualificação Profissional

As ações de qualificação social e profissional dos trabalhadores amapaenses foram consideravelmente intensificadas. Isso se deu em decorrência dos constantes indicadores que apontam à necessidade de elevação da qualificação profissional dos trabalhadores amapaenses. Como forma de remediar este cenário, o Governo do Estado implantou o Programa Amapá Trabalhador, com objetivo de qualificar social e profissionalmente os trabalhadores amapaenses, no intuito de se proporcionar condições de competitividade deles no mercado de trabalho, sensibilizando-os no que diz respeito à necessidade de elevação da escolaridade, buscando-se o incentivo ao empreendedorismo. Esse programa tem como público prioritário a população amapaense em idade economicamente ativa e em situação de desemprego ou subemprego, em que entendemos: os trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e populações, mais sujeitas às diversas formas de

discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho.

4.3.8 Educação à Saúde e à Segurança do Trabalhador

São realizadas pela Secretaria de Trabalho do Amapá ações educativas relacionadas à saúde e à segurança no trabalho, mas elas têm por finalidade conscientizar a população sobre a prevenção da saúde (física, moral e social), da segurança do trabalhador, pela disseminação do conhecimento sobre as normas regulares de segurança no trabalho. Isso leva à busca de redução do índice de acidentes, torna o ambiente mais saudável e as relações sociais mais democráticas e humanizadas, dentro e fora dos locais de trabalho.

4.4 CENÁRIO DE EMPREENDEDORES FINANCIADOS NO PERÍODO DE 2005 a 2009

O Programa Amapá Empreendedor foi criado no ano de 2005 com a finalidade de atender uma demanda reprimida de uma classe sem expectativas no mercado de trabalho. A questão é também compreender as necessidades que vem crescendo de maneira constante. Como reflexo de interesses econômicos e políticos, esse programa consubstancia uma resposta de políticas públicas para minimizar os impactos sociais e atingir o desenvolvimento e crescimento em todos os níveis em busca de uma sociedade menos heterogênea.

O Programa Amapá Empreendedor atende os 16 (dezesseis) municípios do Estado do Amapá, de forma itinerante, com exceção da capital, em que se faz um acompanhamento mais de perto com o solicitante do fomento. Compõem as unidades municipais do Estado: Amapá, Cutias do Araguari, Calçoene, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Mazagão, Macapá, Oiapoque, Pracuúba, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Santana, Tartarugalzinho e Vitória do Jarí.

Com relação à área de abrangência do Programa Amapá Empreendedor, ressaltamos que esta pesquisa volta-se ao município de Macapá, em que foram beneficiados moradores dos bairros: Açai, Alencar, Alvorada, Amazonas, Araxá,

Beirol, Boné Azul, Brasil Novo, Buritizal, Cabralzinho, Capilândia, Central, Colônia Matão Piaçacá, Conjunto Barcellos, Chefe Clodoaldo, Cidade Nova, Congós, Goiabal, Invasão Eletronorte, Ilha Mirim, Infraero I, Infraero II, Jardim Caranã, Jardim Equatorial, Jardim Ipê, Jardim Felicidade I, Jardim Felicidade II, Jesus de Nazaré, Lago da Vaca, Laguinho, Liberdade, Marabaixo I, Marabaixo II, Marabaixo III, Marco Zero, Morada das Palmeiras, Muca, Murici, Novo Buritizal, Nova Esperança, Novo Horizonte, Pacoval, Pantanal, Parque dos Buritis, Parque Irmãos Platon, Pedrinhas, Perpétuo Socorro, Renascer I, Renascer II, São Lázaro, São Tomé do Pacuí, São Tomé do Pacuí, São Joaquim do Pacuí, Santa Inês, Santa Rita, Sol Nascente, Trem, Universidade, Usina, Vitória do Renascer e Zerão.

Segundo relatório da SETE (2009), considera-se que o Programa Amapá Empreendedor visa promover a inserção positiva de trabalhadores no mercado, pelo estabelecimento de ações de qualificação profissional, organização social, assistência técnica e de fomento às iniciativas de produção. Assim, esse apoio ao trabalhador cumpre um papel social de extrema importância pelo fato da existência de um número significativo de desemprego no Estado do Amapá, sendo o maior investidor a reversão deste quadro o Governo do Estado, por meio da realização de concursos públicos. Na percepção de Pimentel (2010), esse ciclo acaba gerando a economia do contracheque, que movimenta e nutre o comércio local. Os relatórios do SINE-AP mostram que dentro da população economicamente ativa na faixa etária de 16 a 50 anos estão mais de 100 mil amapaenses sem ocupações geradoras de renda.

4.4.1 Tipos de empreendimentos financiados

Muitos foram os empreendimentos financiados pelo Programa Amapá Empreendedor no período de 2005 a 2009, sendo que estas informações podem ser mensuradas pelo Relatório da SETE (2009), podendo ser observadas no Gráfico 2:

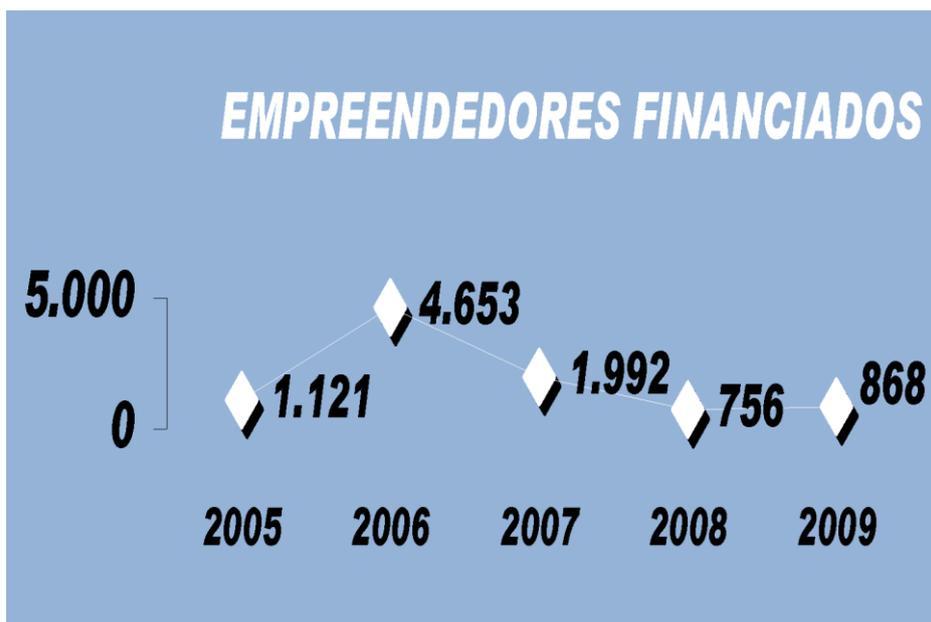


Gráfico 2: Empreendedores Financiados no período de 2005 a 2009
 Fonte: Relatório da SETE (2009)

No primeiro ano de implementação do Programa, chegou-se ao quantitativo de 1.121 empreendedores financiados, refletindo o início de uma política de ação de incentivo ao fomento ao crédito assistido. Em 2006, ocorreu um grande aumento dessa inserção no programa (SETE; 2009) apud PIMENTEL (2010), o que se atribui ao alcance da visibilidade social e credibilidade dele junto à sociedade. A partir de 2007, iniciou-se um processo contínuo de queda de investimentos na política empreendedora, em que se observa que as perdas reduziram o quadro de atendimentos para 868 pessoas em 2009. Ressalta-se que os valores financiados no período de 2005 a 2009 resultaram em um total de 9.390 (nove mil, trezentos e noventa) de empreendedores financiados. Isso equivale a uma média anual de 1.878 (um mil, oitocentos e setenta e oito).

De acordo com relatório da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (AMAPÁ, SETE, 2006), o Amapá vivenciou desde 2002 a maior proporção de chefes de famílias do sexo feminino do País (40,7%), mulheres que tomaram a iniciativa de participar ativamente da economia doméstica, por meio das variadas atividades, com predominância na comercialização de diversos tipos de produtos, em grande parte, de utilidade imediata, sendo principalmente perfumes, cosméticos em geral, roupas íntimas, bijuterias e alimentos.

Nesse espaço, a inserção da mulher no mercado de trabalho, na política e nos negócios no Amapá segue uma tendência nacional, como bem retrata o total de mulheres atendidas com financiamento nos últimos anos no Programa Amapá Empreendedor.

Tabela 1: Recursos Financiados à mulher.

| PERÍODO | TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS | PORCENTAGEM REPRESENTATIVA |
|---------|-----------------------------|----------------------------|
| | | |

| | | |
|-------------------|------------------|-----|
| 2005-2008(1º sem) | R\$ 6.313.234,81 | 70% |
|-------------------|------------------|-----|

Fonte: Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE, 2005)

Dados: Agência de Fomento do Amapá (AFAP, 2005) e (SETE, 2006)

De acordo com o relatório da SETE (2009) foi justamente nesse período de 2005 a 2009 que se obtiveram as respostas frente às divulgações do referido programa. Em média foram financiados R\$ 13.551,897 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e sete Reais), em que foram beneficiados 9.390 (nove mil, trezentos e noventa) empreendedores de pequeno porte.



Gráfico 3: Valores financiados aos empreendedores no período de 2005 a 2009

Fonte: Relatório da SETE (2009)

Vale considerar que do total dos financiamentos concedidos, 78% estão dentro da linha mil, que é a linha de financiamento que não precisa de garantia para a concessão de empréstimo, sendo estes processos avaliados pelo Comitê de Crédito, 9% estão dentro da linha acima de mil, sendo estes processos avaliados pelo Conselho Deliberativo do FUNDMICRO e 13% dentro da modalidade Hot Money, que é o financiamento para pagamento dentro do prazo de 15 (quinze) dias (Gráfico 4).

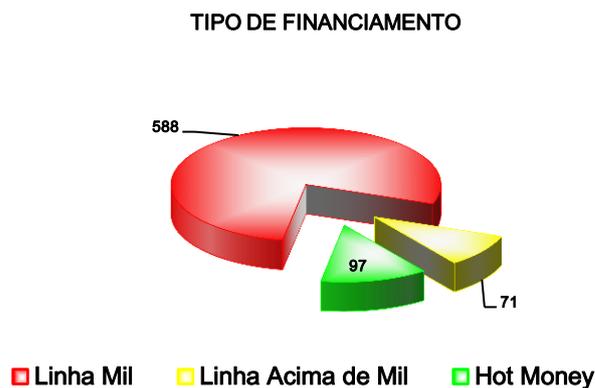


Gráfico 4: Tipo de financiamento

Fonte: SETE (2009)

Como forma explicativa do que seja Comitê de Crédito e Conselho Deliberativo do FUNDMICRO, eles podem ser conceituados da seguinte maneira:

O Comitê de Crédito é formado pela equipe técnica da SETE que faz análise de processo de até mil reais (R\$ 1.000,00). Já o Conselho Deliberativo do FUNDMICRO é composto por representantes das secretarias afins, indicadas a partir da Lei do FUNDIMICRO que informa quem são os gestores indicados para fazer parte desta análise.

É importante afirmar que todos os créditos liberados estão baseados nas visitas técnicas dos agentes de crédito, que são servidores contratados pela SETE, a fim da realização de visita técnica, que tem o objetivo de comprovação de cada empreendimento, como maneira de constatar os dados informados no período de cadastramento para a demanda de financiamento de empreendimento formal e/ou informal.

Vale ressaltar que os financiamentos são procedidos de distintas modalidades dos conforme gráfico abaixo:

MODALIDADE DO FINANCIAMENTO

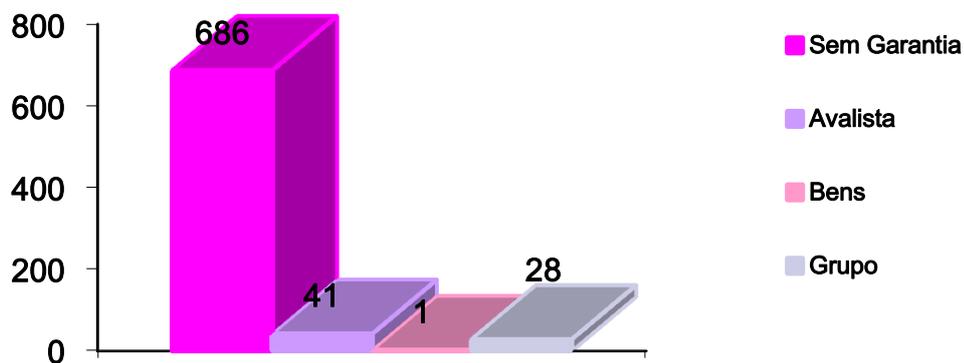


Gráfico 5: Modalidade de financiamento

Fonte: SETE (2009)

De acordo com informações da SETE (2009), os planos de negócios financiados representam 73% estão inseridos no setor de comércio, mas 91% são destinados à ampliação do empreendimento, com a manutenção de mais de 600 postos de trabalho. Para melhor assessorar os clientes na montagem de seus planos de negócio, com conhecimento técnico e gerenciais específicos, a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo do Amapá oportunizou capacitação de 20 (vinte) agentes de crédito.

Como pré-requisito para obtenção do crédito, todos os proponentes são orientados sobre condições de financiamento, recursos básicos de planejamento e controle de negócios, dado que foram realizadas 121 palestras sobre empreendedorismo, ministradas por técnicos da SETE, nos municípios de Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Pedra Branca, Porto Grande, Pracuúba e Serra do Navio.

Em 2008 e 2009, foi realizado a I e II Feira do Programa Amapá Empreendedor, com objetivo de divulgar e ampliar a comercialização dos empreendimentos financiados pelo FUNDMICRO, em que foram reunidos mais de 401 participantes, entre empreendedores (120), artesãos (187) e ambulantes (170), com a comercialização dos seguintes produtos: Bijuterias, Acessórios para Celulares, Artesanato, Confeções, Bolsa e Adereços, Livraria, Esteticista, Açaí com Camarão ou Charque (Projeto Açaí da Amazônia), Games, Puffs, Comidas Típicas dentre outros.

Em todos os ramos de empreendimentos mencionados as mulheres estão em predominância, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

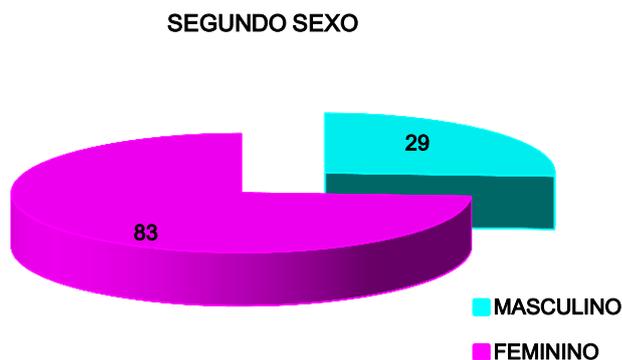


Gráfico 6: Empreendedores por sexo

Fonte: SETE (2010)

De acordo com (SANTOS, 2010, p. 44):

Toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade, articula diferentes sujeitos que apresentam interesses e expectativas diversos. Constitui um conjunto de ações ou omissões do estado decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogo de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais.

O modelo de gestão adotado pela SETE é visto como uma maneira de desencadear um novo cenário de desenvolvimento e crescimento sócio-econômico, que tem como estrutura de apoio o fortalecimento do microcrédito, a ampliação deste para incentivar as classes sociais carentes, mas também a busca da diminuição do impacto social. O microcrédito vem como reforço para dinamizar o mercado local por meio da gestão governamental, visando ao crescimento do microempreendedor e a formalização de sua condição. Nessa contextualização, esta política pública é vista como um mecanismo de mudança social orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais fragilizados, devendo voltar-se à distribuição de renda e elevação da equidade social (SILVA, 2001 apud SANTOS, 2010). No capítulo a seguir, analisaremos o programa Amapá Empreendedor, destacando a situação da mulher empreendedora neste cenário.

5 ANÁLISE DO PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR E A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

O debate sobre a distribuição de renda no Brasil não é novo, mas a partir de 2001, observa-se uma crescente queda na desigualdade a partir do desdobramento de programas e projetos econômicos e sociais. Entretanto, para muitos autores a elevação do bem-estar social depende de mudanças maiores na oferta de serviços públicos e de consumo das famílias brasileiras e ressaltam ainda que sem uma mudança estrutural na oferta de bens públicos, distribuição de escolaridade e maior oportunidade de trabalho e poder de compra, principalmente dos extratos mais pobres da sociedade, essa realidade permanecerá pouco alterada, prevalecendo o consumo de bens e serviços estritamente vinculados às suas sobrevivências.

Com o cenário de desregulamentação do trabalho formal e pouca visibilidade de uma real mudança estrutural de distribuição de renda, resultado do baixo crescimento econômico do país, os programas de microcrédito como políticas públicas tornaram-se importantes para o fortalecimento da geração de emprego e renda, impulsionando o desenvolvimento local e a inclusão social, a partir do acesso ao crédito de pequeno e médio valor, visto como insignificante operação financeira para os bancos oficiais, mas têm uma poderosa ferramenta de distribuição de renda e mudança social. Essa é a maneira de se valorizar as capacidades individuais e habilidades empreendedoras que fortalecem a união e gestão de pequenos e médios empreendimentos.

As linhas de crédito operadas pelo Programa Amapá Empreendedor são voltadas para possibilitar empréstimos de pequenos e médios valores para empreendedores, formais ou informais, que queiram ampliar ou abrir seu negócio. O que possibilita a essas pequenas atividades econômicas gerar empregos, melhorar a renda e conseqüentemente aumentar o consumo e o aquecimento da economia do Estado.

Constata-se haver poucas experiências de operações financeiras de microcrédito no Estado do Amapá. Com ênfase, há aquelas operacionalizadas pelo Governo do Estado além de programas específicos oferecidos pelos bancos oficiais. Como histórico dessas operações financeiras, têm-se as ações da Agência de

Fomento do Amapá (AFAP), a qual é uma Empresa Pública na forma de Sociedade Anônima Unipessoal de Capital Fechado, que, desde ano 2000, apóia financeiramente o micro e o pequeno empreendedor do campo e da cidade, formal ou informal. Cujos recursos disponibilizados variam de R\$2.500,00 a R\$80.000,00, juros de 2,5% ao mês e prazo para pagamento de 1 a 48 meses.

A partir de 2005, com a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) e do Fundo de Apoio ao Microempreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato (FUNDMICRO), o Estado passou a ter duas instituições vinculadas ao governo estadual operacionalizando programas de microcrédito. Vale destacar que, desde 2002, o Fundo do artesanato já existia e vinha sendo dado o devido amparo legal pela antiga Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania (SETRACI) que, em 2005, passou a se chamar de Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo. A partir de então, emerge um novo conceito sócio econômico atuante no mercado do município de Macapá, ação esta que veio elencar o perfil da classe social que necessitava de apoio de investimentos para empreendimentos locais.

Então, o FUNDMICRO passou a ser operacionalizado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo - SETE em parceria com Agência de Fomento do Amapá (AFAP). Nessas ações, já foram financiados até abril do corrente ano, 8.830 empreendedores, de diferentes ramos de atividades e localidades do Estado, com recursos que variam de R\$ 200,00 a R\$ 16.000,00, taxa de juros de 1% a 1,5% ao mês, chegando a um montante de recursos liberados no valor de R\$12.966.794,93.

Recentemente, destacam-se as seguintes operações de microcrédito realizadas pelos bancos oficiais:

- **Banco da Amazônia (BASA):** Amazônia Microcredito: destina financiamento de R\$200,00 a R\$ 600,00, para microempreendedores e pessoas físicas em geral, inclusive aposentados e pensionistas do INSS, a uma taxa de juros de 2% a.m e prazo de pagamento de 4 a 12 parcelas mensais.
- **Banco do Brasil (BB):** destina financiamento de até R\$ 2.000,00, para correntistas com renda mensal de até R\$ 1 mil, além de aposentados e pensionistas do INSS com benefício mensal no valor de até dois salários mínimos. As taxas e prazos são diferenciados dependendo do tipo da negociação, podendo ser de 0,99% a.m. a 1,80% a.m e prazo para pagamento de 4 a 48 meses.
- **Caixa Econômica Federal (Microcrédito Caixa):** destina linha de crédito operacionalizada por meio de Instituição de Microfinanças (IMF) devidamente

credenciadas pela CAIXA, no montante de no mínimo de R\$ 250,00 e máximo de R\$ 15.000,00, a uma taxa de até 3,9% ao mês e prazo de pagamento de até 24 meses.

O processo de inclusão no Programa Amapá Empreendedor foi realizado oficialmente no dia 13 de abril de 2005, no Município de Macapá. Nesse evento de extrema importância para a sociedade, estavam presentes os que receberam os financiamentos de microcrédito (foto 1).



Foto 1: Financiamento de Empreendimento à mulher
Fonte: SETE (2005)

De acordo com os dados da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Amapá (2008), o Programa Amapá Empreendedor reforça o fomento de apoio às classes menos favorecidas sustenta a idéia de que o microcrédito devolve as muitas mulheres e homens o anseio de resgatar a auto-estima e o poder sustentar a família com maior dignidade humana.

5.1 PONTOS DESFAVORÁVEIS E FAVORÁVEIS

Nesse cenário, convém mencionar a análise dos aspectos que ressaltam as principais vantagens e desvantagens enfrentadas com o resgate e a ampliação do fundo para um público de pequenos empreendedores nas mais diversas micro economias do Estado.

5.1.1 Pontos desfavoráveis:

- a) O fundo do artesanato era voltado, exclusivamente, para o financiamento dos *artesãos*, mas ficava totalmente sob coordenação da Agência de Fomento do Amapá (AFAP);
- b) Havia pouca divulgação do Programa e utilização de forma irregular para terceiros que não cabiam nos critérios;
- c) Pouco controle por parte do poder Público (AFAP) quando ocorre a reposição dos financiamentos por parte dos cidadãos beneficiados;
- d) A burocracia exigida para acesso aos recursos (documentos pessoais, garantias, avalistas e as constantes solicitações de novos documentos atualizados de endereço comprovante de renda e outros);
- e) O tempo decorrido entre a solicitação do crédito até o recebimento ultrapassa em média aos 120 dias;
- f) O desvio de recursos utilizado como principal objeto em diversas gestões e gerenciamento. Caracterizando, assim, gestões ineficazes e sem efeito a sociedade como resgate de qualidade de vida.

Um diferencial do Programa é a liberação de recursos com aval da Assembléia Legislativa em ações de calamidade de nichos de empreendedores no Estado, como inundações e incêndios. Aponta-se como fator de fragilidade desse crédito diferenciado a diminuição da burocratização, uma vez que o público atendido tende a imaginar que os recursos são a fundo perdido, elevando o índice de inadimplência do Programa.

5.1.2 Pontos favoráveis:

- a) Ampliação dos recursos de financiamento a empreendedores em vários arranjos produtivos locais;
- b) Oficina de orientação e apoio a todos os empreendedores interessados em constituir e legalizar seus negócios, (empreendimentos);
- c) Orientação assistência técnica e tecnológica de produtos para inovação e agregação de valor aos bens e serviços produzidos, criando condições para autogestão;
- d) Identificação, cadastro e mapeamento das organizações comunitárias com potencial produtivo, estimulando a comercialização e elevação de oportunidade de emprego e renda;
- e) Ampliação e atendimento dos municípios, levando e ou fortalecendo a cultura do empreendedorismo em todos os cantos (Regiões/Municípios/Localidades) do Amapá;
- f) Criação de novas linhas (Mil, Hot Money e Acima de Mil) de Crédito, facilitando o acesso ao programa e desburocratizando o serviço;
- g) Acompanhamento e visita dos Agentes de Crédito se é solicitado o financiamento, ocorrendo orientações pertinentes a valores e quantidades de produtos a serem adquiridos para o empreendimento a ser iniciado ou já existente;
- h) Capacitação dos beneficiados pelas linhas de crédito, conforme tipo de negócio;
- i) Fortalecimento da economia solidária nas mais diversas áreas de negócios;
- j) Inserção da mulher no mercado de trabalho e por conseqüência melhor qualidade de vida;
- l) Geração da renda alternativa na família como apoio e sustento de melhorias em todos os setores (educação, saúde, lazer, economia);
- m) Parcerias de Instituições Públicas em eventos locais.

Nessa hipótese, acredita-se que muitos outros dispositivos de gestão em prol da sociedade estão se consolidando cada vez mais diante de estratégias sócio-econômicas.

5.2 A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR À GERAÇÃO EMPREGO E RENDA

O Programa Amapá Empreendedor atua como um poderoso instrumento de apoio e fortalecimento a geração de renda e mudança social no Estado, a partir de iniciativas empreendedoras, do estabelecimento de ações de qualificação profissional, organização social, assistência técnica e de fomento, valorizando as capacidades individuais e habilidades empreendedoras que fortalecem a união e gestão de pequenos e médios empreendimentos. As linhas de crédito operadas pelo programa são voltadas para possibilitar empréstimos de pequenos e médios valores para empreendedores, formais ou informais, que queiram ampliar ou abrir seus negócios, que possibilitam, assim, a geração de emprego e renda, e, conseqüentemente, o aquecimento da economia do Estado.

Nesse aspecto, não há dúvida de que as políticas sociais efetivadas na gestão pública referente às ações de incentivo para (re) inserção de pessoas no mercado de trabalho é por certo uma ação correta que vem sendo disponibilizada para os que querem de fato construir um novo cenário, não apenas dentro de seus lares, como também na sociedade. Assim sendo, a qualidade de vida fica no respaldo garantido para os que receberam esse apoio de fomento ao microcrédito, dos que realmente investiram nos seus conhecimentos tradicionais e acreditaram na política de cultura local como um novo pensar renovado para uma sociedade mais equitativa.

Dentro dessa conjuntura, o Programa Amapá Empreendedor é de suma importância às classes sociais que necessitam de novas oportunidades. Neste sentido, o Governo do Amapá, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), vem realizando constantes beneficiamentos de fomento com a entrega sistemática de diversos financiamentos do Fundo de Apoio ao Microempreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato do Amapá (Fundmicro), de acordo com dados oficiais (AMAPÁ, SETE, 2009). Nessa sistematização de benefícios, o público feminino se destaca no papel empreendedor, conforme se observa em um dos eventos quando ocorreu a entrega a 136 empreendedores. Vale considerar que, dos 136 beneficiados, 77 são mulheres, correspondendo a 56,6% (foto 2).



Foto 2: Seminário de capacitação das mulheres empreendedoras
Fonte: SETE (2009)

Observa-se que as mulheres estão em grande maioria e se destacam no fomento do empreendimento do negócio próprio. Acredita-se que essa percepção se dá por meio da persistência delas que estão se sobressaindo frente aos homens. Acredita-se que esse cenário é em função da mudança da estrutura de família, em que muitas assumem o papel de chefe no lar em que ocupa. Sendo assim, a política de microcrédito demonstra ser um instrumento capaz de combater a pobreza em comunidades urbanas e de oportunizar um caminho de auto-sustentação diante do cenário de desemprego e da falta de oportunidade do crescimento econômico e social.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos empreendedores financiados estão: venda de confecções, cosméticos, refeições, lanches, artesanato, hortifruti, pescado, produtos naturais, farinha de mandioca, serviços de corte-costura, ateliê, salão de beleza, comércio de estivas, oficinas diversas, entre outras (fotos abaixo).



Foto 3: Curso de Pintura
Fonte: SETE (2009)



Foto 4: Curso de Perucas, para Associação de Mulheres Escalpeladas.
Fonte: SETE (2009)



Foto 5: Formação de Empreendedoras para área de corte e costura industrial- parceria SETE e SEBRAE
Fonte: SETE (2009)



Foto 6: Formação de Empreendedoras Jovens (SENAI)
Fonte: SETE (2009)

Nos apoios de capacitação às mulheres empreendedoras, o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) estão em constantes parcerias com a SETE.

Diante de todas as ilustrações, observa-se que o cenário do desemprego foi se descaracterizando na sociedade de Macapá. Reflexo positivo este que ganha espaço na sociedade mediante as políticas sociais estarem ativas e atentas para com os reais problemas da sociedade.

Pochmann (2006, p. 59) enfatiza:

[...] em grande medida, o fenômeno do desemprego foi oficialmente explicado, inicialmente, por decorrência da maior competitividade empresarial, da estabilidade monetária alcançada, do alto custo de contratação da mão-de-obra e da qualificação inadequada dos trabalhadores. Em virtude do desgaste ocasionado pela contraposição entre a realidade econômica nacional de baixa geração de postos de trabalho, na maior parte precária, e a explicação oficial para o desemprego crônico no país, houve uma certa acomodação confusa no interior dos governos de plantão. As políticas públicas de emprego mais recentemente adotadas terminaram sendo reflexo das razões oficialmente apresentadas para o desemprego.

A questão é que é necessário identificar a natureza das causas e efeitos das atuais crises existentes no mercado de trabalho. Sendo assim, é possível minimizar os impactos sociais e econômicos com maior garantia de equidade.

Vale ainda mencionar que o movimento de desestruturação do mercado de trabalho revela que de certa maneira a natureza e a dimensão das crises de desemprego atuais são conseqüências de ações políticas que não ocorreram como método preventivo e ou mitigador desses acontecimentos (POCHMANN, 2006). Entretanto, para Mészáros (2009, p. 27), a discussão sobre o tema do desemprego e das buscas para melhores posicionamentos de empregos na sociedade tem sido amplamente difundida e debatida por todos os meios da classe de gênero que almejam se enquadrar na classe de empreendedores (formais e informais). Vale citar que atualmente nenhum setor de trabalho está imune à “miséria desumana do desemprego e do trabalho temporário (*causalisation*)”. Por isso, conforme afirma o supracitado autor, é imprescindível que se consiga uma estratégia viável para o futuro dos trabalhadores, sem que se deixe de mencionar a essência dos problemas observados de maneira geral por todos.

5.3 ANÁLISE DE DADOS

De um modo geral, as perspectivas futuras sobre a continuidade dessa ação de política de fomento parecem estar suspensas, haja vista as mudanças que vem e ainda virão pela frente, com as eleições futuras e a troca de gestores públicos, provavelmente eles irão travar amplos diálogos que irão desde os gestores e políticos locais que farão oposição à segunda gestão, até mesmo pela população que espera a continuidade desse projeto de fomento. Vale mencionar que se quiser

programar efetivamente as medidas cabíveis para uma boa governabilidade no campo local, um fato positivo que deve ocorrer é que haja garantias de melhores avanços socioeconômicos. É preciso mesmo contar com total apoio do Governo em todas as esferas para que se perceba a continuidade de todas as ações já iniciadas e que vem dando certo.

Com essa visão, o cenário atual tende a ser um momento histórico, para o desenvolvimento do Amapá, com grande oportunidade para que o novo governo possa cumprir com as políticas públicas já desencadeadas na gestão anterior. E como exemplo tem-se o Programa Amapá Empreendedor que visa incentivar, promover e amparar a classe trabalhadora no mercado local de maneira fortalecida em sua economia familiar no Estado. Vale lembrar que o caminho para se chegar a esse ápice poderá ser facilitado pelos motivos citados, mas se deve ter em mente que as soluções para os problemas enfrentados pelo Estado, atualmente, não serão fáceis, sobretudo os que se relacionam à economia e a qualidade de vida.

O universo pesquisado foi realizado com uma amostra considerada representativa de 317 clientes do sexo feminino, numa lista montada a partir da priorização dos clientes financiados mais de uma vez pelo FUNDMICRO entre mais de 12 mil pessoas financiadas de ambos os sexos do período de 2005 a 2009. O trabalho de campo foi realizado diretamente nos empreendimentos, em que as entrevistadas responderam com clareza e imparcialidade as informações solicitadas.

A partir da análise dos resultados, foi possível perceber o perfil das mulheres que receberam apoio de fomento ao microcrédito, que vai desde as que vivem no campo (foto 7), até as que estão investindo em idéias que serão despontadas na própria cidade de Macapá. Essas informações foram obtidas por meio de coleta e tabulação de dados, pelo programa de estatística de análise social (SSPSS).



Foto 7: Fomento a mulher na agricultura - SENAI
Fonte: SETE (2009)

A Secretaria do Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), realiza suas atividades de atendimento do microcrédito, tendo uma estrutura fixa (SETE/SEDE) capital, além das ações itinerantes em todos os Municípios. A amostra de 317 entrevistadas mantém a proporcionalidade de clientes residentes e financiados na Capital Macapá, considerando a realidade de acesso e acompanhamento dos empreendimentos financiados.

A amostra de pesquisa de campo buscou informações sobre a idade dos clientes, conforme os dados que constam no gráfico 7, a seguir:

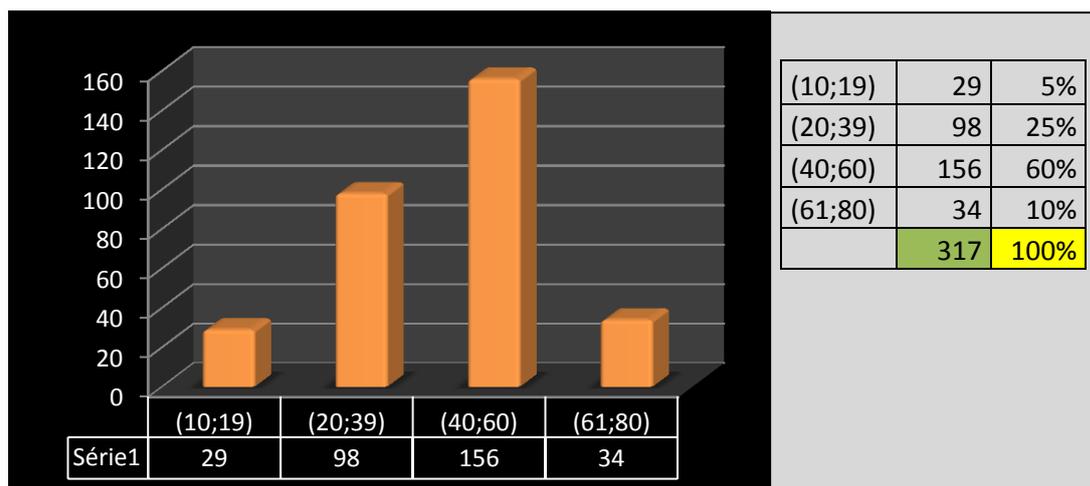


Gráfico 7: Idade do Empreendedor
Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

As pessoas entrevistadas formam dois grupos de idades distintas, em que menos da metade dos componentes tem idade igual a 40 anos e a outra metade têm idade igual ou superior a 40 anos, indicando uma média de idade da clientela

estudada em torno de 45 anos. Observa-se que a elevada média de idade entre as clientes do FUNDMICRO pode ter relação com a entrada tardia das mulheres no mercado de trabalho, fruto das transformações ocorridas na economia brasileira nas últimas décadas. Já com relação ao atual espaço de utilização da mão de obra feminina, está voltada para serviços, na sua maioria, especializados em que se exige um grau elevado de estudo. Isso caracteriza um crescimento na dificuldade de recolocação das pessoas desempregadas. Os estudos realizados apontam o microcrédito como alternativa de emprego e geração de renda.

De acordo com Pimentel (2010), o programa SSPSS visa a fazer a análise e a tabulação de dados de modo que isso possa destacar as informações da pesquisa de campo, o perfil empreendedor por grupo de indivíduos que compõem os dados percentuais e a escolaridade de gênero devidamente ilustrada no (gráfico 8).

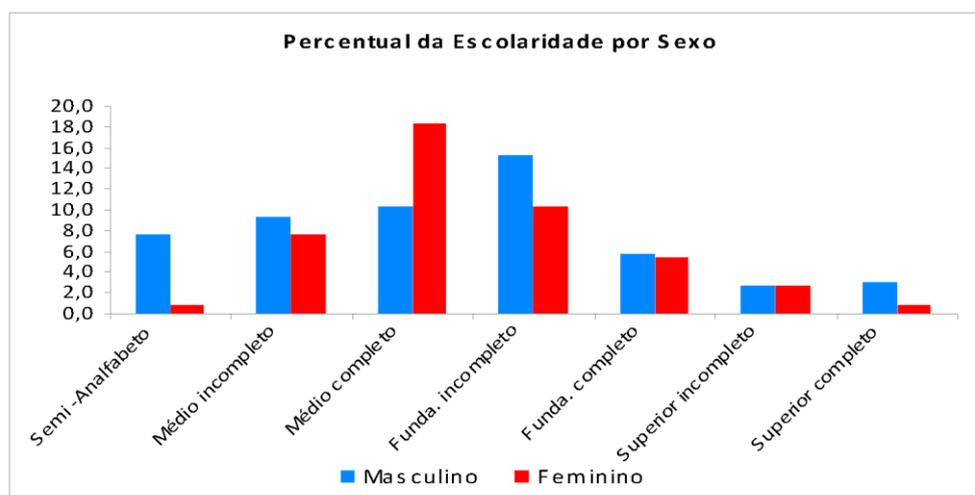


Gráfico 8: Percentual por escolaridade
Fonte: Pimentel (2010)

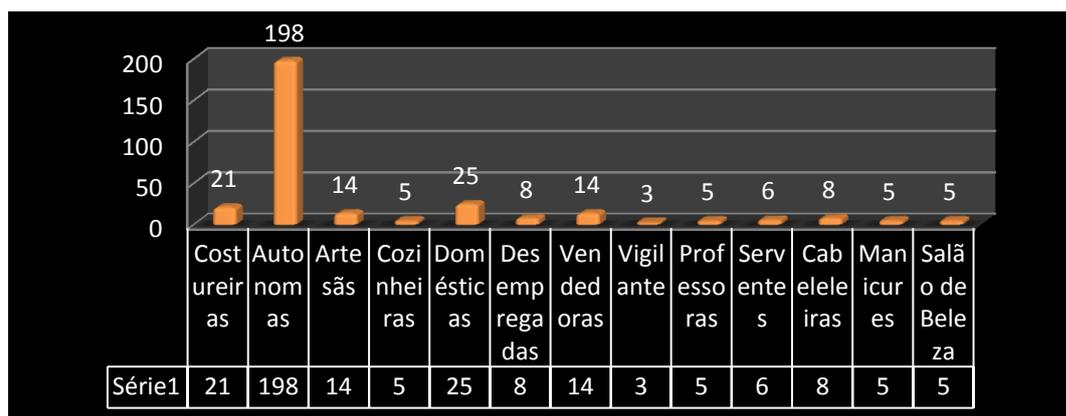
No Gráfico acima se observa que o percentual por escolaridade se sobressai em grande parte com o gênero feminino. O que se observa que as mulheres estão cada vez mais se preparando para o mercado de trabalho, de maneira mais qualificada. Ressaltam-se os fomentos de microcrédito que mais se fortaleceram, que foram os realizados por pessoas de baixa escolaridade. Elas utilizam o fomento com habilidade e cumprem com seus deveres, principalmente quanto a procedimento do financiamento.

Até porque conforme afirma (ARAÚJO; PICANÇO; SCALON, 2008, p. 227) é consenso na interpretação sobre a vida contemporânea que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, acesso a escolaridade, bem como o processo de individualização nas relações sociais foram decisivos para redefinir o lugar das mulheres na sociedade e na família. Muitos pesquisadores tais como Castells (2000) entre outros chamaram a atenção para as mudanças e permanências. Algumas dessas análises buscam identificar o papel dos aspectos político, econômico, social e ou cultural nas novas configurações e na persistência de desigualdades.

E é sobre estas mudanças que muitos cientistas evidenciam a diversificação dos arranjos e estruturas familiares, o enfraquecimento do patriarcado e o surgimento de relações mais horizontalizadas. Vale mencionar que essas relações podem estar voltadas para uma dimensão mais afetiva em que as desigualdades e assimetrias de gênero nas formas de organização da vida familiar, sobretudo na distribuição das tarefas domésticas no envolvimento e na responsabilidade pelos cuidados interpessoais dos seus membros e nas tomadas de decisões (ARAÚJO; PICANÇO; SCALON, 2008).

Nessas mudanças seguidas de transformações no cenário local, nos dados coletados sobre os tipos de empreendedorismos no mercado de trabalho, obtiveram-se os seguintes resultados expostos nos gráficos a seguir:

A mulher como força de trabalho, surge num processo contraditório ocorrido num país, nas estruturas produtivas, nas formas de organização do trabalho e nas relações de trabalho (entre classe e entre sexos) que conduziram a sociedade brasileira a configuração predominantemente industrial. Na amostra pesquisada de mulheres financiadas pelo FUNDMICRO, observa-se uma variação de atividades econômicas com ocupação indo de vendedoras a empregadas domésticas e prevalecendo o número de autônomos 39% (gráfico 9)



| | | |
|--|------------|-------------|
| Costureira | 21 | 12% |
| Autônoma (não tem formação profissional) | 198 | 39% |
| Artesã | 14 | 8% |
| Cozinheira | 5 | 2% |
| Doméstica | 25 | 13% |
| Desempregada | 8 | 4% |
| Vendedoras | 14 | 8% |
| Vigilante | 3 | 1% |
| Professora | 5 | 2% |
| Serventes | 6 | 3% |
| Cabeleireira | 8 | 4% |
| Manicure | 5 | 2% |
| Salão de Beleza | 5 | 2% |
| | 317 | 100% |

Gráfico 9: Profissão das empreendedoras

Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

Das 317 pessoas entrevistadas, somente 119 afirmam ter uma profissão, as demais caem no perfil de fragilidade do sistema por não terem uma identificação profissional e passam a ter ações de atividades autônomas geralmente como vendedoras de cosméticos, promotoras de vendas, entre outras. E são essas mulheres que têm maior atividade no acesso ao fomento, justamente por conta de estarem à margem de um sistema capitalista falho.

Pimentel (2010) reforça essa idéia do percentual do setor econômico por sexo (tabela 2). Esse fato desponta ao setor de comércio com 33,3% de homens e 29,4% de mulheres. A questão da produção é de 11,1% (masculino) e de 8,9% (feminino). E os serviços executados pelos homens eram de 9,4% e os de mulher eram de 7,8%. Assim, caracteriza-se que 53,9% dos homens se destacavam ainda nesse setor de execução de serviços e produtos no mercado.

Tabela 2: Percentual por Setor Econômico e sexo

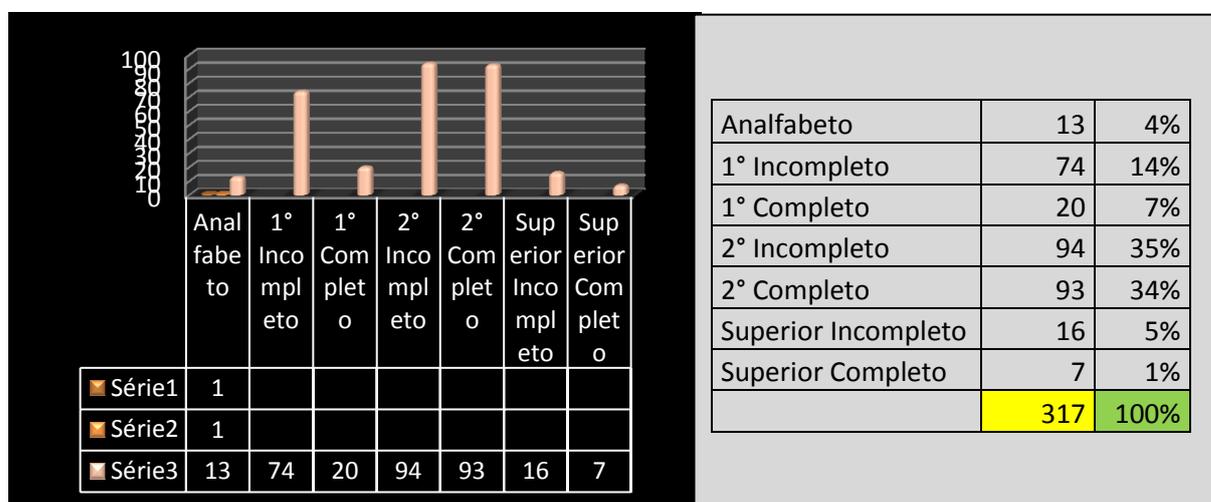
| Setor econômico | Masculino | Feminino | Total |
|-----------------|-------------|-------------|--------------|
| Comercio | 33,3 | 29,4 | 62,8 |
| Serviços | 9,4 | 7,8 | 17,2 |
| Produção | 11,1 | 8,9 | 20,0 |
| Total | 53,9 | 46,1 | 100,0 |

Fonte: Pimentel (2010)

Como se observa na tabela acima, o desempenho da mulher no setor econômico é relevante, tendo em vista o percentual de 46,1% de desempenho nas atividades. Para Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008, p. 20) considera que isso é um reflexo da expansão da escolaridade, a que as brasileiras têm cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

As mulheres ao longo dos anos historicamente sofreram com a subordinação e a opressão de um mundo destinado prioritariamente a atender os direitos dos homens brancos, estudados e ricos. Entretanto, mudanças ocorridas na sociedade de cunho social foram fundamentais para que as mulheres colocassem suas “caras” no espaço público e lutassem por direitos que também eram concernentes a elas. O reflexo dessa realidade é percebido até a década de 70 com a baixa escolaridade das mulheres, sendo esse panorama aos poucos modificado nas décadas de 80 e 90, com a busca da escolaridade dessa mulher, mudando o cenário nacional.

O gráfico 10 destaca os percentuais de escolaridade obtida em pesquisa de campo.

**Gráfico 10:** Escolaridade das empreendedoras

Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

A escolaridade das empreendedoras no município de Macapá é muito superior a dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. Para dar um exemplo, em 2005, 32% das trabalhadoras tinham mais de 11 anos de estudo, contra 25% dos trabalhadores. Para Pochmann (2002, p.12), na obra “O trabalho sob fogo cruzado”, faz-se menção a que as transformações econômicas e sociais em curso devem ser mesmo discutidas, como a exclusão social no capitalismo, avançando este de maneira bem atualizada.

No tocante ao público pesquisado na amostra de 317 empreendedores, o retrato apresentado é de esperança de mudança, mas ainda se têm como em toda região norte e nordeste um atraso considerável com relação ao acesso a escolaridade. 35% têm 2º grau incompleto, e, 34% têm 2º grau completo. Do mesmo modo, observa-se que esses dados se destacam pelos dois extremos, pois 1% tem nível superior completo e 4% de analfabetos. Reflexo esse que se torna um meio contraditório diante do cenário existente. Até porque Hirata (2008) afirma que as mulheres estão tendo uma melhoria de poder aquisitivo e educação de qualidade.

Já com relação à renda das empreendedoras entrevistadas observa-se no gráfico 11 que essa variação correspondente de R\$ 300 a R\$ 4.000.

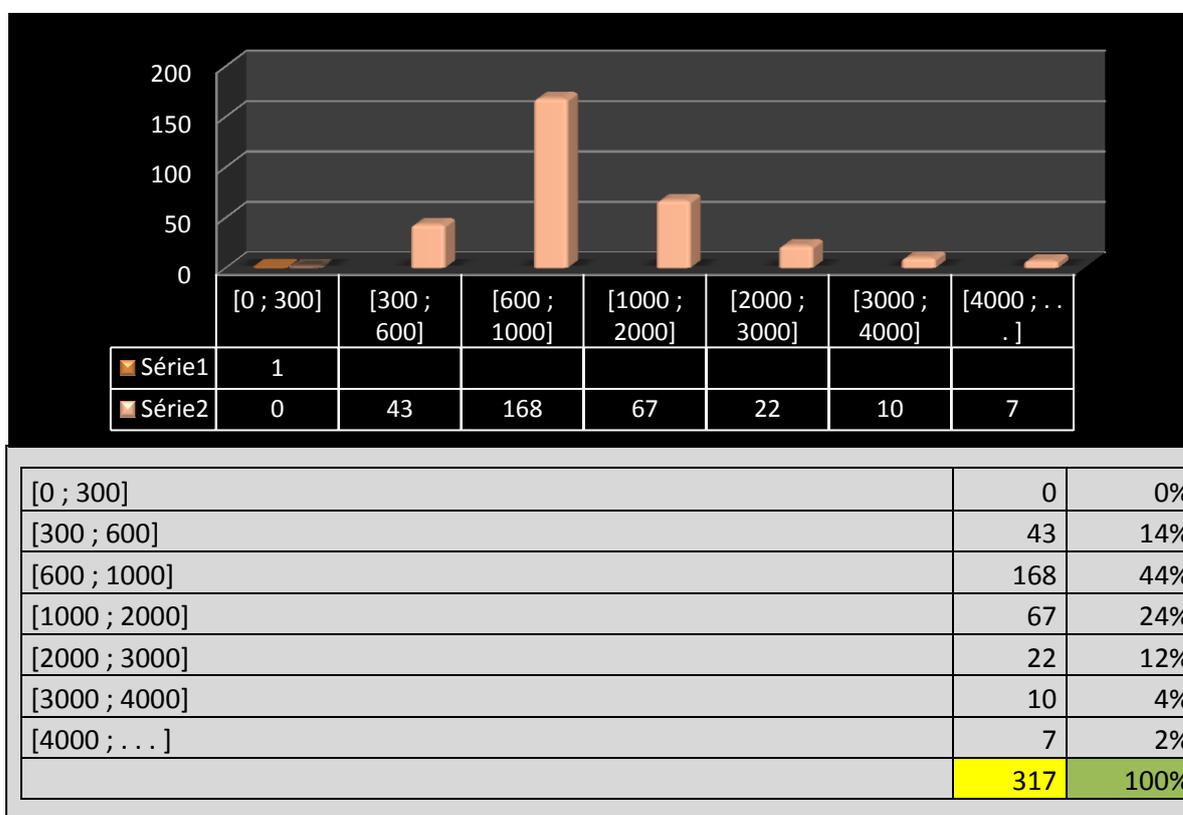


Gráfico 11: Renda das mulheres entrevistadas
Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

Pode-se perceber que 44% das empreendedoras têm uma renda mensal de R\$ 600 a R\$ 1.000 reais, aspecto este de grande relevância, uma vez que oportuniza a melhoria da qualidade de vida. A outra observação é que 24% geram uma renda de negócios com mais de R\$1.000 a R\$2.000 reais, o que torna um diferencial no mercado de trabalho, tendo em vista à renda obtida ultrapassar o atual salário mínimo.

Para Yunnus (2001) apud Mendes (2009, p. 85), o microcrédito funciona como uma alavanca para as pessoas sem alternativa de crescimento que não têm acesso ao sistema de crédito tradicional. E também se observa que há certa lacuna de oportunidades local e os torna mais dinâmicos a lutar por uma renda autônoma e alternativa.

Desse modo, observa-se ainda na referida pesquisa de campo que as empreendedoras possuem naturalidade assim dispostas no gráfico 12:

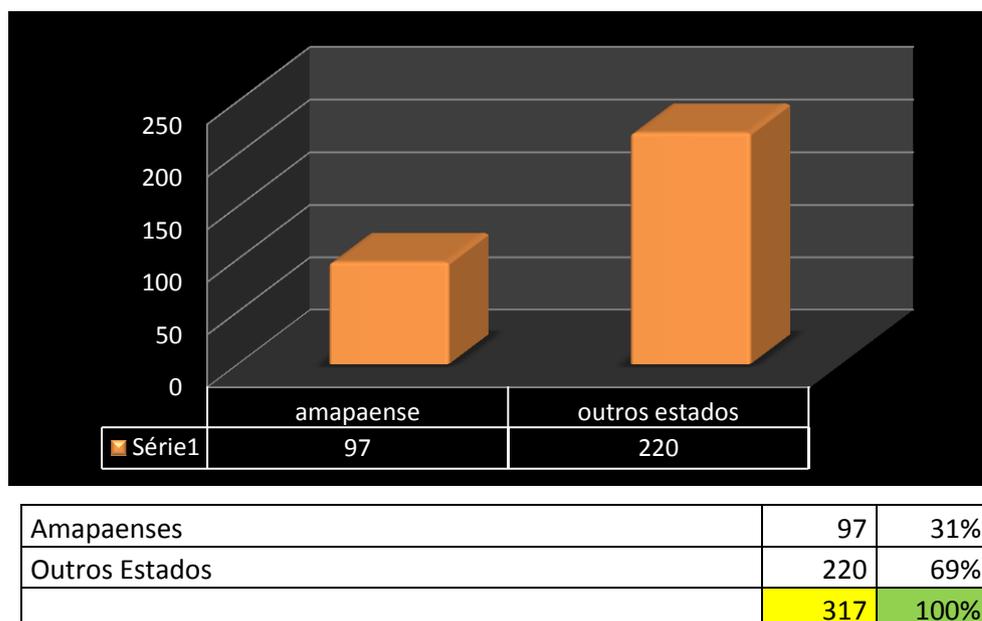


Gráfico 12: Naturalidade das empreendedoras
Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

De acordo com os números dispostos no gráfico, tem-se 31% das entrevistadas oriundas do Estado do Amapá. Isso se contrapõe à política pública de Estado como bem maior para minimizar os eixos de pobreza local. Afinal, mais de 69% dos financiamentos beneficiam empreendedoras de outros Estados. Há uma disparidade em grande escala quando pensada para exaurir e ou dinamizar a

economia de Macapá com apoio as mulheres empreendedoras oriundas do próprio Estado. Vale mencionar que essa fluidez populacional procedente de outros Estados é fruto da década de 80, em decorrência da propagação em mídia da área de livre comércio. É também fruto dos interesses políticos desenfreados, havendo a ausência de responsabilidade pública, gerando o perfil atual existente em Macapá.

Esse perfil é identificado nas entrevistas obtidas com as 317 mulheres no município de macapá conforme se ilustra no gráfico 13 :

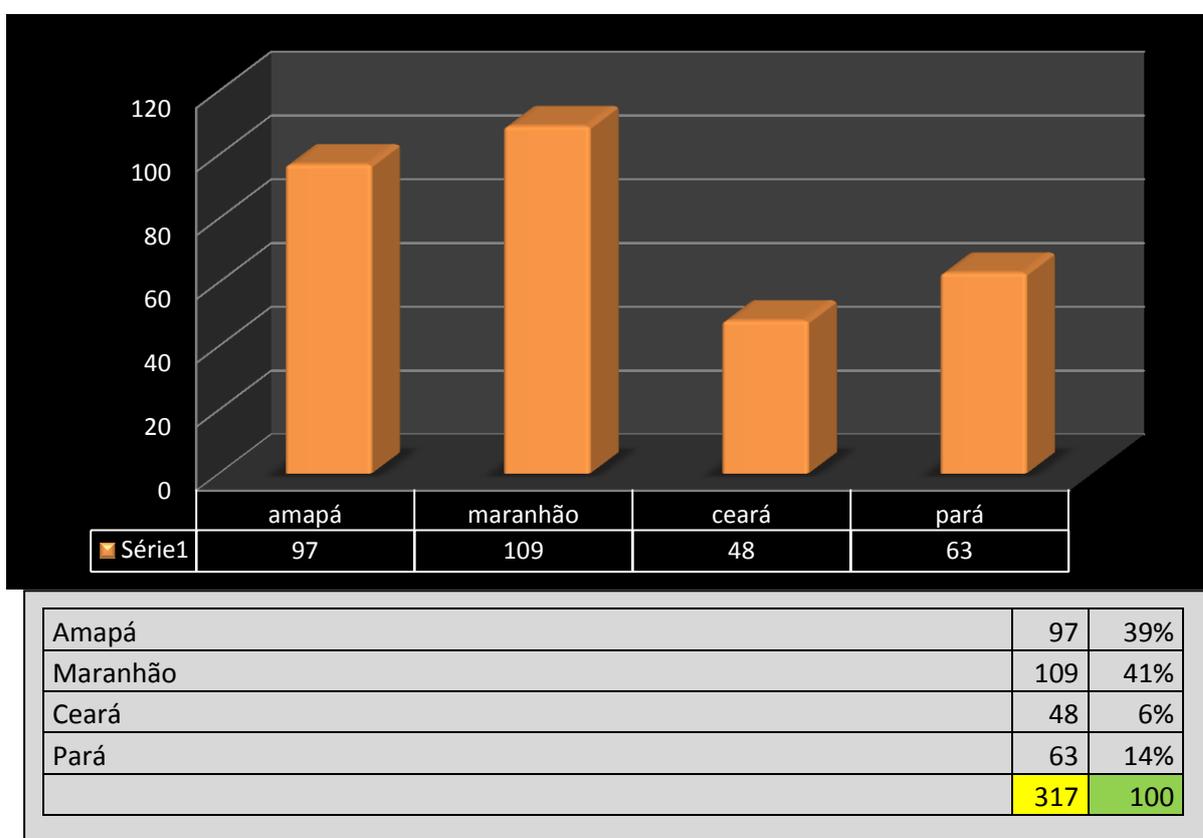


Gráfico 13: Percentual de mulheres de outros Estados

Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

O cenário acima exposto é reflexo oriundo do forte processo de migração. Na verdade, isso é um retrato das importantes mudanças sofridas pela grande Amazônia nos últimos 50 anos, destacado pelo notável crescimento demográfico das populações urbanas, pelo visível crescimento das desigualdades sociais, coadunando com o crescimento econômico do Estado e da divulgação política eleitoreira das mudanças ocorridas na região. Observa-se que grande parte dos

imigrantes são oriundos do nordeste, sendo que destes a maioria é do Maranhão, Estado este com as maiores disparidades sociais e com índice de Desenvolvimento Humano reduzido - IDH, e outra parte do Ceará, que é reconhecidamente um Estado que se destaca pela emigração de pessoas que fogem da seca e da pobreza em busca de melhores condições de vida.

Com relação ao bairro das empreendedoras entrevistadas, observa-se no gráfico 14 que predomina os bairros Central, Congós, Novo Buritizal, expostos a seguir:

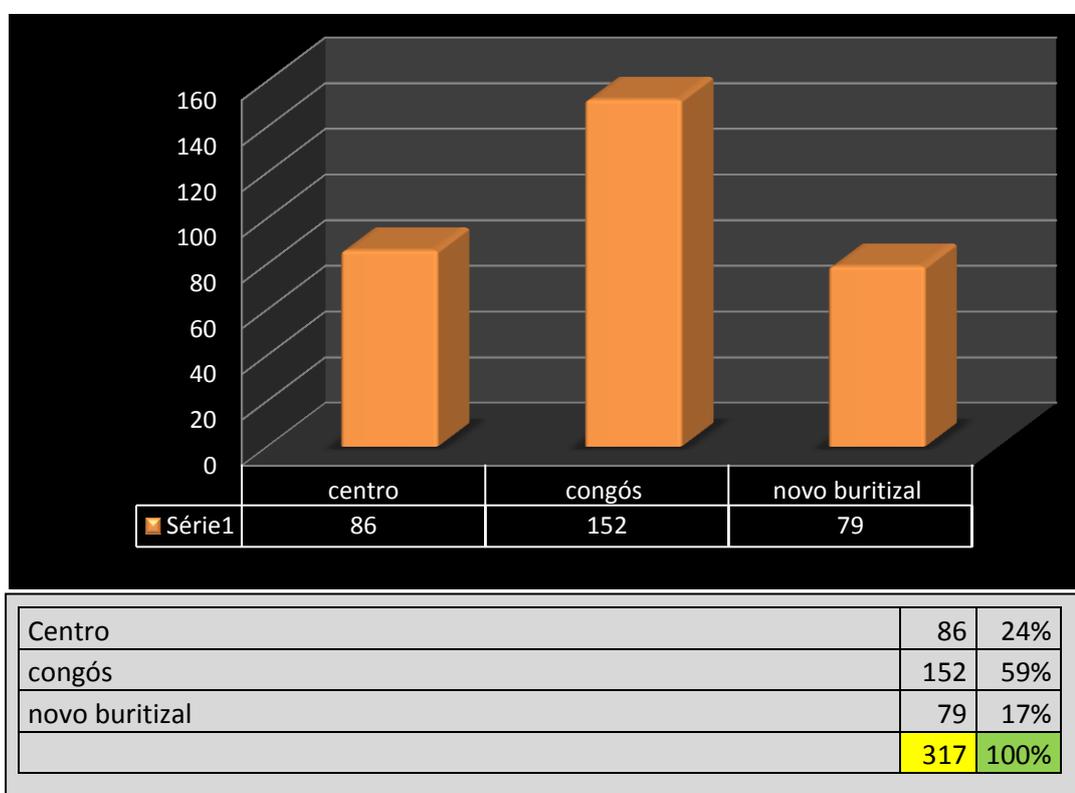


Gráfico 14 : Bairro de residência
Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

Considera-se que os bairros escolhidos pelas mulheres financiadas por microcrédito é uma resposta a demanda local do município frente as atividades econômicas desenvolvidas por elas. Vale mencionar que os pontos de localização dos empreendimentos são bem populosos e a carência é grande dos tipos de negócios implantados.

Verificou-se durante a coleta de informações que a maior parte das entrevistadas declarou morar no bairro do congós, sendo este um dos mais populosos da cidade, e que possui muitas áreas assoladas pela pobreza e por difíceis condições de moradia, onde o desemprego é a realidade de boa parte dos habitantes em idade ativa.

Observou-se nas entrevistas que o tempo que elas estavam desenvolvendo esse empreendimento refutaram o bairro de definição do referido negócio como de sua preferência.

E nessa sequência de informações se observa no gráfico 15, em que está o tipo de profissão que das mulheres:

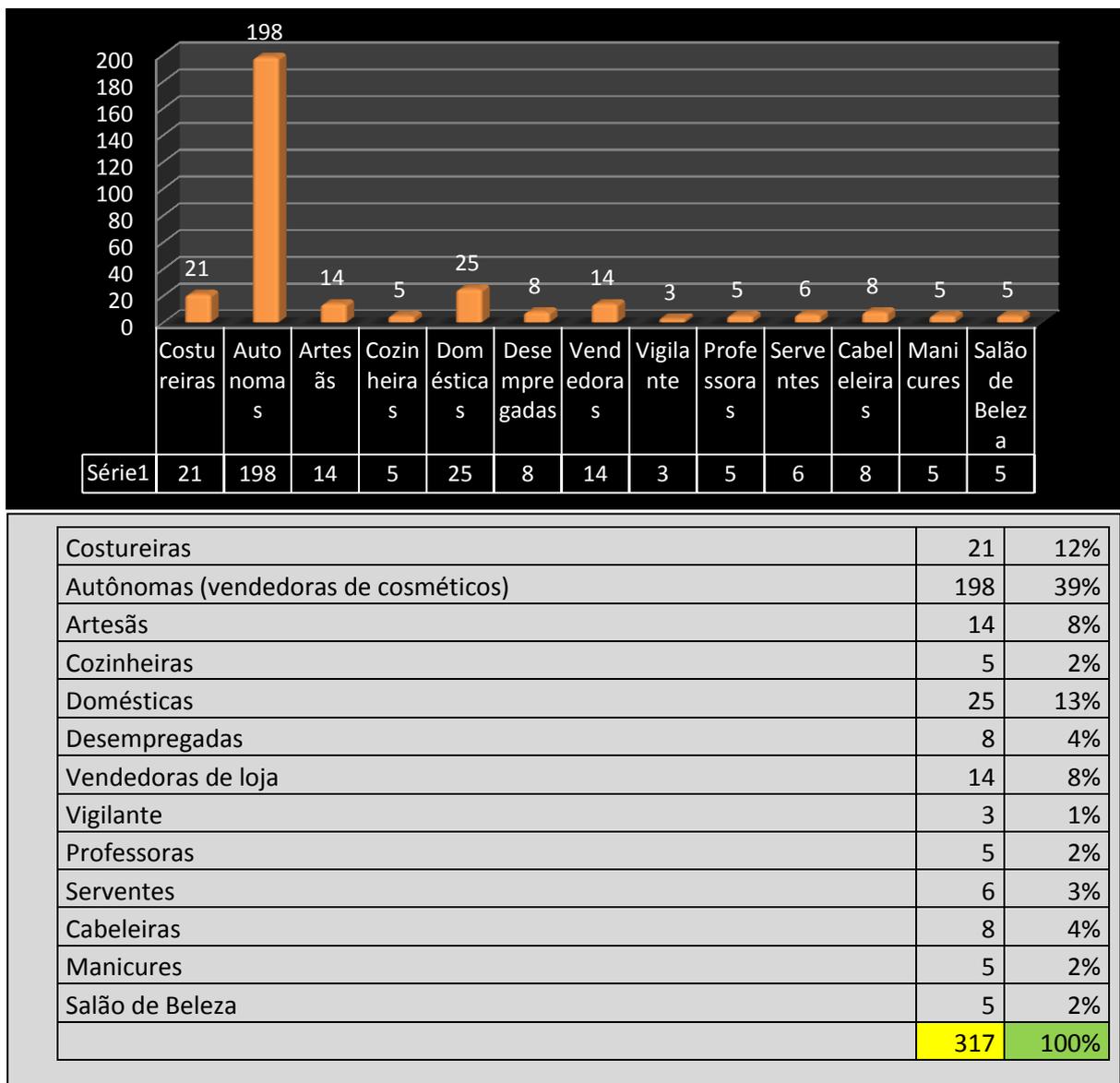


Gráfico 15 : Profissão

Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

Conforme se analisa no gráfico acima, a maioria das mulheres que foram indagadas sobre a sua profissão que exerciam, informaram as atividades que desenvolviam, assim como outras entrevistadas disseram que não tinham anteriormente nenhum emprego formal. Isso corresponde a 39%. As que já dispunham de uma renda antes do financiamento, informaram que o microcrédito veio para ampliar e ou fortalecer o próprio empreendimento.

Nessa contextualização, observa-se que esses dados do gráfico acima reforçam a compreensão exposta no gráfico 16 sobre o tempo de empreendimento existente no mercado local:

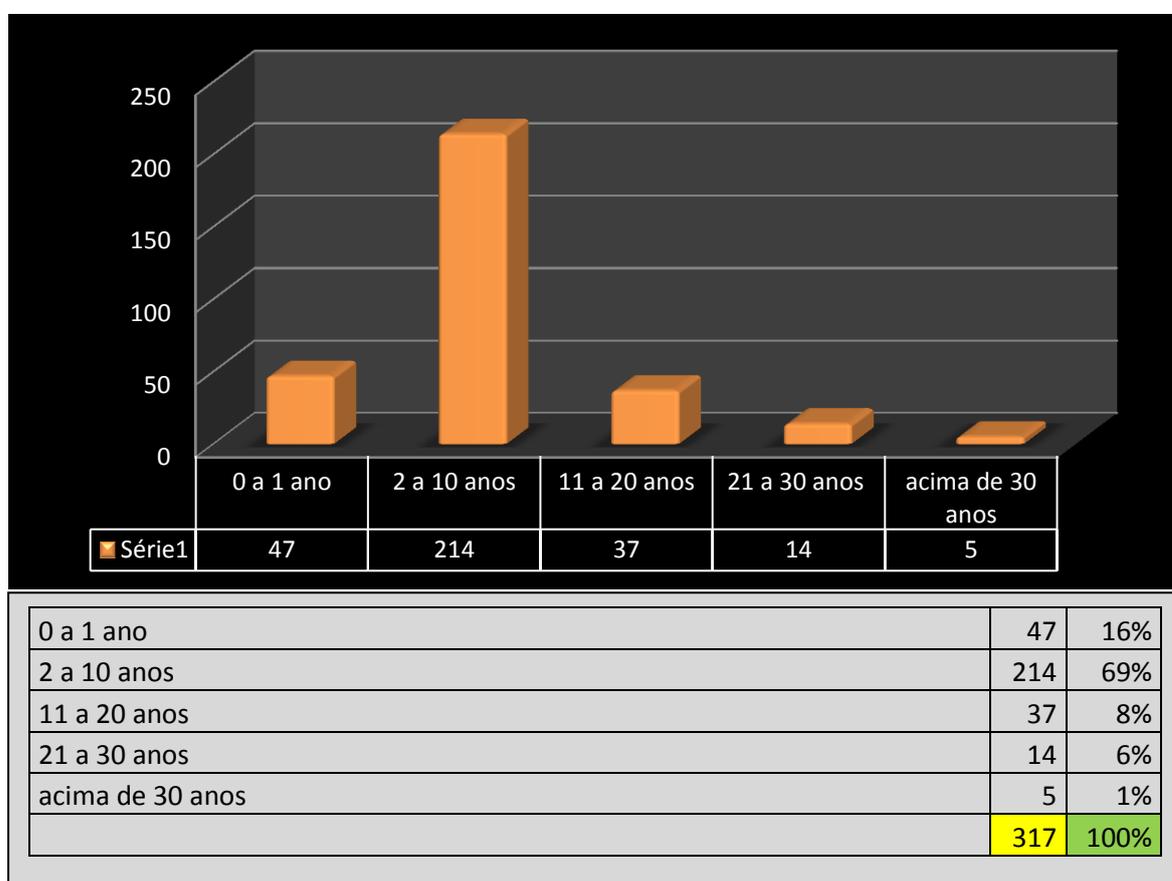


Gráfico 16 : Tempo de empreendimento
Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

Observa-se que o perfil da demanda desse financiamento desponta em grande maioria para a média de 2 a 10 anos de empreendimento. Esses dados gravitam em torno de 69%, números estes bastante consideráveis em frente dos 317 questionários aplicados na investigação. Então, percebe-se que 1% das pessoas

que estão acima de 30 anos no mercado também utilizam o FUNDMICRO como um meio alternativo de reforço das ações já desenvolvidas ao longo de todo o tempo informado. Isso significa que, até para essas pessoas, o microcrédito serviu e é esse perfil que se espera mesmo alcançar para os demais que utilizaram o fomento como empreendimento. De maneira geral, a percepção de Mendes (2008, p. 80) afirma que esses empreendimentos evidenciam maturidade e sedimentação dos investimentos a partir do primeiro crédito adquirido.

É importante dar maiores incentivos aos demais correspondentes ao tempo anual de 0 a 1 com (16%), dados estes que reforçam o cenário atual existente em Macapá e que responde as necessidades e responsabilidades que cada mulher possui como chefe de comando do próprio negócio.

Em continuidade aos dados coletados sobre os que ingressaram no fomento de apoio ao microcrédito para financiar empreendimento próprio, considera-se que o Gráfico 17 abaixo está próximo dos comentários dispostos no gráfico 16, gráfico este que relata o tempo do empreendimento.

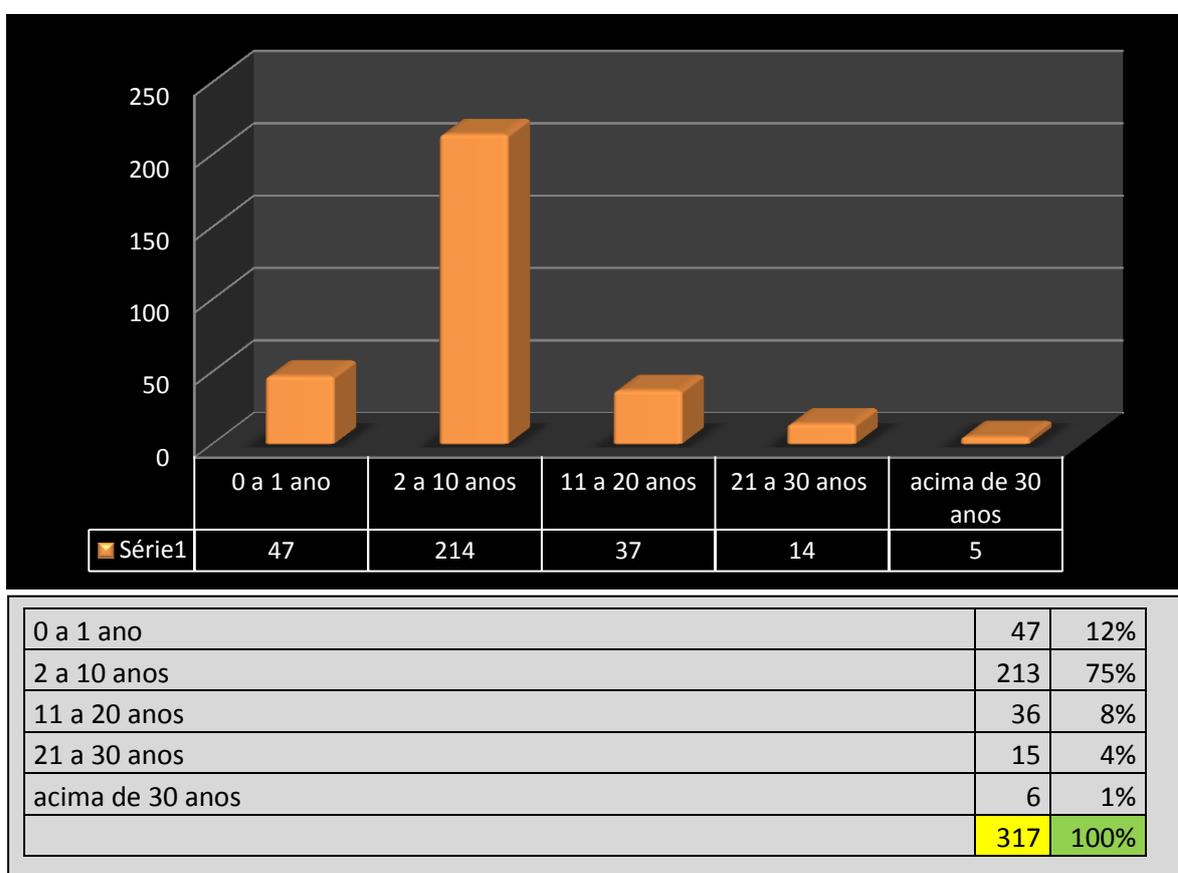


Gráfico 17 : Tempo de ingresso na atividade
Fonte: Dados da pesquisadora (2010)

Observa-se que, nesse caso de ingressos em atividades de negócio próprio, destacam-se aqueles que estão entre o período de 2 a 10 anos, totalizando assim, 75%, margem esta que sobressai diante dos demais valores indicados no gráfico acima. Nesse rastro, acredita-se que o recurso veio dá um equilíbrio para a manutenção do próprio negócio, haja vista o tempo de permanência com o tempo de criação desses investimentos. O que significa que estão se concretizando e ou amadurecendo frente a um estabelecimento de maneira mais concreta no mercado de trabalho e principalmente como reflexo na economia.

Agora, a entrada dos recursos obteve melhoria da renda, permanência dos negócios e estabilidade do que se investiu ao longo dos anos. Como consequência, obteve-se a melhoria na qualidade de vida influenciando positivamente no bem-estar estar dessa classe de microeconômica.

Com relação aos ramos de atividade por setor econômico, expuseram-se no gráfico 18 as seguintes informações coletadas para essa pesquisa:

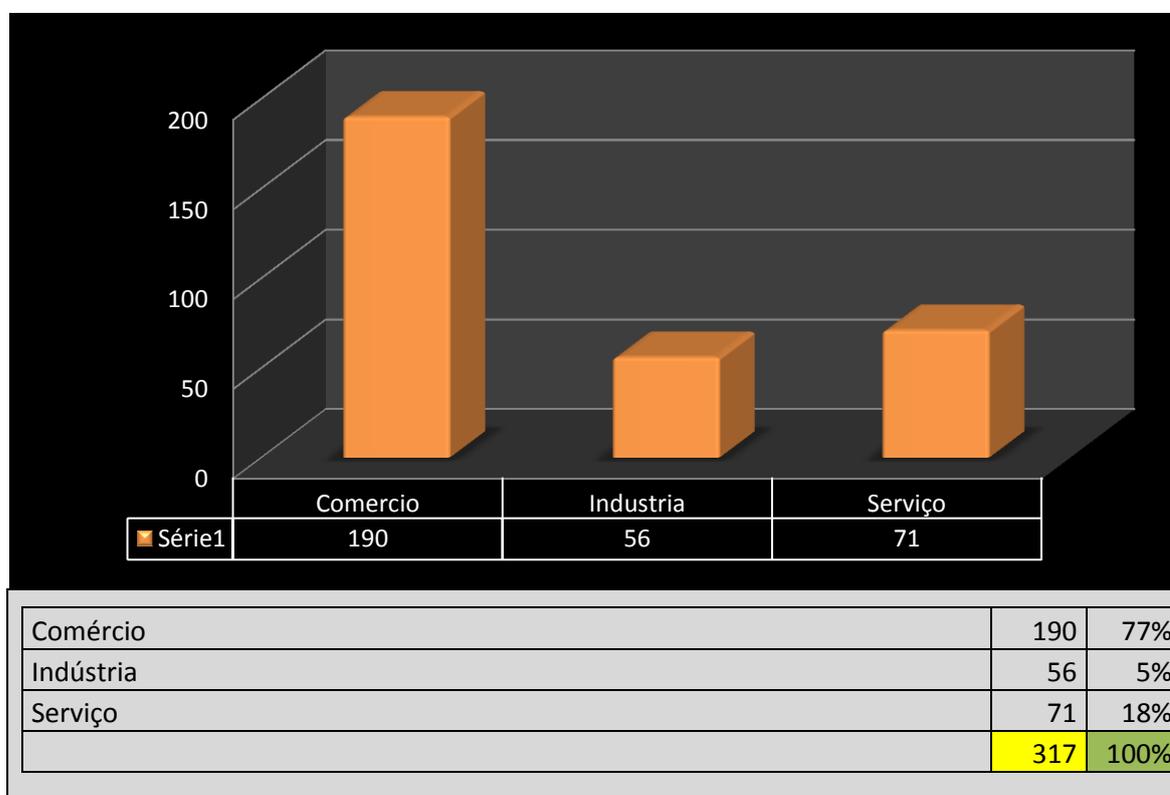


Gráfico 18: Percentual de mulheres por setor econômico
 Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Percebe-se, no gráfico, que o maior percentual de atividades fomentadas pelo microcrédito está no setor de comércio. Isso corresponde a 190 mulheres, totalizando 77% das entrevistadas. Nessa etapa, é justamente onde se destacam as maiores atividades dos empreendimentos e comercialização, como um reflexo da cultura econômica local. Os demais serviços se inserem entre os 18% de fomento do microcrédito caracterizado como atividades de prestação de serviços. E os demais 5% estão voltados para os investimentos no setor de indústria, mas não é o perfil de maior análise desse estudo em questão. Vale mencionar que as mulheres entrevistadas consideram que o serviço de indústria e comércio está num processo de conflito conceitual. E pelo que se percebe é que todas as atividades estão relacionadas à comercialização com algumas nuances de comércio, mas são prestadores de serviço.

Nos dados do gráfico 19, é possível correlacionar os percentuais existentes serviços diretos e indiretos.

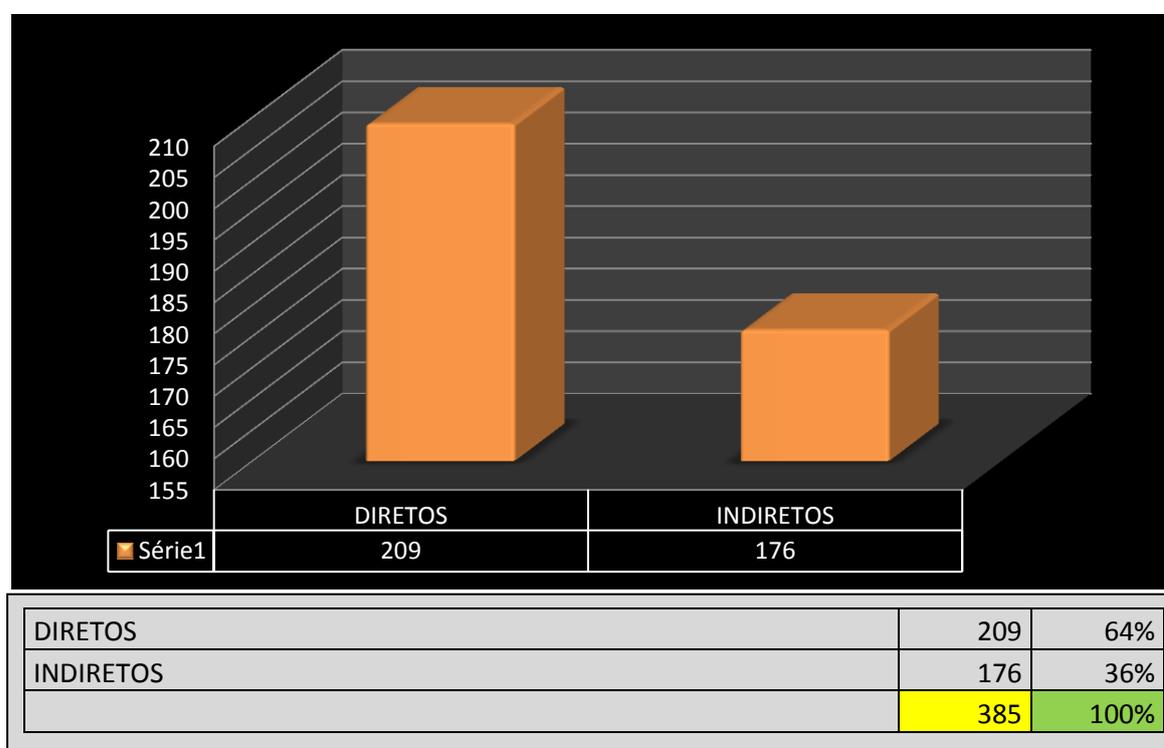


Gráfico 19: Empregos gerados

Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Conforme se observa nos dados econômicos diretos e indiretos, tem-se o seguinte perfil: 64% são os empregos diretos que permanecem no próprio negócio. Já os demais, 36%, são aqueles que estão indiretamente relacionados com o desempenho do empreendimento.

De modo geral, as políticas de microcrédito têm se tornado consistente, capaz de trazer benefícios significativos não só para os clientes, mas para a economia e desenvolvimento local, tendo-se em conta a importância dos pequenos e micro empreendimentos pela capacidade de geração de renda e de novos postos de trabalho.

Com relação ao gráfico 20, observa-se que o resultado da comercialização de produtos elencados da seguinte maneira abaixo descritos:

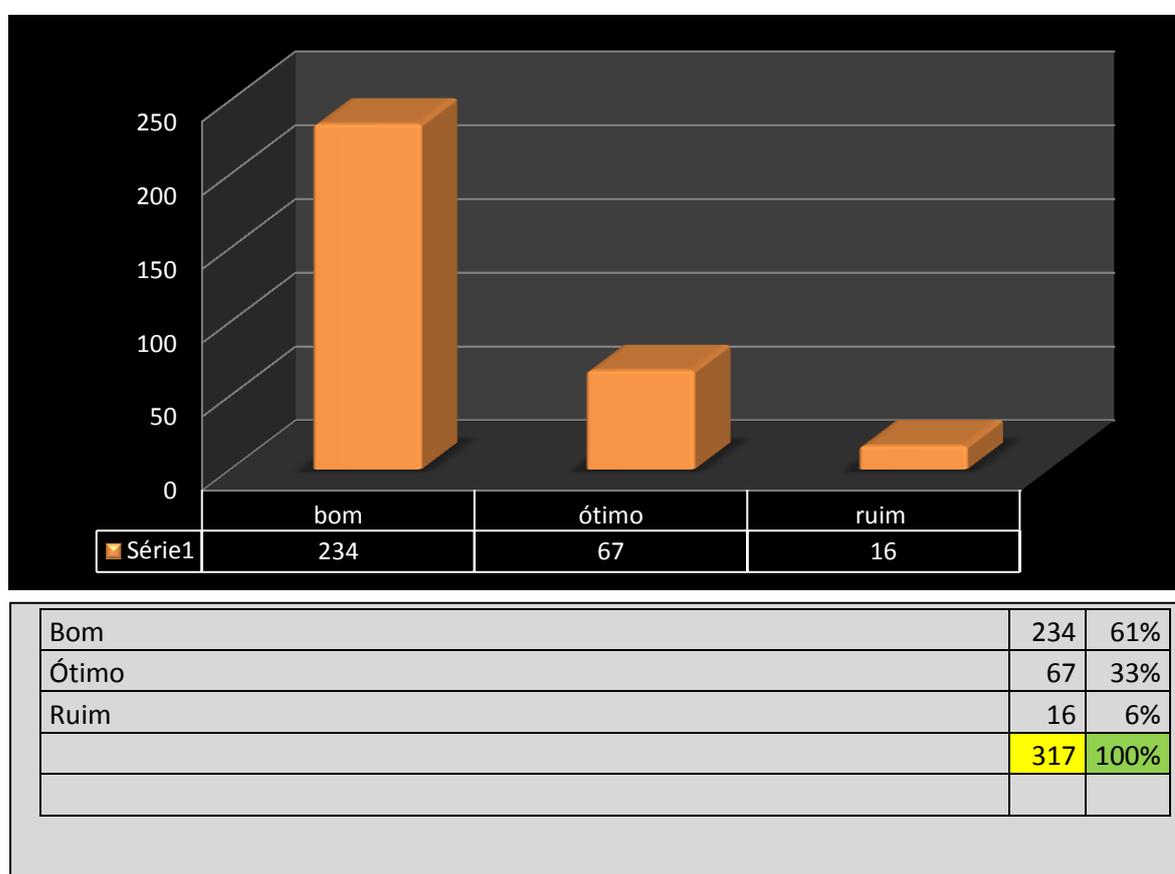


Gráfico 20: Resultado de comercialização de produtos
Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Observa-se que das 317 mulheres entrevistadas, 234 consideram que a comercialização dos produtos é bom. Isso totaliza 61% do todo da pesquisa. Entretanto, percebe-se que apenas 6% ainda se sentem insatisfeitos com o retorno desse investimento. Em geral, a média de clientes satisfeitos é de 94% o que retrata

um índice bastante elevado dos resultados positivos produzidos pela injeção de recursos aplicados nesses empreendimentos. O que se reforça sobre os demais gráficos já mencionados na questão de resultados obtidos com a maturidade e efetivação do negócio, com uma interferência positiva para que essas atividades permaneçam no mercado. Contrariamente a esses dados, há apenas 16 mulheres, que representam 6% das entrevistadas.

De acordo com os dados gráfico 21, observa-se que o valor do recurso recebido foi considerado assim:

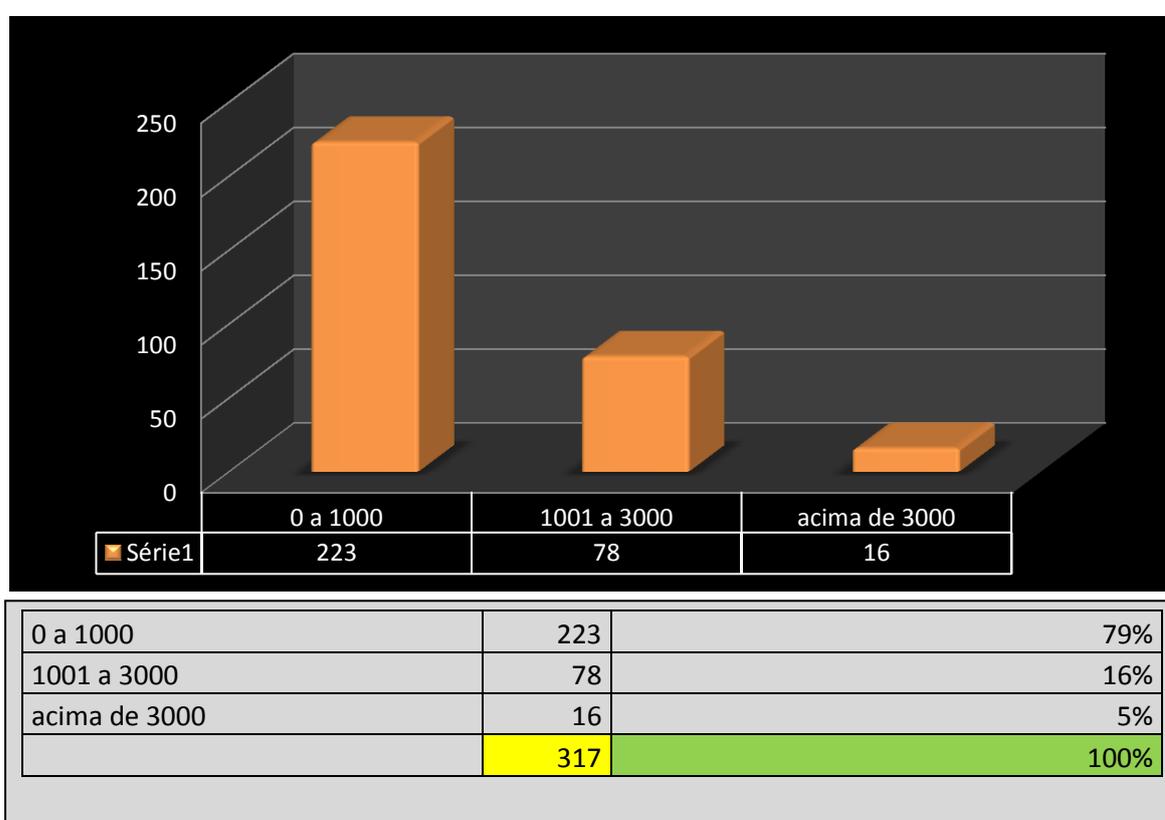


Gráfico 21: Valor do financiamento recebido

Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Esse cenário retrata que os valores financiados estão, em grande maioria, na casa dos 79% para as populações mais carentes, exercendo elas atividades informais, tais como vendedores de roupas íntimas, vendedor de pipoca, vendedor de produtos de beleza, confecção de roupas, manicure e pedicure, entre outras atividades que se encaixam nesse perfil. Tais atividades não exigem grandes qualificações e oportunizam renda imediata, que é justamente o que a classe pobre

brasileira precisa para a busca da sobrevivência oriunda da perda de emprego formal.

Com relação ao Gráfico 22, tem-se o percentual de inadimplentes e adimplentes. O resultado demonstra que 65% do montante das mulheres entrevistadas não tiveram dificuldades para pagar o empréstimo, posto que 35% apresentam algumas dificuldades por motivos supervenientes paralelas a sentimentos diversos (doenças que os levaram a não trabalhar para efetivar o pagamento financiado, venda a terceiros que não cumpriram com o planejamento previsto).

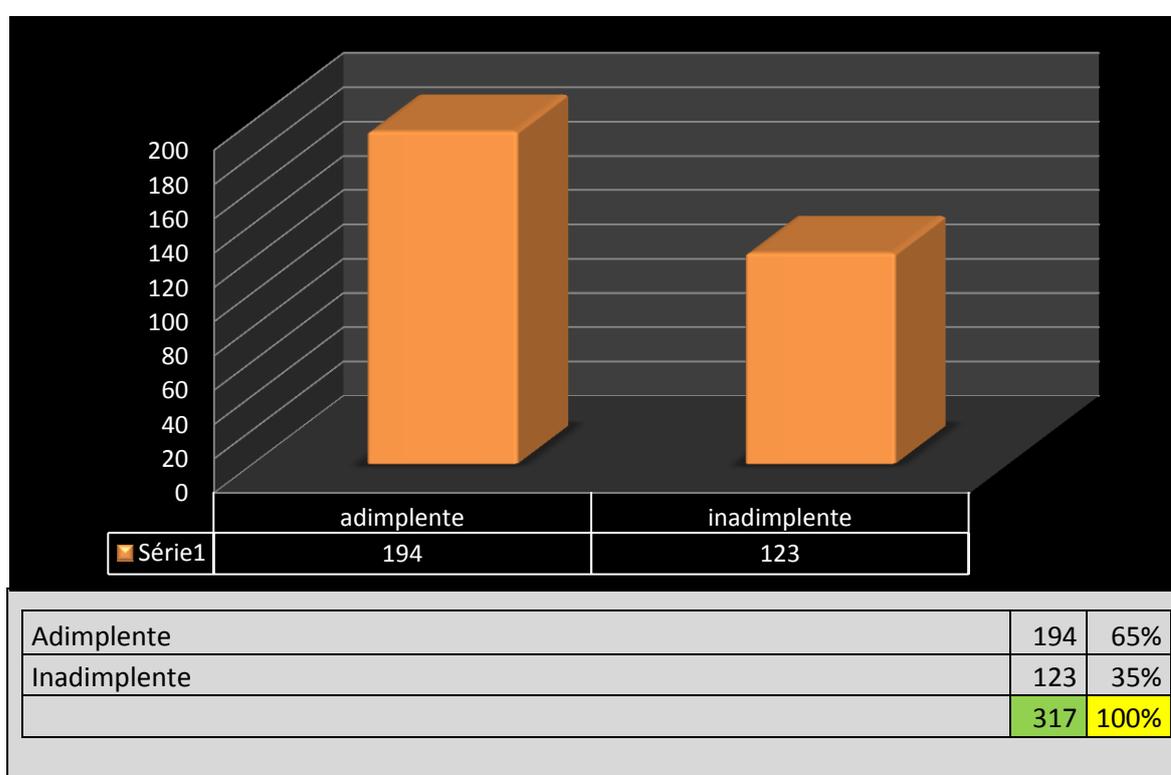


Gráfico 22: Adimplência X inadimplência
Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Nesse passo e dentro dos interesses gerais, observa-se que a situação do financiamento retrata bem o percentual de empreendedores inadimplentes para com o Programa Amapá Empreendedor. Considerando a pesquisa de Pimentel (2010, p. 88), em que os empreendedores de ambos os sexos possuem um percentual de 42,4% de inadimplência e 55,4% de adimplentes. O percentual de inadimplentes que representa 35%, retratados no cumprimento de pagamentos de

terceiros, problemas de saúde familiar e ausência de gestão do financiamento do próprio empreendimento.

Observa-se que, em relação ao cumprimento do pagamento ou da devolução dos recursos à Agência de Fomento (AFAP), as mulheres estão de maneira mais favorável ou positiva quando retratadas na coleta de dados da pesquisadora deste estudo. As mulheres são vistas de forma mais adimplente no mercado de financiamento do microcrédito. Dado este que sobressai até nos níveis estaduais do Norte, conforme menciona Mendes (2009, p. 80).

De acordo com dados da pesquisadora Pimentel (2010), isto é um reflexo de uma política de fomento a sociedade, em que alguns indivíduos que receberam esse tipo de apoio consideram que os recursos, por serem do Estado, são um fundo perdido. O que não é verdade, pois este recurso precisa retornar aos cofres públicos para poder oportunizar novos empreendedores que estão na lista de espera por uma oportunidade.

Vale mencionar que o percentual de inadimplentes é um fato preocupante para o universo de 317 mulheres entrevistadas.

No Gráfico 23, nota-se o grau de satisfação da clientela feminina disposto da seguinte forma:

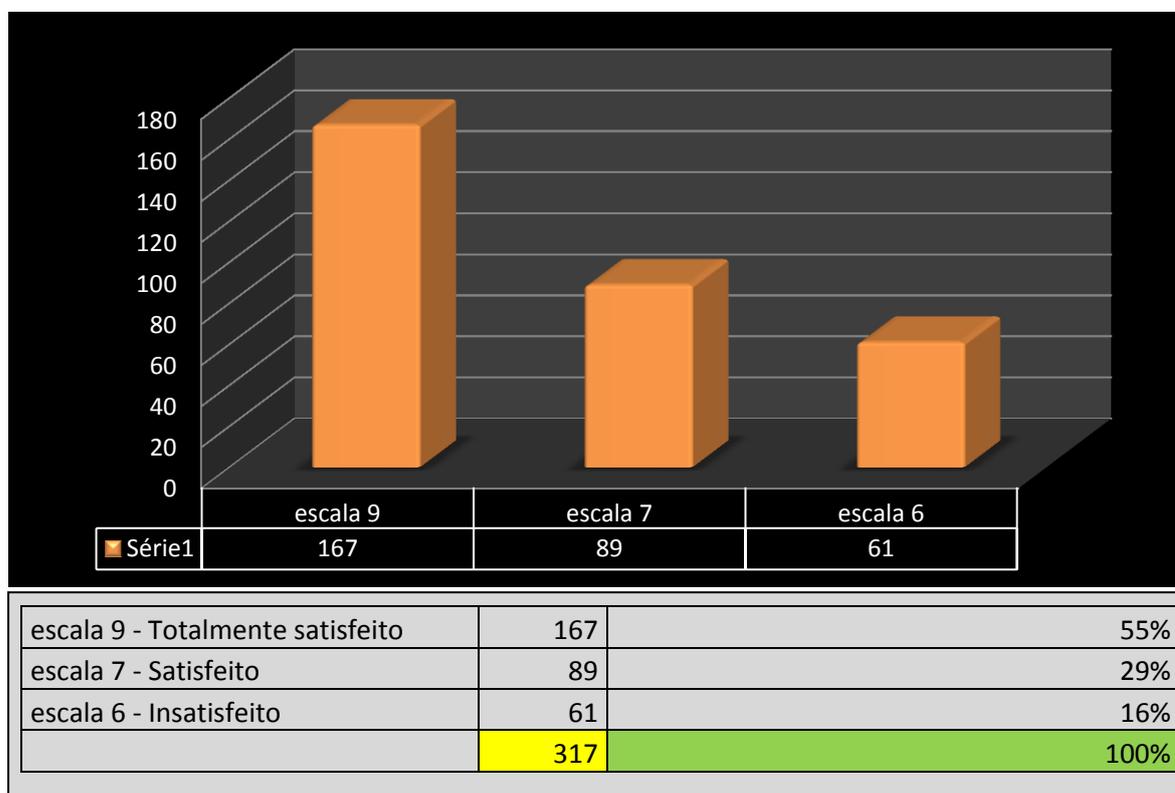


Gráfico 23: Grau de satisfação
Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Nos dados dessa pesquisa com 317 mulheres, obteve-se a informação de que apenas 61 delas se sentiram insatisfeitas com o financiamento que representa 16%. E esse pode ser um reflexo de anseios correlacionados a valores mais altos, menos burocracia e mais agilidade no processo de deliberação dos recursos do microcrédito. Acredita-se que o programa Amapá Empreendedor se fortalece em sua gestão pública por representar um perfil de mulheres satisfeitas e totalmente satisfeitas totalizando um percentual de 84%.

No Gráfico 24, observa-se o confronto de dados sobre o benefício do Programa Amapá Empreendedor ser claro e transparentes no seu processo de mudança a seguir:

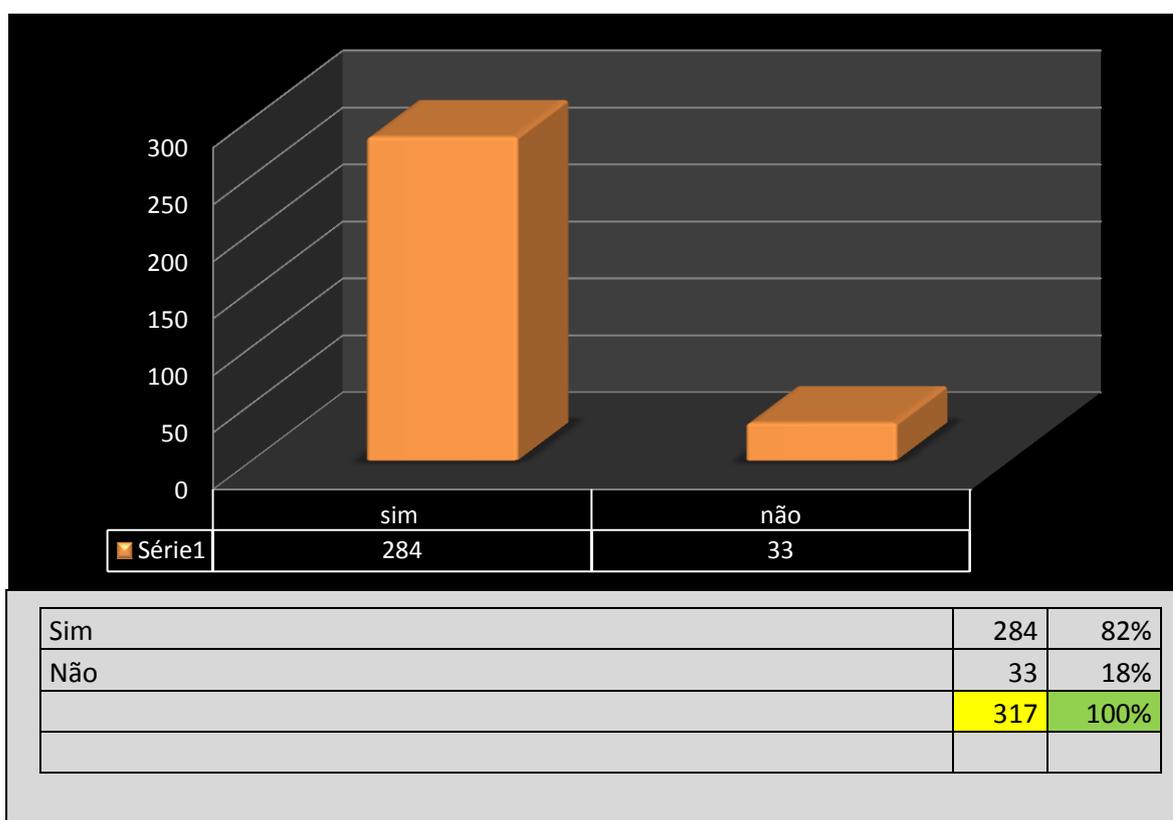


Gráfico 24: Benefícios trazidos pelo Programa
Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

O programa é visto por 82% das mulheres entrevistadas como gerador de benefício e renda para toda a família. E essa alternativa reforça cada vez mais a ação das mulheres na economia local. E somente 18% relatam que o programa não trouxe qualquer tipo de benefício para sua família. Acredita-se que essa fala é reflexo da conduta de ações voltadas para a gestão do trabalho que ela se dispôs a

executar e não estava devidamente capacitada para isso. São as fragilidades do sistema e ou dívidas adquiridas anteriormente. Vale mencionar que também podem ser outras situações que recorrem sobre esse perfil feminino.

Observa-se que o Programa retrata o percentual de satisfação do empreendedor sobre o empreendimento, assim foram analisados como satisfeitos 284, totalizando 82% e dos que não se sentiram satisfeitos destacam-se 33 mulheres, correspondendo a 18% do montante das entrevistadas. Isso caracteriza que o Programa Amapá Empreendedor tem dado retorno à população sobre os objetivos propostos no atendimento pelo microcrédito.

De acordo com a análise do gráfico acima se acredita que esse grau de satisfação é uma resposta ao desenvolvimento para se elevar as oportunidades sociais.

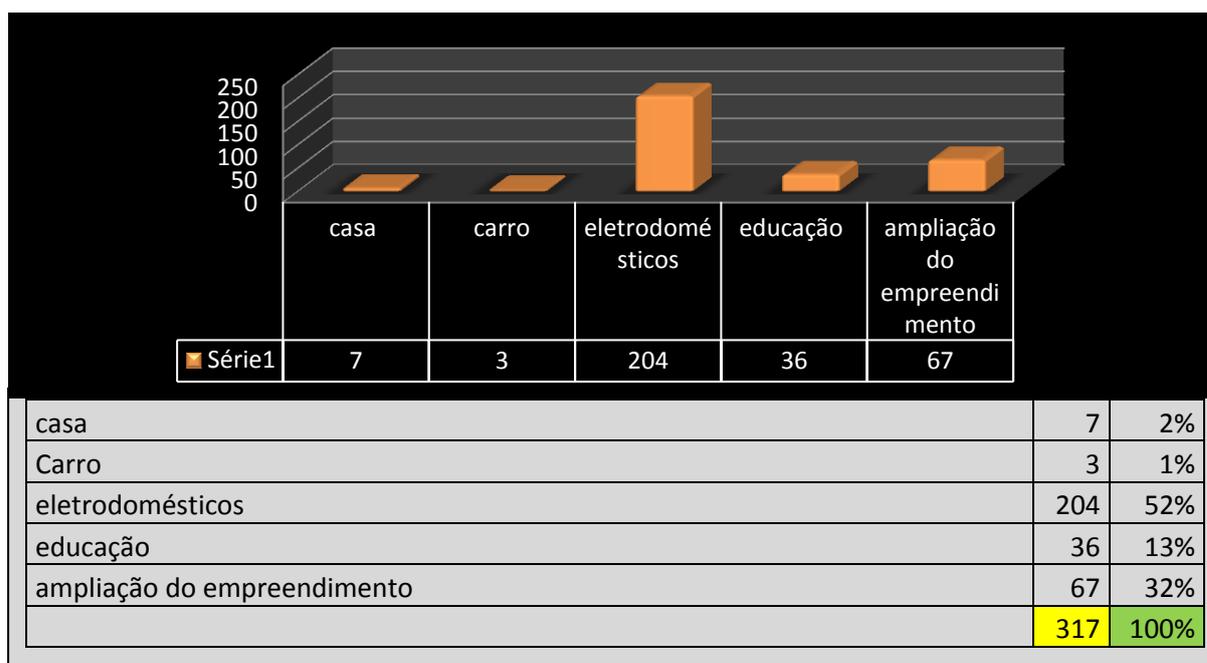


Gráfico 25 : Melhorias alcançadas
Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

No Gráfico 26, considera-se que há uma construção de um desdobramento ao objeto recebido que é o financiamento. E significa que essas famílias estão tendo boa aplicabilidade desse investimento.

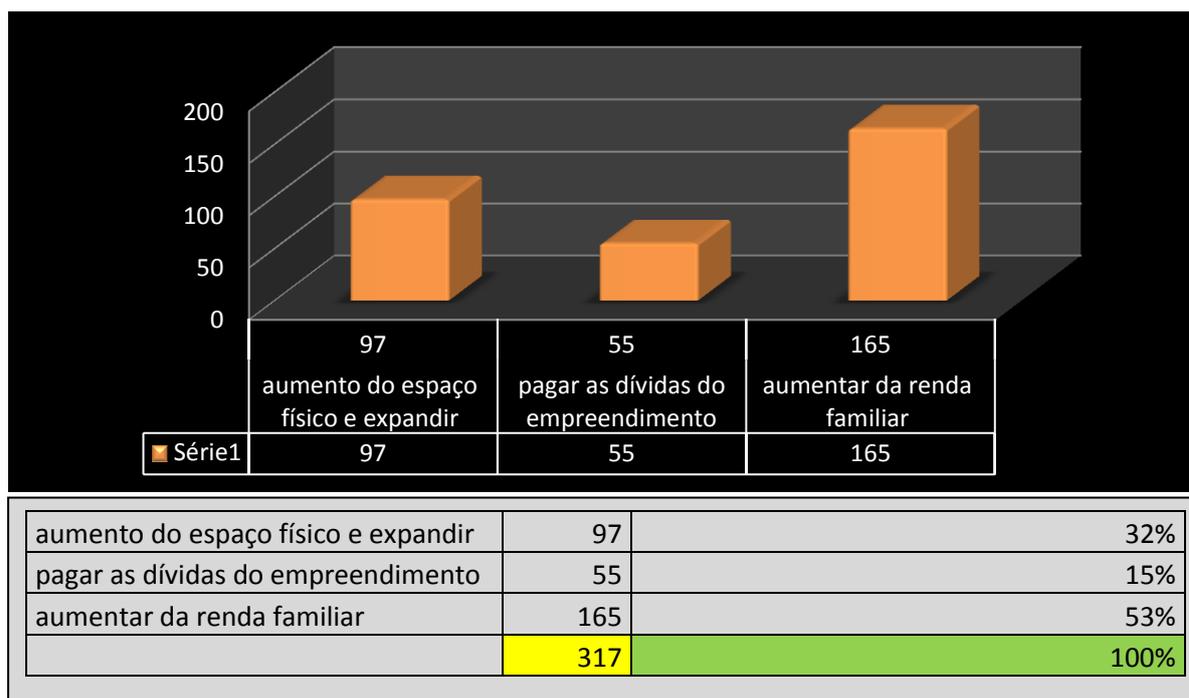


Gráfico 26: Utilidade da renda obtida com o Financiamento
 Fonte: Dados da Pesquisadora (2010)

Observa-se que 53% da renda adquirida pelo microcrédito estão diretamente ligadas aos anseios de melhoria da qualidade de vida, que se refletem no aumento da renda familiar e na ampliação do próprio negócio. E somente 15% estão preocupados em quitar as dívidas já existentes.

Para Pimentel (2010) essas políticas públicas quando se voltam às necessidades da população se diferenciam no contexto de ações de gestão pública por meio de atos de comum retorno a sociedade assim delimitada: a) distributivas - visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; b) redistributivas - visam redistribuir recursos entre grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos; c) regulatória - visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa que trata o Microcrédito como meio alternativo de inclusão da Mulher no Mercado de Trabalho no Município de Macapá, realizou-se uma análise pontual em torno do estudo de caso sobre o Programa Amapá Empreendedor, com a contextualização de quatro capítulos abaixo descritos:

No capítulo 1 observa-se a importância de se conhecer todo o processo histórico das políticas públicas de fomento ao microcrédito como parte de um processo de responsabilidade social. Acredita-se que esse cenário vem para melhor aproveitamento de todo o aparelho estatal como reforço de mitigar as questões de conflito que emergiram há décadas. A mulher exerceu um grande e fundamental papel na sociedade. Em um primeiro momento, ela fora reprimida em todos os sentidos; em um segundo momento, ela despertou de um longo período de hibernação de seus direitos. E essa percepção de despertar só se tornou possível mediante novos olhares para um inovador perfil de resgate da família, como parte de todo um contexto para melhorar a renda familiar.

Em continuidade a esse pensar observa-se que diante da base conceitual de microcrédito os autores mencionados debatem sobre esse ponto (microcrédito e microfinanças). Conceito esse que teve a necessidade de ser esclarecido frente a confusões de entendimento próprio do que vinha a ser microcrédito e microfinanças. Foi imprescindível o conhecimento aferido a eles para que se pudesse abraçar e dispor notas de contribuição de injeção de novas percepções conceituais. Acredita-se ainda que o microcrédito emerge como um grande motivador de oportunidades as pessoas que necessitam de apoio para se inserir no mercado de trabalho (formal ou informal). Desta feita, não há dúvidas que esse incentivo por meio do microcrédito gera benefícios, entretanto, é necessário que o Estado desempenhe seu papel de gestor diante de metodologias criativas com diretrizes capazes de detectar o perfil ideal da clientela a ser beneficiada.

No Capítulo 2, observa-se que diante das múltiplas faces das políticas públicas como fator determinante de transformação no mercado de trabalho há uma constante necessidade de se combater a pobreza de modo que evite que as crises econômicas despontem dia após dia. Nesse estudo de pesquisa, percebe-se, que nas abordagens conceituais adotadas pelos autores renomados, há o

direcionamento no sentido de se romper com as tradições sociais. Acredita-se inclusive que isso quebra até mesmo os padrões culturais pelo fato de que essas pessoas do gênero feminino resgatem algo que estaria perdido para elas, caso não se considerassem as políticas públicas como impacto positivo. Observa-se que em resposta ao impacto mencionado como “positivo” pode por certo não ser tão positivo assim, tendo em vista que a maioria das pessoas que adquire esses fomentos, na realidade, precisa mesmo é atender a suas necessidades mais emergentes.

No que tange às ações de políticas públicas de mercado, observou-se que muitas foram as críticas de diversos autores para o fomento ao microcrédito. Não há dúvida nenhuma quanto a esse perfil arrolado pelos autores citados nesse capítulo 2, mesmo quando a preocupação conceitual deles para o fim dado ao microcrédito possa acabar ou acabe sendo uma “bomba relógio”, a ponto de explodir a qualquer momento, quando isso não for bem administrado. No geral, a idéia factual e imprescindível é a de que o fomento possa emergir de modo brando aos que almejam apoio financeiro para seu empreendimento, de modo que ele gere uma complementação da renda, e, principalmente, que todos os que adquirirem o fomento possam retornar a agência bancária por assumir o compromisso formal. Para tanto, faz-se necessário que os gestores estejam munidos de todos os informes legais, para que nada venha a contrariar a tomada de decisão entre as partes desse processo.

No Capítulo 3, aborda-se a própria pesquisa com ênfase no Programa “Amapá Empreendedor” de maneira que informe todos os caminhos desenvolvidos por uma gestão pública, bem como conduzir com maestria um conhecimento que deve ser de todos da área econômica, social e cultural. Torna-se possível delimitar ao leitor a espacialidade territorial, local e como os caminhos estão sendo traçados por meio de um modelo de gestão comparativa, com um cenário quase similar ao da região nordeste e norte, minimizando as frações pobres de modo geral da desigualdade econômica do Brasil. Esses fatos acabaram gerando novas oportunidades de desempenho e desenvolvimento com qualidade de vida para se consolidar os anseios de cada família carente. Mesmo que elas tenham sido reprimidas por diversas questões (social, econômica e principalmente no próprio lar). A questão é que a pobreza é um processo enraizado e que necessita de políticas mais eficientes e eficazes para exaurir o risco de empréstimos sem o reflexo real no

mercado. Até porque o que enfatiza mesmo uma política pública é o além do esclarecimento dela, ou seja, a efetividade do programa com respostas positivas.

Percebe-se a economia do Estado do Amapá despontando como a primeira economia do país no crescimento nominal. Isso se traduz como um desenvolvimento econômico sustentável que necessita de maior incentivo na rota de produtividade para que as pessoas detenham mais condições de executar e atender a demanda de toda uma cultura existente. E somente o apoio do microcrédito não é o bastante para que o cenário econômico se transforme em uma economia sustentável e não meramente sustentada. Nesse caminho de percepções, não há dúvidas que a SETE emergiu como parte de todo um processo de demandas locais que se inserem as políticas públicas. Vale frisar novamente que a referida secretaria coordena e executa ações de origem inerentes às políticas públicas de trabalho e empreendedorismo. Esse fato reforça o cenário atual que se encontra frente às atividades iniciadas desde 2005, a fim de diminuir o nível de desemprego no Estado.

Para muitos autores, o desemprego tem uma relação direta com a pobreza, pois quanto maior o desemprego, tanto maior será a pobreza e a miséria social. E na ausência de oportunidade de emprego, o trabalho autônomo tem importante alcance social e contribui com a sobrevivência e auto estima de muitas famílias. Dessa forma, o Programa Amapá Empreendedor trouxe um novo cenário para o Estado, em especial a sua capital (Macapá) que se tornou um grande referencial regional e local. Arrisca-se inclusive a mencionar que se amplia a um raio até nacional nesse conceito de ações públicas, tendo em vista a sua importância no fortalecimento da cultura do empreendedorismo, pois o governo tem obtido essa resposta como retorno da aceitação positiva por parte da população mais carente do Estado.

Nesta perspectiva, confirma –se as hipóteses, quando se afirma que: (i) O Programa Amapá Empreendedor tem contribuído para a inserção de mulheres macapaenses no mundo do trabalho; (ii) O Programa Amapá Empreendedor tem contribuído para a elevação da renda das mulheres beneficiadas; e (iii) O Programa Amapá Empreendedor promove melhoria da qualidade de vida das mulheres contempladas com o microcrédito.

Nesse patamar de idéias e percepções, não há dúvida que os resultados do Programa, bem como de toda a política de microcrédito no Brasil e no Amapá ainda é um tanto incipiente. Necessita de maiores acompanhamentos em todos os

passos da coordenação para que todo um trabalho de gestão seja um processo contínuo de benefícios significativos, não só para os clientes, mas para a economia e desenvolvimento regional, tendo-se em conta a importância dos pequenos e microempreendimentos, pela capacidade de geração de renda e de novos postos de trabalho.

Assume-se, aqui, a postura e visão de que todos os governantes, em especial os do Amapá deveriam fomentar cada vez mais essa política e considerar o Programa de Microcrédito com o objetivo real de garantir acesso a pequenos recursos para grande parte da população carente, excluídos de oportunidade de renda, pois essa seria a forma de promover o bem-estar às pessoas de baixa renda, a partir de uma iniciativa deles, comprometendo-os com as responsabilidades pertinentes aos financiados, além de corroborar com a capacidade de geração de renda e de novos postos de trabalho. Até porque apesar do programa de microcrédito oportunizar o crescimento às pessoas mais pobres, ainda precisa sofrer ajustes nos procedimentos de regulamentação e acompanhamento, para que se avaliem os resultados obtidos em suas diversas nuances dentro da metodologia adotada.

Por isso é de extrema importância que a Gestão Governamental detenha um compromisso inabalável e contínuo com a política formulada junto à base (população carente), revendo o funcionamento operacional do Programa (Recurso sob a guarda da AFAP e a parte operacional de acesso ao Programa na SETE). Nessa linha, é importante a blindagem do Programa junto as diversas investidas partidárias, bem como o acompanhamento e definição do papel do Agente de Crédito, tendo como constatação a importância de uma seleção rigorosa, capacitação contínua e principalmente da contratação por concurso, ou seja, estabelecimento de uma carreira, tendo em vista a fragilidade da equipe com as constantes trocas dos agentes. Acredita-se que nessa sequência lógica o Programa Amapá Empreendedor pode vir a tornar-se um fator decisivo de oportunidade de emprego e renda para uma demanda fora do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, o enfrentamento da pobreza no Amapá está a exigir da sociedade e do poder público um pouco mais que a disponibilidade de crédito e o incentivo ao empreendedorismo, mas sim um processo contínuo de estímulo a formação de valores culturais que venham contribuir para as transformações mais profundas na sociedade.

No Capítulo 4, considera-se que diante das conclusões apontadas na análise do Programa, no período de 2005 a 2009 as mulheres obtiveram de dois ou mais financiamentos. Pode-se constatar que o Microcrédito no Brasil é um importante instrumento de cunho social desenvolvimentista, com capacidade de transformar positivamente a realidade da população mais carente, em especial as mulheres. A análise da pobreza e da economia existente na atual sociedade levou a investigação de importantes condicionamentos da melhoria de vida e progresso de clientes, com o uso do microcrédito.

Por isso que os principais indicadores que a pesquisa constatou trouxeram consigo as evidências da inserção social dos empreendedores, na análise dos 317 clientes do Programa de Microcrédito Estadual dando um zoom no quantitativo de acesso das mulheres no programa. Isso só foi possível mediante as coletas de dados disponibilizados atrelados as citações das entrevistadas ao mencionarem a falta de oportunidade, o desemprego e a pobreza. Nesse patamar, observa-se que a maioria das mulheres almejam entrar para o ramo do trabalho autônomo, em que pesa a sua dimensão sócio-econômica. Um outro ponto forte é no sentido de alcance psicológico por proporcionar, além da sobrevivência da família, a autoconfiança diante da vida, a liberdade de ação e o resgate da auto estima, entre outros aspectos. É importante mencionar que, no decorrer da pesquisa, observou-se a existência de outras agências financiadoras com atendimento ao microcrédito pouco ou quase nada de divulgação e publicidade no Estado. E, apesar dos recursos serem oriundos do FAT, com anuência do Conselho deliberativo do Fundo de Apoio ao Trabalhador (CODEFAT); ainda assim, não se percebeu nenhum programa específico para mulheres.

Na análise do perfil de desenvolvimento dos negócios iniciados ou fortalecidos com o recebimento dos recursos do microcrédito observa-se que os dados obtidos revelam que há certa estabilidade nesses negócios, ou pelo menos, boa permanência no mercado, embora seja grande a mortalidade dos novos empreendimentos no Estado e no Brasil como um todo. Na análise das informações encontrou-se certa dificuldade de percepção dos setores, por falta de melhor clareza do tipo de negócio, principalmente dos identificados nos setores da indústria e serviços. Nessa mesma linha de interpretação, foi observado que o recurso do microcrédito obteve uma considerável referência de aceite por parte das pessoas que foram entrevistadas a respeito dos empreendimentos já desenvolvidos. De

acordo com os dados estatísticos, grande parte dos empreendedores que recebeu o financiamento fez uma boa aplicação dos recursos, havendo, com isso, o fortalecimento do negócio.

Dentro deste contexto, é importante salientar que este estudo científico alcançou o real objetivo com suas hipóteses acirradas as respostas pré elaboradas no anteprojeto, uma vez que a referida pesquisa de análise para esse estudo no Município de Macapá, buscou como foco às ações das políticas públicas para compreender o programa Amapá Empreendedor como fomento de apoio de microcrédito a população local, em especial as mulheres que emergiram como um fator direcionador em mitigar problemas sociais. Observou-se ainda que surgiu uma política com caráter deficiente quanto a impactar a sociedade em exaurir o desemprego no Amapá e que esse modelo foi seguido pelos moldes já adotados no Brasil e que se destinou também a região local. O que por certo não reforça que as políticas públicas necessitam ir além de meras conceituações e contextualizações de dados quantitativos no mercado. Carece sobremaneira que o crescimento e o desenvolvimento ocorram emparelhados e que possa surgir um novo cenário de igualdades oriundas principalmente da força de trabalho feminino como fator marcante não apenas em Macapá, bem como em todo o Brasil.

Por fim, encerram-se as considerações finais com a afirmação de que o município de Macapá precisa avançar, para ter um processo de desenvolvimento bem-estar delineado e estruturado, com o trabalho de uma política de microcrédito com caráter mais enfático, a fim de atingir o que muitos sonham para uma vida mais tranqüila no decorrer dos anos, que é a estabilidade financeira por meio do pleno emprego, pois quando a política de microcrédito atingir esse patamar ter-se-á alcançado o princípio da igualdade no mercado de trabalho independente de cor, raça e\ ou gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís; TODARO, Rosalba. **Custos do Trabalho de homens e mulheres na América Latina.** (Org.) COSTA, A.; SORJA, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.

AFAP. Agência de Fomento do Estado do Amapá. **Relatório Anual 2005.** Macapá. AP. Relatório Técnico.

_____. **Relatório Anual 2006.** Macapá. AP. Relatório Técnico.

_____. **Relatório Anual 2007.** Macapá. AP. Relatório Técnico.

_____. **Relatório Anual 2009.** Macapá. AP. Relatório Técnico.

AGENDA HABITAT PARA MUNICÍPIOS. **Plano global de ação:** estratégias para a implementação. B. Moradia adequada para todos. 2003. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=96&infolid=458>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

AMAPÁ. **Relatório de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá.** Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico - Sede. Macapá-AP. 2004 – 2005. Impresso.

_____. **Projeto Programa Amapá Empreendedor.** Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, 2005. Impresso.

_____. **Relatório Trimestral da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo – SETE, 2006/2007 2008/2009.** Impressos.

ANDERSON, C. Leigh. LOCKER, Laura. NUGENT, Rachel. Microcredit, social capital and common pool resources. In: World Development, Vol. 30, n.º 1, 2002, pp. 95-105.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Solidariedade & sucesso.** Belém (PA): Prefeitura Municipal de Belém, 2002.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego no Brasil:** Limites e possibilidades. In (Org.) OLIVEIRA, Marco Antonio de. Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil. Campinas – São Paulo: UNICAMP. IE. 1998.

BALTAR, Paulo. **Formação, Estruturação e Crise do Mercado de Trabalho no Brasil.** In: **Políticas Públicas e Trabalho:** Textos para estudo dirigido. Org. DEDECA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair de carvalho. **Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulação social do trabalho.** In (Org.) SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas úblicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez. 2006.

BARONE, Francisco Marcelo, et al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: comunidade solidária, 2002. 65 p. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>> Acesso em: 23 out de 2009.

BJORNSKOV, Crhintian; DREHER, Alex, FISHER, A .V, Justina. Cross- Contry determinants of life satisfaction; Exploting different determinants across groups in society. Universidad St. Gallen. Departament of Economics. **Discussion paper. N. 2005-19**, October, 2005,pp 1-48.

BRUSCHI; PUPPIN, **As mulheres e o mercado de trabalho.** Entrevista social. Ano 2. Nº 5. 2004, P.389.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M. **Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional.** (Org.) COSTA, A.; SORJA, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.

COELHO, Fabiano Costa. **Duas faces da mesma moeda: alcance e limites das microfinanças na luta contra a pobreza.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CANFIELD, Bertrand R. **Relações públicas.** 4ª edição. São Paulo: Pioneira, 1991. 731p.

CARON, F. **Les deux révolutions Du XX^e siècle.** Paris: Albin Michel, 1997.

CORSINI, José Nélio Monteiro. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia – CEAPE/Bahia.** 2007. Dissertação (Mestrado em Análise Regional)-Universidade de Salvador-UNIFACS, Bahia, 2007.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede São Paulo: Paz e Terra, 3 ed., 2000.

CHAUVEL, L. **Vers l'égalité de genre: lês tendences générationnelles sont-elles irréversibles?** Revue de l'OFCE, n. 90, n.4, p.69-84. 2004.

CLARK, S.C., CALLISTER, R., WALLACE, R. Undergraduate Management Skills Courses and Students' Emotional Intelligence. **Journal of Management Education**, V.27, N.1, p. 3-23, fevereiro. 2003.

COHEN, Simone Cynamon *at al.* Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, n.1, p. 191-198, 2007.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos**: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Administração Pública, 2003.

COSTANZI, R. N. **Microcrédito no Âmbito das Políticas Públicas de Trabalho e Renda**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. 2002.

COSTA, A.; SORJA, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.

CUNHA, Rodrigo. **A complexa medida da qualidade da habitação**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edição=25&id=282>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

DE SOTO, H. **O mistério do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FEELDEMANN E AUDRETSCH. **O perfil dos tomadores de Microcrédito no município de Sena Madureira no estado do Acre**. Universidade Federal do Acre. UFA1999.

FERREIRA, M. de Fátima. **Aumenta a participação das mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo. Economia. 2007.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. **Ver. Saúde Pública**, abr. 1991, vol.25, nº.2, p.75-86.

GALBRAITH, Jonh Kenneth. **Moeda**: de onde para onde foi. São Paulo. Pioneira. 1993.

GODINEAU, Dominique. **Les femmes dans la société française 16 -1 8 siècle**. Paris: Armand Colin, 2003.

GONZÁLEZ-VEGA. Cláudio. Visão geral das microfinanças. Rio de Janeiro: BNDES, 2001 (**Anais do Seminário Internacional BNDES de Microfinanças**), pp. 24-35.

GULLI, H. **Microfinance and poverty**: questioning the conventional wisdom. Washington, DC: International American Development Bank, 1998.

HERCULANO, Selene. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 1, n. 2, p. 77-99, 1998.

HERZOG, Ana Luíza. A polêmica do microcrédito – parte 1. Blog **Portal Exame**, 31 ago.2008. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/blogs/sustentabilidade/20080821_listar_dia.shtml>. Acesso em: 22 out.2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico**: Brasil, França, Japão. (Org.) COSTA, A.; SORJA, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.

HOFFMAN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, p. 35-59, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO E DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo da população municipal de Macapá**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/1980/tab01.pdf>

_____. **Dados da População de Gênero**. 2002. Impresso

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, vários números. 2000.

KHANDKER, Shahid. **Does micro-finance benefit the poor?** Evidence from Bangladesh. Manila: World Bank/Asia and Pacific Forum on Poverty, 2001. Impresso.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 3ª edição. São Paulo: Summus, 1999. 166p.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Cortez. 2006.

LANDIM, Candice Crisóstomo Monteiro. **O microcrédito no Estado da Bahia**: a experiência da Instituição de Crédito Itabuna Solidária. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica)-Universidade de Salvador, Bahia, 2006.

LEFF, Enrique. Saber ambiental. **Ambiente&Sociedade**. Ano V, n.10, 2002 (Semestral).

LOPES, Márcia. **Assistente Social: Trabalho com Direitos**. Ministério de desenvolvimento social. 2007.

LUCAS, R. **On the mechanism of economics development**. Journal of Monetary Economics, 22(1), 1988. (Volume 22, Issue 1).

MALATESTA, M. **Professionisti e gentiluomini**. Storia delle professioni nell'Europa contemporânea. Turin: Einaudi, 2006.

MARCHAND & THELOT. (org.). In: **Políticas de Emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal**. 2007.

MARTÍNEZ, Mitjáns. , A. **Criatividade, personalidade e educação**. São Paulo: Papyrus. 1997.

MARTINS, Paulo Haus. A primeira medida do governo no campo do microcrédito (ou de como, por vezes, nosso Brutus justifica a nomeada e apunhala a si próprio). **RITS**. Rio de Janeiro: 4p. 08 Ago. 2003. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_primeira_medida_do_governo_no_campo_do_microcredito.pdf>. Acesso em: 22 Out. 2009.

MENDES, Maria Silvana. **Microcrédito e qualidade de vida urbana: o caso dos tomadores do empréstimo no Banpará S/A – região metropolitana de Belém**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. UNAMA. 2009.

MÉSZAROS, István. **Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda**. In (Org.) ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2006.

MEULDERS, D.; HENAU, J. De; MARON, L.; D'ORCHAY, S. **Trabalho e maternidade na Europa: Condições de trabalho e políticas públicas**. 2006. Université Libre de Bruxelles. (Org.)

MICK, Jacques. **O caráter social do microcrédito**. Blumenau (SC): Mimeo (Anais do Seminário Latino-Americano de Microcrédito), 2003.

MOI, Izabela. Microendividamento ou microcrédito?. **RETS – Badesc – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina**, Paris. Disponível em: <http://www.badesc.gov.br/microcredito/central_conteudo.php?ID=0&IDConteudo=1355>. Acesso em: 22 out.2009.

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis. 2008.

NAVAJAS, S., Schreiner, M., Meyer, R.L, Gonzalez-Vega, C. and Rodriguez-Meza, J. **Microcredit and the Poorest of the Poor: Theory and Evidence from Bolivia**, *World Development* . (2000).

NERI, Marcelo; Buchmann, Gabriel; HARRIS, Helen; ANDARI, Ana. **Microcrédito: Teoria e prática**. In (Org.) NERI, Marcelo. Microcrédito, o mistério nordestino e o grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do crediamigo. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. 376p.

OBAID, T. A. **Estado de la población mundial 2007**. UNFPA, 2007.

PARACA, Almir. **A Estratégia da Parceria com o Governo Federal**. IN: **Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidaria e Desenvolvimento: A Contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher, 2006.

PANJAITAN-DRIODISURYO, Rosintan D. M. CLOUD, Kathleen. **Gender, selfemployment and microcredit programs: na Indonesian case study**. In: *Quarterly Review os Economics and Finance*, n.º 39, 1999, pp. 769-779.

PASSOS, A. Ferreira dos. PAIVA, L. H. GALIZA, M. CONSTANZI, R. N. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n.º 18. IPEA/MTE, 2002, pp. 41-61.

PIMENTEL, Maria do Socorro Lacerda. **A efetividade do programa Amapá Empreendedor, como política pública de trabalho no município de Macapá**. Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas. UECE. 2010.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e preconceição no final do século**. São Paulo: Contexto. 1999 - 2002.

_____. **O emprego na globalização: A nova dimensão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo. 2001 a 2007.

_____. **Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 1998.

_____. **Desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho**. In (Org.) POCHMANN, Marcio. Reestruturação Produtiva: Perspectivas de desenvolvimento local com Inclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

_____. **Transformações contemporâneas no emprego**. In (Org.) DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia e Proteção Social: Textos para estudo dirigido. São Paulo: UNICAMP. IE. 2006.

_____. **Rumos da política do trabalho no Brasil**. In (Org.) SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez. 2006.

_____. **Globalização, Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. In (Org.) DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia e Proteção Social: Textos para estudo dirigido. São Paulo: UNICAMP. IE. 2006.

QUINZO, Maria D'Alva Gil; et al. **Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

RICCI, Rudá. **Microcrédito: na prática, a teoria é outra**. PUC - Minas Gerais. Instituto Cultiva. 2003.

RIOT-SARCEY, Michele. Poder(es). In: HIRATA, Helena *et alii.* (orgs.) **Diccionario crítico del feminismo**. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.194-199.

ROCHA, Sônia. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, IMPRESSO - 2005.

RODRIK, Dani. **Institutions for High-Quality Growth: What They are and How to Acquire Them** (Outubro, 1999). Disponível em <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/institutions.PDF> . Acesso em: 30 maio 2009.

SANTOS, Célia Nunes Galvão Quirino dos. **Tocqueville: a Realidade da Democracia e a Liberdade Ideal**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>.1987.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHREINER, M. Informal finance and the design of microfinance. **Development in Practice**, v. 11, n. 5, p. 637-640, 2001.

SCHWEITZER, S. **Les femmes ont toujours travaillé**. Une histoire du travail des femmes, XIX^e – XX^e siècles. Paris: Odile Jacob, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Editora. Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE, **Projeto saindo a campo**: estudo de atividade econômica comércio varejista de materiais de construção de Macapá. 2004.

_____. **Micro e pequena empresa**: fundamentos e conceitos. In (Org.) BASTOS, Antônio S. 2. Ed. São Paulo: 2003.

_____. **RELATÓRIO SEBRAE**. São Paulo: SEBRAE, 2001

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá. **Relatórios Técnicos Anuais da Economia do Estado do Amapá no período de 2005 a 2009**. Macapá. AP. 2009. impresso.

SILVA, L.N.N. Marketing industrial: a importância da venda pessoal na comercialização de serviços profissionais. In: I Encontro de Pós Graduação e Pesquisa, 2001. **Anais do I Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa**. p.387-394. Fortaleza.

SILVA, Maria Ozenira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez: São Luis-MA: FAPEMA, 2006.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas**: função política. São Paulo, Summus, 1995.

SHIINYASHIKI, Roberto. **A Mulher e o Mercado de Trabalho**. Disponível em: http://www.shinyashiki.com.br/roberto/web1/destaque_roberto.jsp?ModId=152&CId=487, acessado em 02 janeiro de 2010.

_____. **Pressupostos para o gerenciamento de soluções de CRM**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004

_____. **As mulheres e o acesso às profissões superiores.** Uma comparação europeia, séculos XIX e XX. (Org.) COSTA, A.; SORJA, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.

SINGER, Paul. I. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo. Editora Contexto. 1998 - 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** Uma revisão da literatura. In: **Sociologia.** Porto Alegre: ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. **A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990.** In (Org.) SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez. 2006.

TELLES, V. da S. **Pontos e linhas de uma descrição da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. IRD - Université Lion. 2006. In (Org) FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. LIMA de. Trabalho, Território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas. Editora Cortez. São Paulo. 2007.

UNITED NATIONS. **Resolution 1998/28.** New York, UN. 1998:a.

_____. **Role of microcredit in the eradication of poverty:** report of the Secretary-General. New York: UN, 1998:b.

VALENTE, Mônica. Do microcrédito às microfinanças. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n.º 19. IPEA/MTE, 2002, pp. 9-10.

YUNNUS, Muhammad. **Banqueiro dos pobres**, 2002, pp.380.

YUNNUS, Muhammad & JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países.** São Paulo: Ática, 2004.

KHANDKER, Shahid. **Does micro-finance benefit the poor?** Evidence from Bangladesh. Manila: World Bank/Asia and Pacific Forum on Poverty, 1995. Impresso.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
MARIA ANÉSIA NUNES

Questionário de Pesquisa Quantitativa e Qualitativa para o projeto de Dissertação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas.

Objeto: Mulheres financiadas pelo Programa Amapá Empreendedor no Município de Macapá.

Data da Entrevista: _____ de _____ de _____

DADOS PESSOAIS

1. Idade:

2. Escolaridade: _____

(1-Semi-analfabeto, 2-Ensino Médio Incompleto, 3-Ensino Médio Completo, 4-Ensino Fundamental Incompleto, 5-Ensino Fundamental Completo, 6-Superior Incompleto, 7-Superior Completo).

3. Qual a sua Naturalidade? (local de nascimento)

4. Qual o seu tempo de residência no Estado?

5. Há quanto tempo e em que bairro você montou o seu empreendimento?

(1-Açaí, 2-Alencar, 3-Alvorada, 4-Amazonas, 5-Araxá, 6-Beiril, 7-Boné Azul, 8-Brasil Novo, 9-Buritizal, 10-Cabralzinho, 11-Capilândia, 12-Central, 13-Colônia Matão Piaçacá, 14-Conjunto Barcellos, 15-Chefe Clodoaldo, 16-Cidade Nova, 17-Congós, 18-Goiabal, 19-Invasão Eletronorte, 20-Ilha Mirim, 21-Infraero I, 22-Infraero II, 23-Jardim Caranã, 24-Jardim Equatorial, 25-Jardim Ipê, 26-Jardim Felicidade I, 27-Jardim Felicidade II, 28-Jesus de Nazaré, 29-Lago da Vaca, 30-Laguinho, 31-Liberdade, 32-Marabaixo I, 33-Marabaixo II, 34-Marabaixo III, 35-Marco Zero, 36-Morada das Palmeiras, 37-Muca, 38-Murici, 39-Novo Buritizal, 40-Nova Esperança, 41-Novo Horizonte, 42-Pacoval, 43-Pantanal, 44-Parque dos Buritis, 45-Parque Irmãos Platon, 46-Pedrinhas, 47-Perpétuo Socorro, 48-Renascer I, 49-Renascer II, 50-São Lázaro, 51-São Tomé do Pacuí, 52-São Tomé do Pacuí, 53-São Joaquim do Pacuí, 54-Santa Inês, 55-Santa Rita, 56-Sol Nascente, 57-Trem, 58-Universidade, 59-Usina, 60-Vitória do Renascer, 61-Zerão.)

6. Por que escolheu esse bairro?

7. Qual a sua profissão?

DADOS ECONÔMICOS

1. O empreendimento é: _____ (1-Formal, 2-Informal)

2. O seu empreendimento é na área de:

() Comércio () Serviços () Produção

Especifique: _____

3. Por que ingressou na atividade? _____

(1-Tradição Familiar, 2-Opção Profissional, 3-Complementar renda, 4-Curso de Formação, 5-Falta de Opção, 6-Outros).

4. Como vende o seu produto? _____

(1-Para atravessadores, 2-Nas ruas ou praças, 3-Em feiras, 4-Lojas, 5-Para lojistas, 6-Em casa)

5. Seu empreendimento gera quantos empregos?

_____ Diretos _____ Indiretos

6. Quantas pessoas são beneficiadas pelo programa?

_____ Diretamente _____ Indiretamente

7. Quanto à comercialização dos seus produtos, o resultado é?

_____ (1-Bom, 2-Ótimo, 3-Ruim)

8. O programa atendeu as suas expectativas? _____ (1-Sim, 2-Não)

9. O programa Amapá Empreendedor trouxe benefício a você?

_____ (1-Sim, 2-Não)

10. Qual o tipo de benefício resultado dessa iniciativa empreendedora?

11. Qual o valor do financiamento recebido?

R\$ _____

12. Quanto ao financiamento está:

() Adimplente () Inadimplente

13. Em caso de inadimplência, qual é a sua dificuldade?

14. Quais são as suas expectativas quanto ao seu empreendimento?

ANEXOS

O perfil as mulheres empreendedoras despontam consideravelmente nesse cenário promissor (fotos 8 e 9) a seguir:



Foto 8: Financiamento a mulher empreendedora em eventos
Fonte: SETE (2008)



Foto 9: Apoio de fomento a microempresária local
Fonte: SETE (2008)

De acordo com Pimentel (2010, p. 31) o incentivo dessas políticas públicas por meio do financiamento obteve-se diversos fomentos de contribuição ao empreendedor para que ele possa manter a família com uma renda mais digna. Sabe-se ainda que no setor econômico muitos são os reflexos positivos e negativos nessas premissas das ações sociais que envolvem apoio por meio do microcrédito, com interações na economia local e na municipal, para que se tenha mais reflexo na economia do Estado. E, nessa avaliação, o microcrédito pode realmente ser ponto forte no processo de avaliação das políticas públicas de Macapá por meio do Programa Amapá Empreendedor.

Como se observa na foto 10, o programa Amapá Empreendedor é motivo de satisfação não apenas pelas mulheres que são atendidas, mas, também, pelo homem que busca esse apoio de microcrédito. Sendo assim, uma grande maioria se sente satisfeita com essa ação social de desenvolvimento econômico local.



Foto 10: Atendimento as mulheres pelo Programa Amapá Empreendedor
Fonte: SETE (2009)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)